



FONSECA

škola

FICHA TÉCNICA

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA
Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 13º
4350-158 Porto
Tel: +351 22 507 1000
Fax: +351 22 507 1150
Email: geral@stcp.pt
www.stcp.pt

Capital Social
€ 143.289.490,00

NIPC
500 246 467

Conservatória do Registo Comercial do Porto - 2ª secção

Edição e Propriedade
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA

Design
Mediana

Impressão
Marsil

Exemplares
100

Ano de edição
2017







The image shows the interior of a bus with rows of blue seats. A large, semi-transparent orange circle is overlaid on the center of the image, containing the text 'RELATÓRIO E CONTAS 2016'. The bus interior is dimly lit, and the seats have a patterned fabric. The overall color scheme is dominated by blue and orange.

RELATÓRIO
E CONTAS
2016

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente	13
2. O ano de 2016	19
2.1. Apresentação da Empresa	19
2.2. Principais acontecimentos	20
2.3. Evolução da atividade operacional	21
2.3.1. Indicadores	21
2.3.2. Passageiros e receita	22
2.3.3. Oferta	25
3. Desempenho na ótica do desenvolvimento sustentável	31
3.1. Sistema integrado de gestão: qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho	32
3.1.1. Missão, visão, valores e política	32
3.2. Responsabilidade perante os clientes	35
3.2.1. O Serviço de transporte público de passageiros	35
3.2.2. A satisfação do cliente	36
3.2.3. A comunicação e a informação	40
3.2.4. Projetos	41
3.3. Responsabilidade perante a comunidade	42
3.3.1. Frota	42
3.3.2. Participar na vida da comunidade	43
3.3.3. Promover a segurança nos transportes (Security)	46
3.3.4. Museu do Carro Eléctrico	46
3.3.5. Associações e parcerias	49
3.4. Responsabilidade ambiental	51
3.5. Responsabilidade perante os trabalhadores	54
3.5.1. Efetivo	54
3.5.2. Desenvolvimento profissional	56
3.5.3. Benefícios sociais	57
3.5.4. Segurança e saúde dos trabalhadores (Safety)	58
3.5.5. Comunicação interna e relações com parceiros sociais	59
4. Desempenho económico e financeiro	63
4.1. Balanço do ano	63
4.2. Evolução patrimonial	64
4.3. Dotações de capital	64
4.4. Investimento	66
4.5. Esforço financeiro do Estado	66
4.6. Financiamento	66
4.6.1. Operações de financiamento do ano	66
4.6.2. Endividamento	66
4.6.3. Conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	67
4.6.4. Instrumentos de gestão de risco financeiro	67
4.7. Resultados do exercício	68

5. Governo da sociedade	75
5.1. Modelo de governo e identificação dos órgãos sociais	75
5.1.1. Funções e responsabilidades	78
5.1.2. Curricula vitae dos membros do Conselho de Administração	79
5.2. Estatuto remuneratório dos membros dos órgãos sociais	82
5.3. Regulamentos internos e externos	84
5.4. Cumprimento das orientações legais	87
5.4.1. Objetivos de gestão e plano de atividades e orçamento	87
5.4.2. Gestão do risco financeiro	87
5.4.3. Limite de crescimento do endividamento	88
5.4.4. Evolução do prazo médio de pagamento e <i>arrears</i>	88
5.4.5. Recomendações do acionista	89
5.4.6. Remunerações	90
5.4.7. Artigos 32º e 33º do estatuto de gestor público (EGP)	94
5.4.8. Despesas não documentadas ou confidenciais	94
5.4.9. Relatório sobre remunerações (nº 2 RCM nº 18/2014)	95
5.4.10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção	95
5.4.11. Contratação pública	95
5.4.12. Sistema nacional de compras públicas (SNCP)	96
5.4.13. Frota automóvel	96
5.4.14. Medidas de redução de gastos operacionais	97
5.4.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	100
5.4.16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos	101
5.4.17. Divulgação de informação	105
5.4.18. Quadro resumo do cumprimento das obrigações legais	106
5.5. Informação sobre transações	108
5.5.1. Transações relevantes com entidades relacionadas	108
5.5.2. Universo de transações fora das condições de mercado	108
5.5.3. Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE	108
5.6. Gestão de riscos e sistemas de controlo	110
5.7. Código de ética e conduta	111
6. Perspetivas para 2017	115
7. Proposta de aplicação de resultados	119
8. Anexo ao relatório de gestão	123
9. Contas do exercício 2016	127
10. Certificação Legal de Contas	190
11. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	199
12. Índice Global Reporting Initiative (GRI)	217



HILTI

96-DE

07
03





MENSAGEM
DO PRESIDENTE

O ano de 2016 marca uma profunda viragem na realidade da STCP. Desde logo, tratou-se do ano em que a empresa voltou a recuperar a confiança dos seus clientes, por via de uma significativa melhoria na qualidade do serviço oferecido às populações.



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2016 marca uma profunda viragem na realidade da STCP. Desde logo, tratou-se do ano em que a empresa voltou a recuperar a confiança dos seus clientes, por via de uma significativa melhoria na qualidade do serviço oferecido às populações. Por outro lado, ao longo do exercício foram estudados e desenvolvidos os princípios do acordo entre o Estado, acionista único da sociedade, a Área Metropolitana do Porto e as câmaras municipais em cujo território a STCP opera, tendo em vista a celebração de um contrato de gestão com estas e a instituição de um governo societário descentralizado.

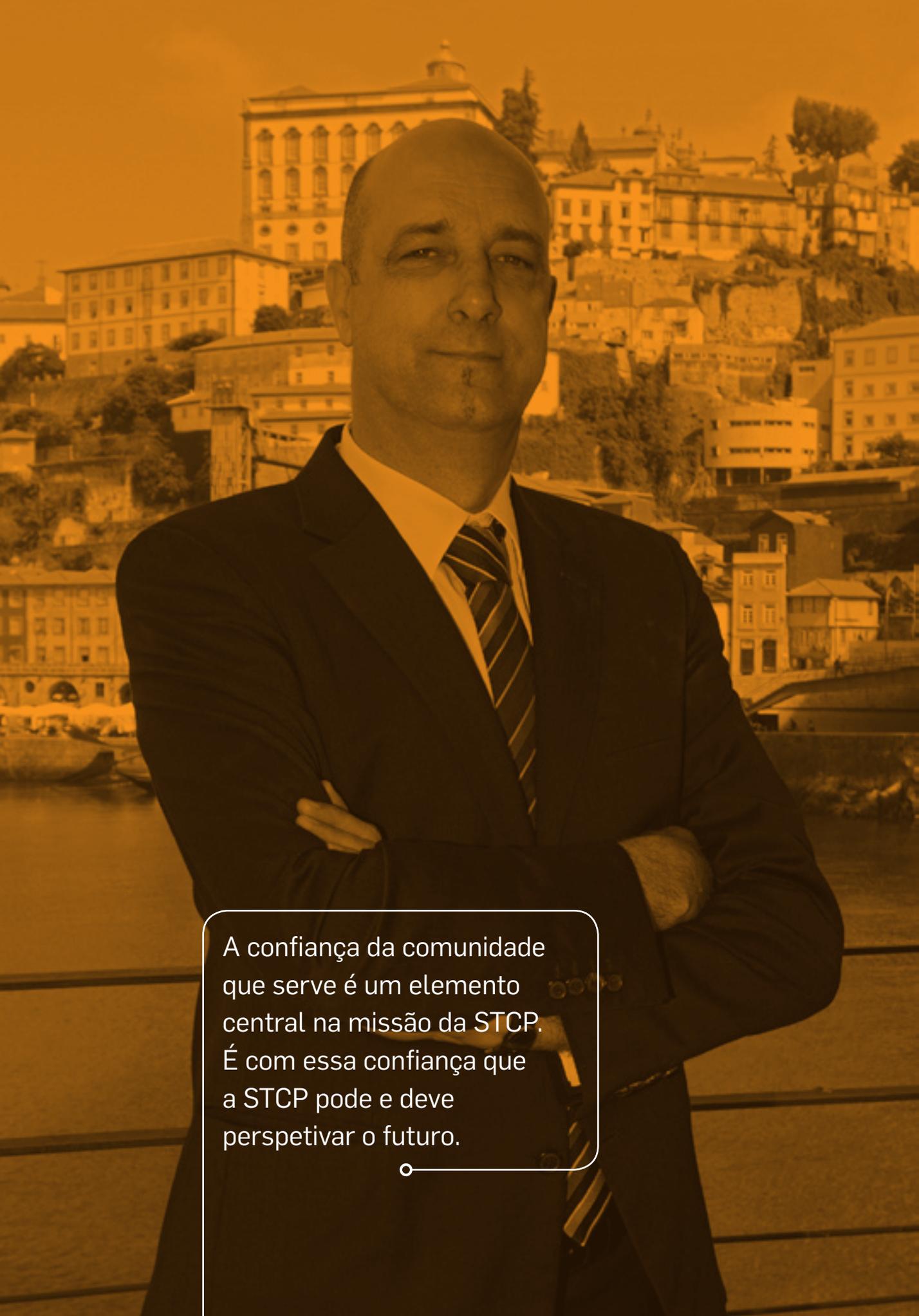
Administrativamente anulados, no início do exercício, o procedimento de adjudicação e o contrato de subconcessão da operação e manutenção da STCP, decisões que haviam sido tomadas no decurso do mandato anterior, tornou-se possível avançar com a negociação de um modelo de descentralização da gestão da empresa, conforme as orientações do Estado.

Em junho de 2016, STCP, Área Metropolitana do Porto, câmaras municipais do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Maia e Valongo, e Governo, representados pelo Primeiro-ministro António Costa e pelo Ministro do Ambiente João Pedro Matos Fernandes assinaram o Memorando de Entendimento que estabeleceu as bases estratégicas e o cronograma de implementação para a atribuição da gestão da empresa àqueles municípios. A assinatura do contrato de gestão, bem como de toda a documentação relativa à fixação do serviço público e da delegação de competências entre Estado, Área Metropolitana e câmaras veio a suceder logo no primeiro dia útil de 2017, aguardando-se de momento, como último passo necessário, o visto do Tribunal de Contas.

Em termos operacionais, as alterações estruturais reforçadas ou introduzidas no exercício, nomeadamente em matéria de política de recursos humanos, revelaram-se profundamente benéficas para a melhoria global do desempenho. Em 2016 - pela primeira vez em seis anos -, a STCP inverteu uma tendência negativa e registou uma recuperação na procura. Foram conquistados mais de 200 mil novos clientes, um acréscimo de 0,3% face ao ano anterior. Este crescimento foi especialmente notório ao longo do segundo semestre do ano, período em que a STCP e em termos comparativos homólogos conquistou mais de um milhão de clientes.

O crescimento da procura ficou a dever-se, em grande medida, ao aumento da oferta disponibilizada, que só foi possível através da admissão de 108 novos motoristas, decisão que, em função de constrangimentos impostos pelo acionista, vinha sendo sucessivamente adiada ao longo dos anos anteriores. Desta forma, a STCP passou a cumprir a esmagadora maioria das viagens programadas, algo que não sucedia no passado recente dada a demasiado frequente supressão de percursos, motivada pelo claro e notório défice de pessoal. A taxa de cumprimento de serviços foi de 94,8 por cento, tendo sido percorridos mais de 21 milhões de quilómetros comerciais – mais 1,2 milhões e 5,7 por cento do que em 2015.



A man in a dark suit, white shirt, and striped tie stands with his arms crossed in front of a hillside town. The town features numerous multi-story buildings, some with balconies, built on a steep slope. A body of water is visible in the lower left. The entire image has a warm, golden-brown color cast.

A confiança da comunidade que serve é um elemento central na missão da STCP. É com essa confiança que a STCP pode e deve perspetivar o futuro.

Realça-se, igualmente, o desempenho positivo do modo carro elétrico neste processo de crescimento da procura. Pela sua forte atratividade para locais e turistas, as três linhas de elétrico da STCP registaram um crescimento de 36 por cento no número de clientes, totalizando mais de 620 mil.

O ano de 2016 foi também do planeamento da renovação da frota de autocarros da STCP. Na esteira da orientação estratégica da descarbonização das cidades, a STCP preparou as peças de um concurso que permitirá, numa primeira fase, adquirir 173 autocarros movidos a gás natural e 15 autocarros elétricos. Para o financiamento desta aquisição foi submetida uma candidatura aos fundos do POSEUR já em 2017, à qual se sucede o lançamento do respetivo concurso internacional.

A par da evolução dos valores da procura, o esforço de redução dos gastos operacionais foi determinante para a obtenção de resultados financeiros mais positivos. Neste âmbito, sublinhe-se a redução de 2,2 por cento dos custos de operação da empresa, para os 47,7 milhões de euros. Quando conjugado este indicador com o aumento de um por cento na receita obtida (42,7 milhões de euros), obtém-se uma taxa de cobertura de 89,6 por cento, 3,3 pontos percentuais acima do valor precedente. A STCP encerrou o ano de 2016 com uma melhoria de 42 por cento nos seus resultados operacionais, que se fixaram em aproximadamente -12 milhões de euros.

Ano após ano, a STCP tem assumido o investimento na qualidade e na inovação, procurando melhorar continuamente o serviço prestado à Área Metropolitana do Porto. Em 2016, destacam-se as apostas feitas no reforço da operação em períodos específicos de festividades na cidade, alturas em que a pressão sobre os meios de transporte exige a disponibilização de alternativas eficazes, na extensão do percurso realizado em algumas linhas, em função da procura, no apoio a iniciativas culturais realizadas na região e o alargamento da STCP *free* Wi-Fi a toda a sua rede.

Para concluir, é devida uma palavra de reconhecimento a todos os colaboradores da STCP. Os resultados alcançados são fruto da sua dedicação, da sua responsabilidade e do seu profissionalismo, qualidades que os clientes e a população em geral se habituaram a reconhecer-lhes. A confiança da comunidade que serve é um elemento central na missão da STCP. É com essa confiança que a STCP pode e deve perspetivar o futuro.

Jorge Moreno Delgado

Presidente do Conselho de Administração



The image shows the front of a white Mercedes-Benz bus. The bus has a large digital display at the top showing the number '47' and the destination 'SANTO ANTONIO'. The front grille features the Mercedes-Benz logo and the text 'TP' and 'Averá nº 4320912'. The license plate is '82-58-QC'. A wheelchair accessibility symbol is visible on the front bumper. The bus is parked in front of a building with classical architectural details. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue filter, and a large orange circle is positioned in the center-left, containing the text 'O ANO DE 2016'.

O ANO DE 2016



301 HOSP. S. TOPO

3163

MAN
2

O ANO DE 2016

2.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

- É uma sociedade anónima de capital 100% público
- Em 31 de dezembro de 2016 a STCP detinha participações de capital nas seguintes empresas:

100,0%	STCP Serviços, Lda.	16,6%	Metro do Porto, S.A.
33,3%	TIP, ACE	8,3%	OPT, S.A.
20,0%	Transpublicidade, S.A.		
- É a maior empresa de transportes públicos coletivos de passageiros da Área Metropolitana do Porto, com 69,4 milhões de passageiros transportados no ano
- Serve cerca de 1 milhão de habitantes de 33 freguesias e de 6 concelhos: Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia e Porto

INDICADORES (31 DE DEZEMBRO)	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Linhas em exploração	72	72	72	72	0	0,0%
Autocarro	69	69	69	69	0	0,0%
Carro elétrico	3	3	3	3	0	0,0%
Paragens	2.461	2.454	2.448	2.465	17	0,7%
Extensão rede (km)	480	480	481	482	1	0,2%
Rodoviária	478	478	467	480	12	2,6%
Carro elétrico	9	9	9	9	0	0,0%

Em 31 de dezembro de 2016 a STCP tinha:

 <p>uma rede constituída por 72 linhas</p>	 <p>480 km de rede de autocarro 9 km de rede de eléctrico</p>
 <p>61 na rede diurna¹ 58 de autocarro 3 de carro eléctrico 11 na rede madrugada em autocarro</p>	 <p>uma frota de 419 autocarros e 6 carros eléctricos</p>
 <p>uma extensão de rede de 482 kms com 2.465 paragens</p>	 <p>um efectivo de 1.232 trabalhadores, dos quais 74% motoristas de serviço público e guarda-freios, para um efetivo médio de 1.197 trabalhadores</p>

Em 2016 a STCP:

- Percorreu **21,8 milhões** de quilómetros
- Transportou em média, por dia útil, **236 mil** passageiros
- Gerou um volume de negócios de **45,1 milhões** de euros
- Obteve um EBITDA de gestão² negativo de **2,6 milhões** de euros e um resultado operacional negativo de **12,3 milhões** de euros

¹ Das quais 36 têm serviço noturno.

² Resultados antes de depreciações, gastos financiamento, impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho e expurgados de cerca de 1,1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento descansos compensatórios do pessoal, relativos ao período 2003 e 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015); de cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16 e do valor de cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativos ao Memorando de Entendimento com a Câmara Municipal do Porto e a Tutela relativo aos imóveis da empresa.

2.2 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Data	Evento
25 jan	Deliberação Social Unânime por Escrito designando o Conselho de Administração (presidente não executivo e dois vogais executivos), a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal da STCP, S.A. para um mandato de três anos (2016-2018)
22 fev	Cerimónia de admissão de motoristas com presença do Ministro do Ambiente e do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente
24 fev	Deliberação Social Unânime por Escrito designando um vogal não executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A. para um mandato de três anos (2016-2018)
15 abr	Anulação administrativa do ato de adjudicação e do contrato de subconcessão do sistema de transportes da STCP, S.A.
18 abr	Linha 903 prolonga operação à Quinta das Rosas
mai e jun	Realização de serviços especiais: Queima das Fitas, NOS Primavera Sound, Serralves em Festa e S. João
21 mai	Porto Tram Fest - Museu e elétricos do Porto em festa, culminando no tradicional desfile
30 mai	Assembleia Geral anual da STCP, S.A., onde foi votado favoravelmente a nomeação do Revisor Oficial de Contas para o mandato 2016-2018
25 jun	Primeiro-ministro anuncia acordo para a descentralização do modelo de gestão da STCP. Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Estado e seis municípios da Área Metropolitana do Porto
set	Serviços especiais às festas de Gondomar
23 set	Free Wi-Fi é alargado a toda a rede da STCP
28 nov	Publicação do Decreto-Lei nº 82/2016 que determina a descentralização parcial e temporária de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP e a descentralização parcial e temporária da gestão operacional da empresa
8-11 dez	Shuttle STCP para o <i>Comic Con</i> em Matosinhos
10 dez	Circo de Natal promovido pelo Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP (CCDT-STCP)
14 dez	Cerimónia de homenagem aos trabalhadores que completaram 25 anos de serviço e festa de Natal da empresa
19 dez	Publicação da Lei nº 38/2016 que altera os Estatutos da STCP, S.A. tendo em vista a proibição da subconcessão do serviço a entidades que não sejam de direito público ou de capitais exclusivamente públicos
31 dez	STCP põe em operação o maior serviço de madrugada, de sempre, na noite de passagem de ano
	Admissão de 108 motoristas, ao longo do ano

2.3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE OPERACIONAL

2.3.1. Indicadores

Principais indicadores de atividade ^[1]

PASSAGEIROS E RECEITA	UNID	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
MODO AUTOCARRO							
Passageiros	10 ³	80.035	74.043	68.700	68.738	38	0,1%
Passageiros km	10 ³	293.476	270.632	251.871	252.484	613	0,2%
Percurso médio por passageiro	km	3,67	3,66	3,67	3,67	0,01	0,2%
Receita de serviço de transporte ^[2]	10 ³ €	45.632	44.715	41.426	41.515	89	0,2%
MODO CARRO ELÉTRICO							
Passageiros	10 ³	387	414	457	622	165	36%
Passageiros km	10 ³	605	666	745	1.027	282	38%
Percurso médio por passageiro	km	1,56	1,61	1,63	1,65	0,02	1,4%
Receita de serviço de transporte ^[2]	10 ³ €	570	690	848	1.190	343	40%
TOTAL STCP							
Passageiros	10 ³	80.421	74.457	69.157	69.360	202	0,3%
Passageiros km	10 ³	294.081	271.298	252.617	253.512	895	0,4%
Percurso médio por passageiro	km	3,66	3,64	3,65	3,66	0,002	0,1%
Receita de serviço de transporte ^[2]	10 ³ €	46.202	45.405	42.274	42.706	432	1,0%
OFERTA							
MODO AUTOCARRO							
Veículos km serviço	10 ³	23.341	21.713	20.460	21.622	1.162	5,7%
Lugares km	10 ³	2.114.507	1.979.573	1.876.416	1.984.252	107.836	5,7%
Taxa de ocupação	%	13,9%	13,7%	13,4%	12,7%	-0,7 pp	-5,2%
MODO CARRO ELÉTRICO							
Veículos km serviço	10 ³	116	111	111	130	20	18%
Lugares km	10 ³	4.863	4.669	4.655	5.474	819	18%
Taxa de ocupação	%	12,4%	14,3%	16,0%	18,8%	2,8 pp	17%
TOTAL STCP							
Veículos km serviço	10 ³	23.457	21.824	20.571	21.752	1.181	5,7%
Lugares km	10 ³	2.119.370	1.984.242	1.881.072	1.989.727	108.655	5,8%
Taxa de ocupação	%	13,9%	13,7%	13,4%	12,7%	-0,7 pp	-5,1%
DESEMPENHO OPERACIONAL ^[1]							
Receita de serviço de transporte ^[2]	10³ €	46.202	45.405	42.274	42.706	432	1,0%
Receita / passageiro	cent. €	57,5	61,0	61,1	61,6	0,4	0,7%
Receita / passageiro km	cent. €	15,7	16,7	16,7	16,8	0,11	0,7%
Receita / lugar km	cent. €	2,18	2,29	2,25	2,15	-0,1	-4,5%
Gastos operacionais ^[3]	10³ €	55.600	51.583	48.755	47.689	-1.066	-2,2%
Gasto operacional / passageiro	cent. €	69,1	69,3	70,5	68,8	-1,7	-2,5%
Gasto operacional / passageiro km	cent. €	18,9	19,0	19,3	18,8	-0,49	-2,5%
Gasto operacional / lugar km	cent. €	2,62	2,60	2,59	2,40	-0,2	-7,5%
Taxa de cobertura receita ^{[2]/[3]}	%	83,1%	88,0%	86,7%	89,6%	2,8 pp	3,3%
RESULTADOS							
Resultados operacionais	10 ³ €	-6.425	-7.858	-21.140	-12.325	8.815	42%
Resultados financeiros ^[4]	10 ³ €	-8.758	-46.976	-10.465	-14.449	-3.983	-38%
Resultados líquidos ^[4]	10 ³ €	-15.224	-54.847	-31.617	-26.788	4.830	15%
EBITDA (de gestão) ^[5]	10 ³ €	5.774	1.406	-3.823	-2.590	1.233	32%

^[1] Com dados dos contratos de exploração (produção contratada), inexistente a partir de out.13.

^[2] Inclui compensação de tarifário social andante, valores líquidos de IVA.

^[3] Gastos operacionais sem depreciações, provisões, reversões, imparidades, variação de justo valor, componente financeira do leasing operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho. Retirado os seguintes valores: 2015, cerca de 600 mil euros do pagamento a motoristas dos tempos de deslocação entre etapas com intervalos superiores a duas horas, respeitante a anos anteriores até ao ano de 2014, inclusive; 2016: cerca de 1,1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento dos descansos compensatórios do pessoal, referente ao período compreendido entre 2003 e 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015), e cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16 e do valor de cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativos ao Memorando de Entendimento com a Câmara Municipal do Porto e a Tutela relativo aos imóveis da empresa.

^[4] Inclui variação de justo valor e juros com SWAPS.

^[5] Resultados antes de depreciações, gastos financiamento, impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho, componente financeira das rendas de leasing operacional. 2015 expurgado de cerca de 600 mil euros, da sentença judicial e acordo extrajudicial, relativo ao pagamento a motoristas dos tempos de deslocação entre etapas com intervalos superiores a duas horas, até 2014; 2016: expurgado de cerca de 1,1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento dos descansos compensatórios do pessoal, de 2003 a 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015); cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16 e do valor de cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativos ao Memorando de Entendimento com a Câmara Municipal do Porto e a Tutela relativo aos imóveis da empresa.

2.3.2. Passageiros e receita

Passageiros

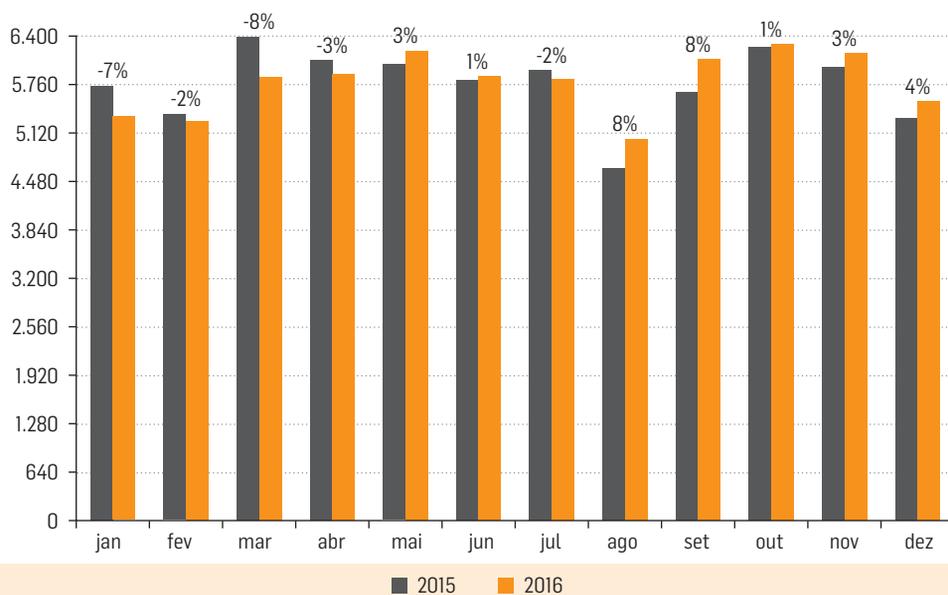
PASSAGEIROS	UNID	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
PRODUÇÃO PRÓPRIA AUTOCARRO							
Passageiros	10 ³	78.288	74.043	68.700	68.738	38	0,1%
Passageiros km	10 ³	284.278	270.632	251.871	252.484	613	0,2%
Percurso médio por passageiro	km	3,63	3,66	3,67	3,67	0,01	0,2%
PRODUÇÃO AUTOCARRO CONTRATADA							
Passageiros	10 ³	1.746	0	0	0		
Passageiros km	10 ³	9.198	0	0	0		
Percurso médio por passageiro	km	5,27	0,00	0,00	0,00		
CARRO ELÉTRICO							
Passageiros	10 ³	387	414	457	622	165	36%
Passageiros km	10 ³	605	666	745	1.027	282	38%
Percurso médio por passageiro	km	1,56	1,61	1,63	1,65	0,02	1,4%
TOTAL STCP							
Passageiros	10 ³	80.421	74.457	69.157	69.360	202	0,3%
Passageiros km	10 ³	294.081	271.298	252.617	253.512	895	0,4%
Percurso médio por passageiro	km	3,66	3,64	3,65	3,66	0,002	0,1%

Em 2016 foram transportados 69,4 milhões de passageiros, e pela primeira vez desde 2010, a STCP registou um aumento do número de passageiros transportados. Foram mais 200 mil que em 2015 (+0,3%).

Foram transportados em autocarro mais 35 mil passageiros (+0,1%) e em carro elétrico mais 165 mil (+36%).

Esta inversão de tendência foi verificada no segundo semestre do ano, quando as medidas implementadas na operação, nomeadamente a admissão de motoristas, começaram a surtir efeito.

Passageiros por mês (em milhares)



No gráfico pode observar-se a evolução mensal dos passageiros em 2015 e 2016. O primeiro semestre de 2016 terminou com menos cerca de um milhão de passageiros transportados que em 2015. Já no segundo semestre foram transportados cerca de mais 1,1 milhão de passageiros do que em igual período de 2015. No total de 2016, e como referido acima, os passageiros foram superiores em cerca de 200 mil.

Passageiros por tarifário e título de transporte

PASSAGEIROS	UNID	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
TARIFÁRIO							
Tarifário intermodal	10 ³	65.928	62.620	58.687	58.226	-461	-0,8%
Tarifário monomodal	10 ³	14.493	11.837	10.470	11.133	663	6,3%
% tarifário intermodal	%	82%	84%	85%	84%	-0,9 pp	-1,1%
TÍTULO							
Assinaturas	10 ³	63.695	58.841	54.278	54.325	47	0,1%
Títulos ocasionais ⁽¹⁾	10 ³	13.847	12.913	12.169	11.811	-358	-2,9%
Agente único	10 ³	2.879	2.703	2.710	3.223	513	19%
Passageiros	10³	80.421	74.457	69.157	69.360	202	0,3%

⁽¹⁾ Inclui diários e especiais.

Os passageiros com tarifário monomodal, 16% do total, registaram em 2016 um aumento de cerca de 660 mil (+6,3%).

As assinaturas foram utilizadas por cerca de 78% dos passageiros e o agente único, título de venda a bordo, utilizado por 5% dos passageiros, verificou um crescimento de cerca de 500 mil (+19%).

Receita do serviço de transporte

RECEITA ⁽¹⁾	UNID	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Produção própria autocarro	10 ³ €	44.597	44.715	41.426	41.515	89	0,2%
Produção autocarro contratada	10 ³ €	1.036	0	0	0		
Carro Elétrico	10 ³ €	570	690	848	1.190	343	40%
Total STCP	10³ €	46.202	45.405	42.274	42.706	432	1,0%

⁽¹⁾ Inclui compensação de tarifário social andante, valores líquidos de IVA.

A receita em 2016 acompanhou o aumento de passageiros atingindo os 42,7 milhões de euros, mais 432 mil euros (+1,0%) que em 2015.

Em 2016 não houve aumento de tarifas de transporte.

Receita por tarifário e título de transporte

RECEITA ^[1]	UNID	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
TARIFÁRIO							
Tarifário intermodal	10 ³ €	36.048	36.126	33.331	32.865	-466	-1,4%
Tarifário monomodal	10 ³ €	10.154	9.280	8.943	9.841	898	10%
% tarifário intermodal	%	79,8%	79,6%	78,8%	77,0%	-1,9 pp	-2,4%
TÍTULO							
Assinaturas	10 ³ €	29.081	28.966	26.287	25.965	-322	-1,2%
Títulos ocasionais ^[2]	10 ³ €	12.233	11.723	11.257	11.115	-141	-1,3%
Agente único	10 ³ €	4.888	4.716	4.730	5.626	896	19%
Receita ^[1]	10³ €	46.202	45.405	42.274	42.706	432	1,0%

^[1] Inclui compensação de tarifário social andante, valores líquidos de IVA.

^[2] Inclui diários e especiais.

As assinaturas representaram cerca de 61% da receita total, o agente único 13% e os restantes 26% respeitaram aos títulos ocasionais.

A receita intermodal foi de 77% da total, cerca de menos 1,9 p.p. do que em 2015.

Rede de vendas

No final de 2016 existiam mais de mil locais para carregamento dos títulos de transporte Andante e STCP. A rede de vendas de títulos válidos na STCP é gerida diretamente ou indiretamente pelo TIP, com exceção dos títulos de agente único, cuja gestão é assegurada diretamente pela STCP. A esta rede acresce os ATM da SIBS para carregamento das assinaturas andante normais.

REDE DE VENDAS	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Agentes autorizados	527	597	596	748	152	25,5%
Postos STCP	2	1	0	0	0	
Lojas Andante ^[1]	10	10	10	10	0	0,0%
Pontos de Venda Andante ^[2]	7	7	8	8	0	0,0%
Bilheteiras da CP	5	5	5	7	2	40,0%
MVA CP	31	80	80	82	2	2,5%
MVA MP	201	198	198	198	0	0,0%
Total	783	898	897	1.053	156	17%

^[1] Valores 2014 e 2015 retificados

^[2] Turismo Porto e Norte de Portugal; Espírito Santo (2); Valpi; Resende; Maia Transportes; Gondomarense; Museu do Carro Eléctrico.

Fiscalização dos títulos de transporte

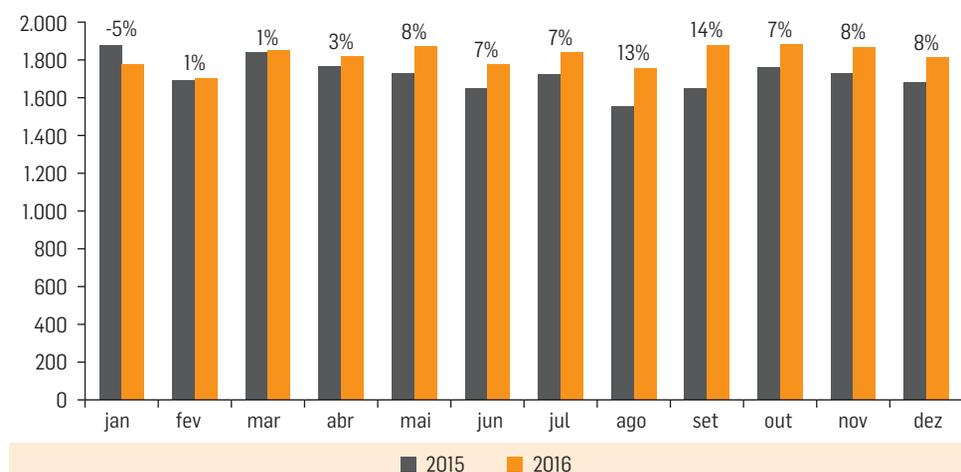
Em 2016 a taxa de fiscalização de viagens, medida através do rácio viagens fiscalizadas pelas viagens realizadas, foi de 3,8% e a taxa de fiscalização de passageiros, medida através do rácio passageiros fiscalizados pelos passageiros totais, foi de 1,5%. A taxa de fraude, detetada pelos agentes de fiscalização, medida através do rácio entre a quantidade de autos de notícia emitidos e a quantidade de passageiros fiscalizados, foi de 0,54%, tendo sido emitidos 5.510 autos de notícia.

2.3.3. Oferta

OFERTA	UNID	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
PRODUÇÃO PRÓPRIA AUTOCARRO							
Veículos km serviço	10 ³	22.539	21.713	20.460	21.622	1.162	5,7%
Lugares km	10 ³	2.049.536	1.979.573	1.876.416	1.984.252	107.836	5,7%
Horas de serviço	10 ³	1.430	1.381	1.294	1.367	73	5,6%
Lotação média	lugares	90,9	91,2	91,7	91,8	0,1	0,1%
Velocidade média	km/h	15,8	15,7	15,8	15,8	0,0	0,1%
Taxa de ocupação	%	13,9%	13,7%	13,4%	12,7%	-0,7 pp	-5,2%
Número máximo veículos	n ^o	382	384	384	382	-2	-0,5%
PRODUÇÃO AUTOCARRO CONTRATADA							
Veículos km serviço	10 ³	802	0	0	0		
Lugares km	10 ³	64.971	0	0	0		
Lotação média	lugares	81	0	0	0		
Taxa de ocupação	%	14,2%	0	0	0		
CARRO ELÉTRICO							
Veículos km serviço	10 ³	116	111	111	130	20	18%
Lugares km	10 ³	4.863	4.669	4.655	5.474	819	18%
Horas de serviço	10 ³	16	16	15	16	1	8,8%
Lotação média	lugares	42,0	42,0	42,0	42,0	0,0	0,0%
Velocidade média	km/h	7,3	7,1	7,4	8,0	0,6	8,1%
Taxa de ocupação	%	12,4%	14,3%	16,0%	18,8%	2,8 pp	17%
Número máximo veículos	n ^o	4	4	4	5	1	25%
TOTAL STCP							
Veículos km serviço	10 ³	23.457	21.824	20.571	21.752	1.181	5,7%
Lugares km	10 ³	2.119.370	1.984.242	1.881.072	1.989.727	108.655	5,8%
Lotação média	lugares	90,4	90,9	91,4	91,5	0,0	0,0%
Taxa de ocupação	%	13,9%	13,7%	13,4%	12,7%	-0,7 pp	-5,1%

Em 2016, foram efetuados cerca de 21,6 milhões de quilómetros de serviço, cerca de mais 1,2 milhões de quilómetros que em 2015. A reposição gradual de efetivo, ao longo de 2016, permitiu retomar os níveis de cumprimento do serviço planeado, com reflexos positivos obviamente nos veículos km em serviço.

Veículos km por mês (em milhares)



Taxa de cumprimento de viagens da produção própria

TAXA DE CUMPRIMENTO DE VIAGENS	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Viagens planeadas autocarro ^[1]	2.083.561	2.056.633	2.036.178	2.029.081	-7.097	-0,3%
Viagens perdidas autocarro ^[2]	50.842	98.851	177.149	105.807	-71.341	-40,3%
Taxa de cumprimento das viagens autocarro	97,6%	95,2%	91,3%	94,8%	3,5 pp	3,8%
Viagens planeadas carro elétrico ^[3]	43.201	35.791	30.508	34.734	4.226	13,9%
Viagens perdidas carro elétrico ^[3]	1.477	1.927	3.501	2.179	-1.323	-37,8%
Taxa de cumprimento das viagens carro elétrico	96,6%	94,6%	88,5%	93,7%	5,2 pp	5,9%

^[1] Fonte: Departamento de Operações (Sistema de Ajuda à Exploração e Informação)

^[2] Fonte: Departamento de Operações (Sistema Integrado de Comunicação de Ocorrências), excluindo dias de greve e/ou plenários

^[3] Fonte: Unidade de Carro Elétrico

A taxa de cumprimento de viagens de autocarro foi de 94,8%, registando uma melhoria de 3,5 p.p. em comparação com o ano de 2015. Cerca de 71% das viagens perdidas foram por falta de motoristas na escala, 18% por motoristas em falta no dia e 5,2% devido a trânsito condicionado ou via impedida.

Esta inversão de tendência foi verificada no segundo semestre do ano, quando a reposição gradual do efetivo permitiu melhorar o cumprimento das viagens planeadas.

No modo carro elétrico, a taxa de cumprimento de viagens foi de 93,7%, superior ao valor registado em 2015 em 5,2 p.p.. Cerca de 51% das viagens perdidas foram por falta de pessoal e 22% por estacionamento indevido na via de carril.

Acidentes por embate

Registou-se em 2016 uma taxa de 58 acidentes por cada milhão de quilómetros percorridos, verificando-se um aumento de 12,5% face a 2015 na quantidade de acidentes registados em 2016.

ACIDENTES POR EMBATE	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Acidentes	813	818	1.114	1.253	139	12,5%
Taxa de acidentes ^[1]	36,1	37,7	54,4	58,0	3,5	6,4%

^[1] Por milhão de veículos km de serviço de autocarros produção própria



Desvios da rede

Os 317 desvios efetuados no percurso das linhas de serviço público resultaram essencialmente de eventos que ocuparam a via pública e de obras realizadas na via. Em 2016 constata-se um acréscimo na quantidade de desvios, mais 31 do que em 2015, com um aumento da sua duração média.

DESVIOS	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Por obras	169	144	169	173	4	2,4%
Por eventos	97	103	117	144	27	23,1%
Total de desvios	266	247	286	317	31	10,8%
Duração média dos desvios (dias)	12	7	5	8	3	60,0%

Operação Via Livre

A STCP, através da operação Via Livre, resultante de um protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto e assegurado conjuntamente com a Polícia Municipal do Porto, desenvolve uma ação de combate ao estacionamento abusivo tendo em vista melhorar as condições de circulação de transporte público e através disso aumentar a sua eficiência.

Também ao abrigo deste protocolo tem funcionado um grupo de trabalho, envolvendo as três entidades, tendo em vista a procura de soluções expeditas para melhorar a fluidez do trânsito em geral.

Nos últimos anos os resultados têm sido os seguintes:

OPERAÇÃO VIA LIVRE	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Multas	4.433	3.918	3.812	3.255	-557	-15%
Bloqueamentos	286	86	43	18	-25	-58%
Reboques	284	83	48	82	34	71%
Medidas corretivas	5.003	4.087	3.903	3.355	-548	-14%

Corredores BUS

Os corredores BUS, disponibilizados à circulação das linhas da STCP, representam apenas 5,3% da cobertura total da rede viária servida pela STCP e localizam-se maioritariamente no Porto. Em 2016 existiam cerca de 25,2 quilómetros, 1,3 (5%) dos quais serviam apenas para delimitar zonas de paragem.

	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Corredores BUS (km)	23,3	24,2	24,1	25,2	1,1	4,4%



CARAPIM
BEBÉ - CRIANÇA E JÚNIOR

JCDigital
Que 2017 seja
oooooooooooo
oooooooooooo
oooooooooooo





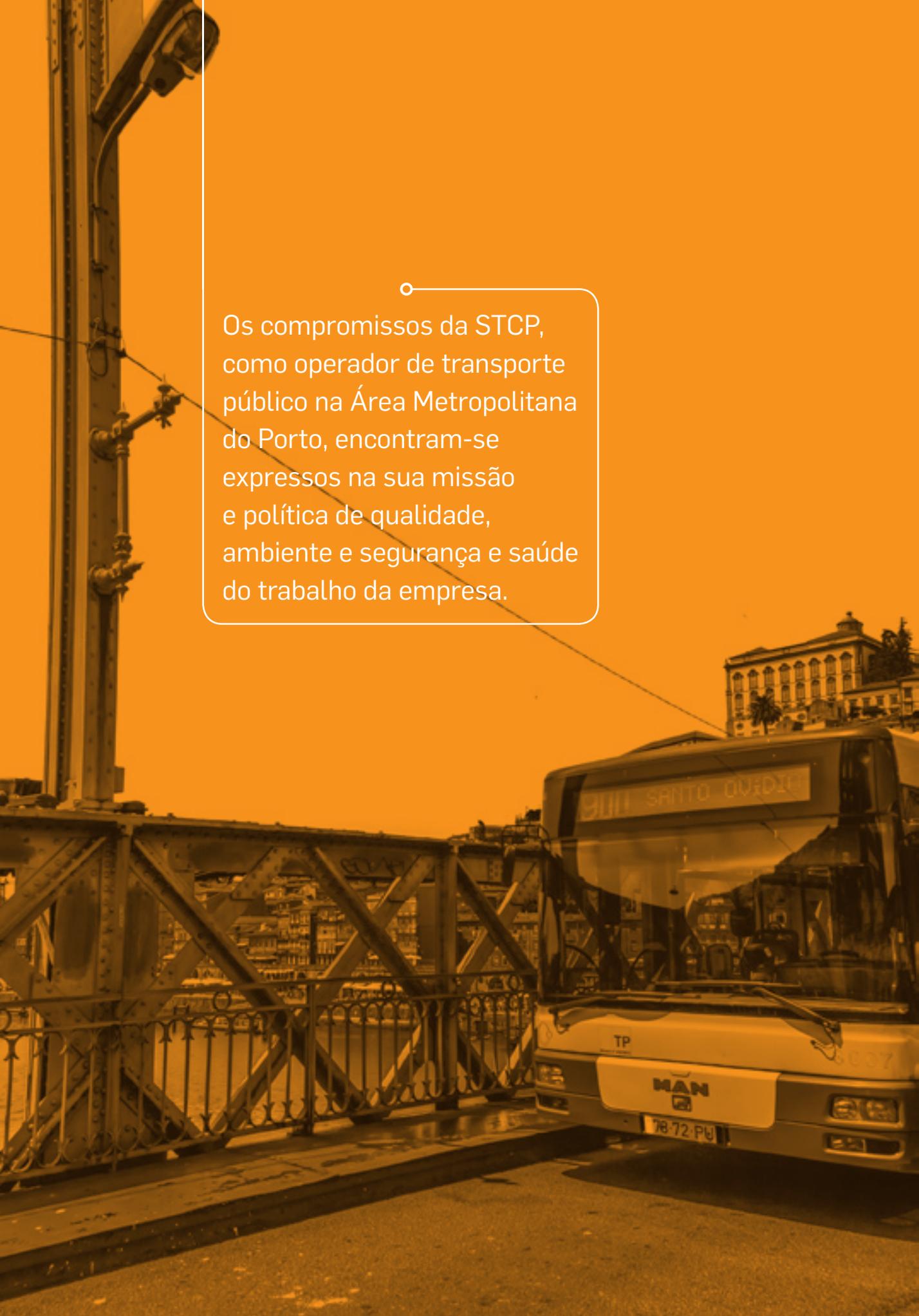
DESEMPENHO
NA ÓTICA DO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

1207

TP

Alcova nº 4032912

15 · IS · 48

A photograph of a MAN bus on a bridge in Porto, Portugal. The bus is white with a black grille and has "MAN" and "TP" visible on the front. The license plate is "78 72 PU". The destination sign above the windshield reads "SANTO OUGRE". The bridge has a metal railing with a decorative pattern. In the background, there are buildings and a river. The entire image has a warm, orange-yellow tint. A white text box with a thin border is overlaid on the left side of the image, containing text in Portuguese.

Os compromissos da STCP,
como operador de transporte
público na Área Metropolitana
do Porto, encontram-se
expressos na sua missão
e política de qualidade,
ambiente e segurança e saúde
do trabalho da empresa.

DESEMPENHO NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A STCP tem como prática incorporar a temática da sustentabilidade no relatório e contas anual. Esta abordagem permite que a sustentabilidade obtenha um lugar de destaque no contexto do relato empresarial, conferindo aos aspetos sociais e ambientais do desempenho empresarial uma importância acrescida.

Neste capítulo sobre desenvolvimento sustentável são incluídos indicadores económicos, que estão desenvolvidos no capítulo 4. Desempenho Económico e Financeiro, e indicadores sociais e ambientais, cuja elaboração teve por orientação as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI G3). São evidenciados o desempenho e as práticas da empresa na área da sustentabilidade, promovendo a transparência em relação à sustentabilidade das atividades da empresa, e disponibilizando informação considerada relevante para diferentes partes interessadas, nomeadamente Clientes e Colaboradores.

São também divulgados princípios, práticas e iniciativas, desenvolvidos para melhorar o desempenho da empresa, no que respeita aos impactos económicos, ambientais e sociais, no exercício da sua atividade.

A STCP é também *Full Signatory Member* da Carta de Sustentabilidade da UITP - *Union Internationale des Transports Publics*. A adesão a esta Carta é voluntária e pretende garantir que os seus membros aplicam as melhores práticas de desenvolvimento sustentável e melhoria contínua na prossecução das suas atividades.



3.1. SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO: QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO

Os compromissos da STCP, como operador de transporte público na Área Metropolitana do Porto, encontram-se expressos na sua missão e política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho da empresa.

3.1.1. Missão, visão, valores e política

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho.

Como principal operador de serviço público da AMP, a STCP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

Missão

Prestar um serviço de transporte público urbano de passageiros na AMP, em articulação concertada com os demais operadores rodoviários, ferroviário e de metro ligeiro, contribuindo para a efetiva mobilidade das pessoas, disponibilizando uma alternativa competitiva ao transporte individual privado e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais num quadro de racionalidade económica e na busca da melhoria contínua do seu desempenho.

Visão

Ser reconhecida como empresa de referência entre as que apresentam as melhores práticas do sector dos transportes públicos de passageiros, a nível nacional e europeu.

Valores

Os seguintes valores definem a postura da STCP perante a sociedade em geral, perante os clientes, perante o acionista, perante os parceiros e os fornecedores e, igualmente, nas relações com todos os que nela trabalham ou com ela cooperam:

Legalidade, Responsabilidade, Rigor, Transparência e Isenção, Cooperação, Qualidade, Serviço Público, Consciência Social, Modernidade, Segurança e Preocupação Ambiental.

Política estratégica da empresa:

- Afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.
- Responder às necessidades de mobilidade física e social dos clientes, através de uma adequada oferta ao nível da rede de transportes, da sua acessibilidade, dos horários e produtos, dentro dos limites permitidos pelas concessões, e pela racionalização dos recursos humanos e materiais.
- Promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral.
- Garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde.
- Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equi-

pamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais.

- Desenvolver todas as suas atividades, produtos e serviços enquadrados por um sistema integrado de gestão, nas dimensões de qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho, com o envolvimento de todos os seus trabalhadores, fornecedores, contratados, autoridades locais e clientes.
- Assumir a procura da melhoria contínua e o respeito pelos requisitos estabelecidos no seu Sistema Integrado de Gestão, incluindo não só os legalmente e estatutariamente aplicáveis como os de adesão voluntária, avaliando regularmente o seu desempenho através da realização de auditorias internas e culminando com a revisão anual do sistema.

Há oito anos que a STCP vem garantindo que o seu Sistema Integrado de Gestão reúne as condições para poder ostentar as Certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho. O âmbito estende-se a todas as instalações e atividades da STCP, com exceção das que se relacionam diretamente com a atividade museológica do Museu do Carro Eléctrico e das instalações desativadas.

Os referenciais normativos atualmente em vigor são:

- NP EN ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade.
- NP EN ISO 14001:2012 – Sistemas de Gestão Ambiental.
- OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008 – Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho.

Com estas certificações a STCP demonstra a sua intenção em posicionar-se como um referência entre as melhores empresas de transporte público de passageiros, na promoção de um transporte sustentável do ponto de vista ambiental e da segurança dos seus trabalhadores, em todos os municípios em que opera.





Gestão da qualidade

O tema relevante, durante o ano de 2016, foi a capacidade de reposição dos níveis de cumprimento da oferta planeada e divulgada, com a admissão de novos motoristas, o que se traduziu na melhoria dos indicadores de reclamações apresentadas pelos clientes.

Auditoria interna de certificação e auditoria anual de renovação

Foi assegurada a realização das diversas auditorias internas, ao longo do ano, sempre com recursos humanos internos, recorrendo à sua bolsa de auditores.

No final do ano decorreu a segunda auditoria de acompanhamento, referente ao terceiro triénio das certificações do sistema de gestão realizada pela Entidade Certificadora. O resultado desta auditoria veio confirmar a adequabilidade do sistema de gestão da STCP aos referenciais em que se encontra certificado.

A STCP continua a participar na Comissão Técnica Portuguesa de Normalização - CT 148 (transportes, logística e serviços), órgão técnico de normalização, que visa a elaboração de documentos normativos e a emissão de pareceres a nível nacional, em cooperação com o organismo europeu de normalização, situando a sua atuação no âmbito do transporte de passageiros, de mercadorias, da logística e dos parques de estacionamento. Nela estão representados os principais intervenientes nestas áreas a nível nacional, operadores de transportes, operadores logísticos, representante dos consumidores, entidades certificadoras, associações de profissionais e empresas ligadas ao setor.

Gestão ambiental

Os aspetos relacionados com a gestão ambiental encontram-se desenvolvidos no ponto 3.4..

Gestão da segurança e saúde do trabalho.

Os aspetos relacionados com a gestão da segurança e saúde do trabalho encontram-se desenvolvidos no ponto 3.5..

3.2. RESPONSABILIDADE PERANTE OS CLIENTES

O Estado Português celebrou um contrato com a STCP, em 8 de agosto de 2014, através do qual contratualizou a prestação do serviço de transportes público de passageiros por modo autocarro, na Área Metropolitana do Porto (AMP), contrato esse, que teve um primeiro aditamento em dezembro daquele ano.

O contrato tem como finalidade definir as condições de prestação do serviço de transporte público de passageiros, por modo autocarro, por parte da STCP e adequar os seus termos ao disposto no Regulamento (CE) nº 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros.

3.2.1. O Serviço de transporte público de passageiros

A rede de transporte público de passageiros da STCP tem 72 linhas: 61, prestam serviço diurno, das quais 36 têm serviço também ao noturno (entre as 21h00 e as 24h00) e 11 linhas operam durante a madrugada (entre as 24h00 e as 6h00).

Funcionam em modo autocarro 69 linhas e 3 em modo carro elétrico.

O serviço é prestado ao longo de todos os dias do ano. Durante os dias úteis é prestado serviço por todas as linhas da rede.

A rede tem uma extensão de aproximadamente 482km, servindo 2.465 paragens localizadas ao longo dos 6 concelhos servidos: Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia.



Mapa da Rede da STCP

Em 2016 foram percorridos 21,8 milhões de km e disponibilizados aos clientes 1.890 milhões de lugares km.

A taxa de cumprimento do serviço, medida através das viagens realizadas face às viagens planeadas, foi de 94,8%. Já a taxa de cumprimento dos veículos km realizados, face aos veículos km programados, foi de 99,7%.

Foram realizadas cerca de 1,96 milhões de viagens, nas linhas da rede da STCP, tendo sido transportados 69,4 milhões de passageiros. A taxa de ocupação média das viaturas foi de 12,7%.

Na execução do serviço público de transporte de passageiros foi assegurada uma oferta de cariz social, garantindo a mobilidade a zonas geográficas, e em horários, sem interesse do ponto de vista comercial. Aliás, o mesmo foi assumido no contrato de serviço de transportes público de passageiros, acima referido. As obrigações de serviço público exigem que a empresa respeite os requisitos de continuidade, de sustentabilidade, de boa qualidade e de eficácia, garanta a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos, assegure a proteção do utilizador, promova a coesão económica, social ou territorial e respeite os princípios de não discriminação, de segurança, de transparência e de proteção do ambiente.

Pelo cumprimento das obrigações de serviço público, à luz do contrato celebrado com a STCP, o Estado obrigou-se a pagar à empresa uma compensação financeira em conformidade com os critérios previstos no Regulamento e no Decreto-Lei nº 167/2008, de 26 de agosto. No entanto, no ano de 2016, essa compensação financeira foi valorizado pelo Estado em zero.

3.2.2. A satisfação do cliente

Avaliação da satisfação do cliente

Tendo em consideração a redefinição da estratégia da empresa, cujos resultados e efeitos visíveis já se notaram no final do ano, foi decidido dar início a novos estudos de satisfação e imagem, a executar em 2017.

A satisfação do cliente, em 2016, foi assim aferida com base nos contactos dos clientes, designadamente através da análise das reclamações, sugestões, elogios e comentários.

Reclamações de clientes

Foram registadas 1.793 reclamações, o que representa uma redução superior a metade das registadas em 2015.

As reclamações por incumprimento de horários foram responsáveis por 67% do total, embora tenham reduzido 62% face ao ano anterior. Esta evolução favorável deve-se, essencialmente à reposição dos níveis de serviço e subsequentemente melhor cumprimento de horários, em resultado do reforço do efetivo de motoristas.

As reclamações relativas ao comportamento de colaboradores corresponderam a 23% do total, seguidas das relativas ao sistema de bilhética e às viaturas.

As reclamações foram efetuadas maioritariamente através da linha azul (87%).

RECLAMAÇÕES POR TIPO	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
TIPO RECLAMAÇÕES						
Horários	1.675	2.155	3.204	1.214	-1.990	-62%
Comportamento pessoal	414	367	312	404	92	29%
Sistema bilhética	132	52	63	66	3	5%
Viaturas	40	37	20	42	22	110%
Rede e percursos	35	19	28	34	6	21%
Outros	81	33	21	14	-7	-33%
Informação ao público	33	18	9	12	3	33%
Paragens e abrigos	19	19	7	7	0	0%
Total reclamações	2.429	2.700	3.664	1.793	-1.871	-51%

RECLAMAÇÕES POR CANAL DE ENTRADA	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Linha azul	2.103	2.403	3.096	1.552	-1.544	-50%
Outros canais	195	202	386	110	-276	-72%
Livro de reclamações	131	95	182	131	-51	-28%
Total reclamações	2.429	2.700	3.664	1.793	-1.871	-51%

SUGESTÕES E ELOGIOS	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Sugestões	98	46	21	42	21	100%
Elogios	6	3	0	5	5	-

Foram realizados três estudos de avaliação da satisfação de serviços específicos:

1. Avaliação da satisfação com a aromatização dos autocarros da linha 903

Para assinalar a inauguração do novo trajeto da linha 903, a STCP pôs em circulação 12 autocarros totalmente aromatizados, a fim de proporcionar uma nova experiência aos utilizadores da linha.

A avaliação desta inovação foi efetuada no âmbito do estudo para dissertação de mestrado sobre o impacto dos estímulos olfativos na qualidade percebida dos serviços, apoiada pela empresa. Foram realizados inquéritos a clientes da linha 903 a bordo dos autocarros que tinham sido equipados com aromatizadores.

O estudo, que resultou na média de avaliação de 2,73, numa escala de 1 a 5, forneceu alguns indicadores sobre a satisfação dos clientes relativamente aos cheiros nos autocarros. Os fatores sociodemográficos não parecem influenciar as perceções sobre os estímulos olfativos. A avaliação aponta ainda no sentido de os estímulos olfativos agradáveis terem impacto positivo na qualidade percebida dos clientes sobre as seguintes variáveis:

- modernidade e conservação dos equipamentos no interior do autocarro;
- beleza visual no interior do autocarro;
- aparência e disponibilidade dos colaboradores;
- temperatura que se faz sentir dentro dos autocarros;
- segurança dentro dos autocarros;
- conforto dentro dos autocarros, e higiene dentro dos autocarros.

A aromatização de autocarros prosseguiu, por um período experimental de 6 meses, noutros autocarros que circularam por outras linhas, podendo vir a ser objeto de novo estudo com vista a apoiar trabalhos académicos na área do marketing experiencial, que também são úteis para a tomada de decisões nas empresas.

2. Avaliação da satisfação sobre o serviço Wi-Fi

Após o alargamento do serviço Wi-Fi gratuito, a toda a rede da STCP, foi realizado um inquérito aos clientes, em novembro de 2016, para avaliação deste serviço.

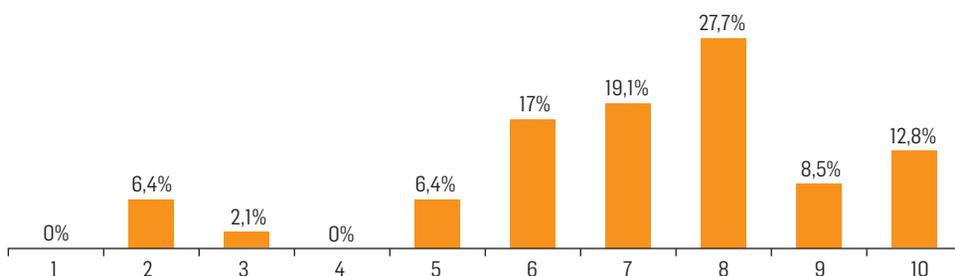
Verificou-se que mais de 60% dos entrevistados já tinha usado o Wi-Fi nos autocarros. Cerca de 85% dos clientes que utilizaram o serviço consideram-no com qualidade boa ou muito boa e quase 90% recomendaria a sua utilização a amigos ou conhecidos.

De entre as vantagens percebidas na disponibilidade deste serviço, as mais repetidas em pergunta aberta, foram: "Ajuda a passar a viagem", "Para começar o dia de trabalho lendo os emails", "Se estiver sozinho(a) não apanho seca", "Andar nos transportes públicos é tempo perdido e com o Wi-Fi posso ir lendo notícias para me manter informado(a)", "Posso ir vendo as redes sociais".

Os que não viram grande utilidade neste serviço não eram utilizadores deste tipo de acesso a telecomunicações, e não conseguiam avaliar esta disponibilidade.

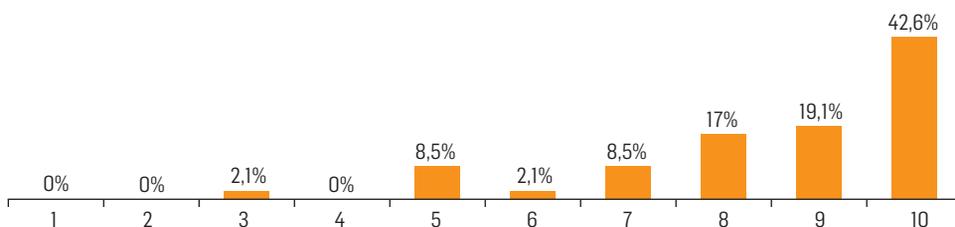
Classificação do serviço STCP free Wi-Fi

(1= nada satisfeito; 10= totalmente satisfeito)



Recomendaria o serviço STCP free Wi-Fi aos colegas, amigos ou familiares?

(1= pouco provável; 10= muito provável)



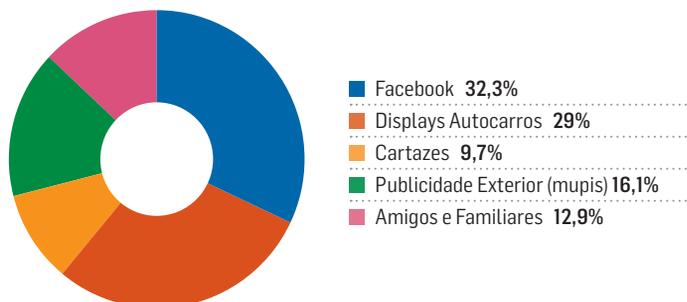
3. Avaliação da satisfação sobre o Porto Tram Fest

Foi feito um estudo de avaliação do evento que celebrou o dia do Museu do Carro Eléctrico, designado por Porto Tram Fest, através da realização de entrevistas.

Constatou-se que o evento teve uma adesão positiva por parte dos participantes.

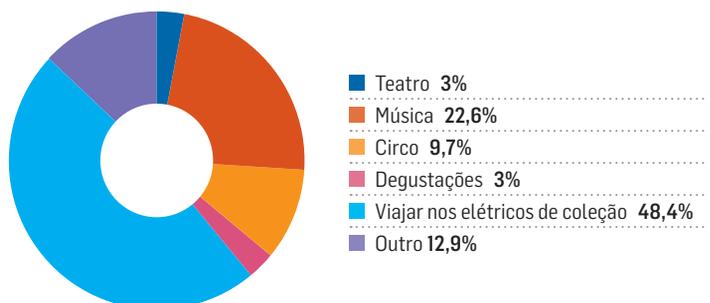
Foi percecionado que os meios digitais são cada vez mais eficazes e poderão ajudar na cativação de novos públicos:

Como tomou conhecimento do Porto Tram Fest?



A atração principal deste evento continua a ser as viagens, nos elétricos da coleção do nosso Museu, apesar das atividades complementares também terem contribuído para a atratividade do evento. Todos os inquiridos afirmaram que recomendariam o festival.

Do que gostou mais neste evento?



3.2.3. A comunicação e a informação

Sítio STCP

Em 2016 houve cerca de 2,5 milhões de visitas, representando uma média mensal acima das 200 mil. No total do ano verificou-se uma redução de visitas na ordem dos 15%, registada sobretudo no primeiro semestre. A data mais visitada de sempre foi o dia 19 de setembro de 2016, sendo setembro também o mês de procura mais elevada, com mais de 400 mil visitas, provavelmente devido ao arranque do ano letivo.

Horários escolares passaram a designar-se Horários Normais

Para facilitar e uniformizar a leitura dos horários nas paragens, a STCP passou a adotar a designação NORMAL para os horários que vigoram durante a maior parte do ano.

Reedição do mapa da rede

Em dezembro de 2016 foi efetuada nova edição do mapa da rede STCP, em formato desdobrável, com mais de 10.000 exemplares. Trata-se de uma importante fonte de informação sobre transportes públicos intermodais no Grande Porto.

Aplicação MOVE-ME

A aplicação intermodal MOVE-ME, que reúne informação em tempo real da STCP, Metro do Porto e CP, bem como informação planeada de mais 13 operadores rodoviários, continua a ser cada vez mais utilizada, com uma grande procura de informação relacionada com a STCP. Quase 90% dos pedidos referem-se a previsões de horários de linhas STCP e mais de 74% das rotas, incluem a STCP no resultado.

Redes Sociais

A página da STCP no Facebook registou um crescimento de 14% face a 2015, atingindo os 14.500 de Gostos.

As publicações com maior alcance foram as referentes ao Porto Tram Fest, com mais de 70.000 visualizações, ao alargamento do Wi-Fi a toda a rede da STCP, ao evento Comic Con e ao serviço especial da Passagem de Ano.

A STCP distribui conteúdos também através do Twitter, Vimeo, Youtube, Slideshare e Flickr.

SMSBUS

O serviço SMSBUS, com 150.000 pedidos em 2016, registou uma quebra de 43% face ao ano anterior. Foi mantida a tendência de redução de utilização que se tem verificado nos últimos anos, devido à existência de aplicações alternativas, gratuitas, para aceder às previsões de chegadas em tempo real.

Outros meios de informação digital

Foi intensificada a passagem de mensagens de sensibilização para a boa utilização do transporte público, através dos *displays* eletrónicos instalados no interior dos autocarros. Mantiveram-se em funcionamento os ecrãs *GoBus*, com as previsões de chegada dos autocarros nas imediações de quatro estações de metro: Trindade, São Bento, Campanhã e Casa da Música.

Linha Azul

A Linha Azul tratou 90.000 contactos telefónicos e cerca de 5.200 e-mails, ao longo do ano.

Perdidos e achados

A Linha Azul tratou mais de 4.700 processos de objetos perdidos e achados, tendo conseguido devolver aos clientes 70% dos perdidos.

3.2.4. Projetos

STCP integra projeto piloto ANDA

Deu-se início ao desenvolvimento, no âmbito do TIP - Transportes Intermodais do Porto, de um novo projeto de bilhética desmaterializada denominado "Anda", recorrendo à utilização de *smartphones*, mas exigindo aos clientes a validação apenas no início de cada viagem, numa lógica de *check-in, be-out* (CIBO), por forma a simplificar a utilização do sistema intermodal.

O desafio, assumido pelo TIP, FEUP e Operadores de Transporte onde se inclui a STCP, é agora o de testar em 2017, com clientes efetivos e viagens reais, a aplicação em telemóvel "Anda", que permitirá ao cliente viajar sem ter de se preocupar com a seleção do tipo de título de transporte necessário. O cliente utiliza os transportes públicos da forma que lhe for mais conveniente. No final do mês receberá a conta das deslocações que efetuar, sendo-lhe aplicadas as tarifas em vigor que lhe forem mais favoráveis.

Este projeto-piloto, que é objeto de financiamento público através do Fundo Ambiental, criado através do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, deverá estar concluído em julho de 2017, esperando-se que nos meses seguintes sejam definidos os requisitos para a sua aplicação em toda a rede andante.

STCP de novo com Painéis de Informação ao Público (PIPs) em paragens de destaque

No primeiro semestre de 2016 ficou concluída a reposição do funcionamento de 43 PIPs instalados junto a paragens de destaque, localizadas nos seis concelhos servidos pela rede de transportes da STCP, após o processo de substituição de *hardware* e *software* motivado pela alteração do sistema de comunicações e pela alteração de contadores de energia elétrica, esta última necessária para cumprir a nova legislação em vigor. Estes 43 equipamentos estão agora em pleno funcionamento.

A STCP tem instalados mais 12 PIPs que aguardam atualmente as formalidades finais de ligação à rede elétrica e 7 PIPs a serem reinstalados em novos locais de paragens já selecionados. O objetivo relativamente a estes equipamentos será atingir, em 2017, um total de 62 PIPs em funcionamento.

Os PIPs são equipamentos muito valorizados pelos clientes uma vez que fornecem, nas paragens, informação sobre o tempo de espera real para a passagem dos próximos autocarros, contribuindo assim, a par com os serviços SMSBUS, GoBus e MOVE-ME, para uma utilização mais cómoda, eficiente e informada dos transportes públicos de passageiros.

Integração da rede STCP no Google Transit: *open data policy*

Este projeto, iniciado em 2016 pela STCP, permitirá a curto prazo publicar no Google Transit os serviços da empresa. A estrutura de dados passará a estar disponível para todos os projetos que permitam aumentar o uso do transporte público, após uma análise prévia por parte da STCP.

O acesso, fácil e amigável, dos utilizadores do sistema de transporte à informação necessária ao planeamento e gestão em tempo real das viagens, pode ser indutor de novas viagens e potenciador de uma melhor experiência, que se traduz em maior satisfação e fidelização de clientes.

Espera-se igualmente um impacto positivo para as economias locais, uma vez que tanto a iniciativa privada como outras entidades públicas têm solicitado este tipo de dados para o desenvolvimento de aplicações, *sites* ou soluções integradas inovadoras, que contribuem para o crescimento do turismo, o desenvolvimento de empresas integradoras de conteúdos, maior uso do transporte público e melhor qualidade de vida nas cidades.

3.3. RESPONSABILIDADE PERANTE A COMUNIDADE

Através da sua Política, a STCP assume o compromisso de promover a comunicação e a cooperação permanente com as entidades externas, nomeadamente instituições governamentais centrais e locais, associações corporativas, autarquias e público em geral e afirmar-se como agente dissuasor da utilização do transporte individual através da promoção de um transporte público urbano de passageiros de qualidade, seguro, moderno e eco eficiente.

Neste ponto são desenvolvidos os meios existentes e as ações realizadas no sentido da sua concretização.

3.3.1. Frota

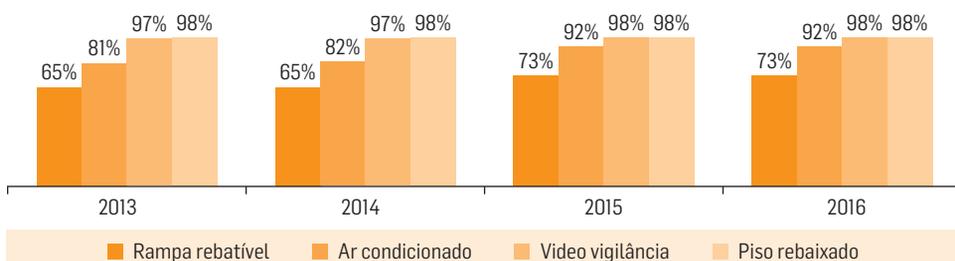
No final de 2016 a frota da STCP era constituída por 419 autocarros, com uma idade média de 14 anos, e 6 carros elétricos históricos que efetuam serviço público. Encontravam-se, no entanto, inoperacionais dois autocarros, com elevados danos devido a acidente.

Assim, para cálculo dos indicadores operacionais estas duas viaturas não foram consideradas tendo em consideração o longo período de imobilização.

FROTA	2013	2014	2015	2016	PESO 2016
Autocarros a gasóleo	220	218	161	160	38%
standard	172	170	118	117	28%
articulados	20	20	20	20	5%
minis	13	13	8	8	2%
2 pisos	15	15	15	15	4%
Autocarros a gás natural	254	256	258	257	62%
standard	225	227	229	228	55%
articulados	29	29	29	29	7%
Autocarros	474	474	419	417	100%
Carros elétricos	6	6	6	6	
Frota	480	480	425	423	

IDADE MÉDIA (ANOS)	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Autocarro	11,0	12,0	12,6	13,6	1,0	8,0%
Gasóleo	11,7	12,7	12,7	13,7	1,0	7,9%
Gás natural	10,5	11,5	12,5	13,5	1,0	8,0%
Carro elétrico	75,6	76,6	77,6	78,6	1,0	1,3%

A frota, cujas características se apresentam no quadro abaixo, tem cerca de 29% das suas viaturas enquadradas nas normas EURO V e EEV.



A taxa de imobilização da frota de autocarros foi de 10,8%, mais 0,8 p.p. do que em 2015, tendo-se registado 1,36 avarias por cada mil veículos km totais, mais 11% relativamente ao ano anterior.

INDICADORES MANUTENÇÃO AUTOCARRO	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Taxa de imobilização ⁽¹⁾	10,2%	9,1%	10,0%	10,8%	0,8 pp	7,8%
Taxa de avarias (por 1.000 veículos km totais)	1,17	1,22	1,22	1,36	0,14	11,4%

⁽¹⁾ 2013 valores retificados.

3.3.2. Participar na vida da comunidade

Primeiro-ministro anunciou acordo para a descentralização do modelo de gestão da STCP

O Governo, a Área Metropolitana do Porto e os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia comprometeram-se a desenvolver um novo modelo de gestão da STCP, através da assinatura de um Memorando de Entendimento.

No memorando, assinado a 25 de junho no Museu do Carro Eléctrico, foi assumido o compromisso de elevar os atuais patamares de eficiência e sustentabilidade do serviço público de transporte de passageiros, promovendo a universalidade do acesso, a qualidade dos serviços e a coesão económica, social e territorial, além do favorecimento de uma trajetória de equilíbrio financeiro da empresa.

Foi anunciada a descentralização por parte do Estado, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Ministro do Ambiente participou na cerimónia de admissão de novos motoristas

Realizou-se no dia 22 de fevereiro, na estação de recolha de Francos, a cerimónia de admissão de 15 novos motoristas, que contou com as presenças do Ministro e do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente.

Este evento assinalou simbolicamente a admissão de novos motoristas nos quadros da STCP, após alguns anos de uma consecutiva redução do efetivo de motoristas ao serviço da empresa, redução que ficou a dever-se não apenas à reforma de um número considerável de trabalhadores, como, em virtude de fortíssimas restrições orçamentais, à impossibilidade absoluta de contratar novos funcionários. Estas limitações tiveram consequências quanto à qualidade do serviço disponibilizado pela Empresa.

Free Wi-Fi alargado a toda a rede da STCP

Embora disponível desde setembro de 2014, o Wi-Fi grátis da STCP estava acessível apenas na cidade do Porto, em fase experimental. Durante estes 2 anos, cerca de meio milhão de clientes da STCP navegou 5 milhões de horas na internet, sem custos.

A partir de setembro a STCP garantiu o alargamento deste serviço a mais 5 concelhos, de uma só vez, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia, abrangendo assim toda a rede de transportes da Empresa.

A cerimónia de apresentação desta iniciativa foi realizada no dia 23 de setembro, e contou com a presença do Ministro e do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente, dos Presidentes das Câmaras Municipais de Vila Nova de Gaia e de Gondomar e da Vereadora da Mobilidade da Câmara Municipal do Porto.



O STCP *Free Wi-Fi* passou assim a estar disponível em mais de 450 km de rede e em 411 autocarros, 24h por dia. Esta é a maior rede veicular urbana em funcionamento, conectando todos os autocarros da STCP (exceto 8 minis e 6 elétricos), táxis e viaturas de serviço da Câmara Municipal do Porto. Esta malha de *internet* em movimento liga-se a pontos de acesso da rede fixa da Porto Digital bem como à rede celular, onde outros acessos não estejam disponíveis, sendo economicamente eficiente. A tecnologia inovadora utilizada e testada na STCP, desde 2014, foi desenvolvida por uma empresa portuguesa sediada em São Francisco, estando atualmente também já em aplicação nas cidades de Nova Iorque e Singapura.

Linha 903 chegou à Quinta das Rosas

A partir de 18 de abril a operação da linha 903 foi prolongada até à Quinta das Rosas, em Gaia. As alterações realizadas ao percurso visaram facilitar o acesso dos moradores da Quinta das Rosas a zonas centrais do Porto e Gaia. Passou, assim, a ser mais fácil chegar às estações de metro de Santo Ovídio e João de Deus, ambas na zona central de Gaia e da Casa da Música. Além do acesso à rede do Metro do Porto, o prolongamento da linha aproximou os residentes a grandes superfícies comerciais em Gaia, ao Pólo Universitário do Campo Alegre e à Boavista.

Para assinalar a inauguração do novo trajeto, foram postos em circulação 12 autocarros, totalmente aromatizados, a fim de proporcionar uma experiência plena aos utilizadores desta linha.

Serviços de transporte para grandes eventos

Serviços especiais queima das fitas

A STCP e a Federação Académica do Porto (FAP) voltaram a oferecer a melhor mobilidade, com reforço de capacidade e de frequências, e vaivéns em autocarros entre o centro da cidade e zona do Hospital de S. João e o Queimódromo, durante todas as noites de 1 a 8 de maio. Os vaivéns, contratados pela FAP à STCP, foram gratuitos para os estudantes, e com características similares aos realizados nos últimos anos.

Este serviço, que tem como principal objetivo a segurança dos estudantes e a prevenção de acidentes, contou também com o apoio da PSP.

Operação especial contínua da STCP acompanhou as 40h de Serralves em Festa

Para o Serralves em Festa, em 4 e 5 de junho, a STCP voltou a realizar uma grande operação especial de transporte. A novidade de 2016 foi a ligação durante toda a madrugada entre Serralves e a baixa do Porto.

Para além do serviço habitual das linhas 201, 203, 207, 502 e 504, a STCP reforçou a ligação Casa da Música-Serralves com um VAIVÉM durante o fim-de-semana.



STCP no NOS Primavera Sound

A STCP, transportadora oficial do festival *NOS Primavera Sound*, voltou a oferecer reforços e ligações dedicadas, de elevada frequência, na ida e no regresso dos espetáculos do festival, que se realizou de 9 a 11 de junho. Para comodidade dos clientes foi disponibilizado um posto de venda móvel, colocado junto à área de entrada dos autocarros, em reforço do serviço de venda de títulos de transporte Andante, também presente no recinto do festival.

Linha ZR efetuou reforço para a feira do mundo rural

A 13ª edição da Feira do Mundo Rural, evento destinado a famílias, teve lugar de 3 a 5 de junho, na Quinta da Bonjónia, situada no lado oriental da cidade do Porto. Tratando-se de uma zona com uma oferta menos densa de transporte público, a STCP assumiu-se como parceira do evento, dinamizado pelo município do Porto, oferecendo viagens adicionais à normal circulação da linha ZR com um percurso mais rápido e direto.

Serviços especiais às festas de Gondomar das linhas 800 e 9M

Durante o mês de setembro e início de outubro tiveram lugar as festividades do concelho de Gondomar, Nossa Senhora do Rosário/ Festa das Nozes, tendo a STCP registado uma procura assinalável nas suas linhas 800 e 9M, que asseguraram o acesso em transporte público a eventos que representam pontos altos destas festividades nomeadamente a Noite Branca, o Concerto Tony Carreira e a Feira das Nozes.

Shuttle Comic Con

A *Comic Con Portugal* é a maior convenção de Cultura Pop a realizar-se no nosso país, albergando diversas áreas, como cinema, séries de televisão, videogames, banda desenhada, *cos-play*, *anime* e *manga*. A edição de 2016 realizou-se de 8 a 11 de dezembro, na Exponor, em Matosinhos.

A oferta em transporte público à Exponor foi reforçada com o *Shuttle STCP Comic Con*, que funcionou todos os dias do evento, desde o interface de metro Casa da Música. A combinação *Shuttle* + Metro pretendeu assegurar a ligação mais frequente, rápida e cómoda à *Comic Con*, a partir de pontos como a Estação de Campanhã, a Baixa do Porto ou Gaia. A STCP assegurou também a ligação ao *Shuttle* através de diversas linhas de autocarro com passagem no interface.



Passagem de ano 2016/2017: a maior madrugada da STCP

Numa operação articulada entre a Câmara do Porto, as autoridades policiais, a Metro do Porto e a STCP, foram criadas soluções de mobilidade integradas inéditas, para a Passagem de Ano 2016. Um serviço de madrugada especial da STCP, o metro a funcionar a 100 por cento, e ainda estacionamento a 95 cêntimos por 12 horas em três parques da cidade e um gratuito para veículos de duas rodas, foram algumas das medidas implementadas para a noite mais longa do ano.

A STCP, pela proximidade de serviço e facilidade de acesso ao centro do Porto, disponibilizou o mais completo e intenso serviço de transporte noturno de sempre na cidade, quadruplicando o número de veículos que normalmente operam durante a noite. O reforço da oferta foi efetuado nas linhas regulares de autocarros noturnos que servem a zona envolvente da Baixa do Porto (1M, 3M, 4M, 5M, 7M, 8M, 10M, 11M, 12M e 13M) e que esteve em funcionamento entre as 21h00 e as 5h30. Neste serviço adicional a STCP transportou cerca de 15.000 passageiros.

3.3.3. Promover a segurança nos transportes (*Security*)

Com vista à diminuição da sinistralidade envolvendo as suas viaturas de serviço público, a STCP, através de um grupo interno interdepartamental, tem desenvolvido um trabalho de identificação das causas principais com vista à implementação de medidas de redução dessa mesma sinistralidade.

A empresa mantém a colaboração ativa com as diversas autoridades de segurança, criminal e de trânsito, com as quais interage através de protocolo e de grupos de trabalho, tendo por objetivo a busca de soluções de melhor fluidez de trânsito, seja no apoio a incidentes criminais ou em problemas na atuação da fiscalização de passageiros.

Com a substituição de uma parte de equipamento avariado e obsoleto de vídeo vigilância embarcado nas viaturas de serviço público de passageiros, foi possível durante o ano, duplicar os casos de resposta positiva na preservação de imagens, a pedido, por parte das autoridades policiais de investigação, com vista à resolução de incidentes na operação do serviço público de passageiros.

A PSP também prestou apoio na operação dos serviços especiais que a STCP desenvolveu, garantindo a segurança dos embarques, e dedicando especial atenção aos percursos dos autocarros.

No contexto da proteção civil a STCP participou nos eventos e reuniões dos serviços municipais, no âmbito dos seus planos de emergência municipal.

3.3.4. Museu do Carro Eléctrico

O Museu do Carro Eléctrico, fundado em 1992, foi reaberto ao público em novembro de 2015, após um longo período de encerramento para obras de reabilitação do edifício de Massarelos, onde está sediado.

Em 2016, o Museu consolidou-se como espaço de referência da cidade do Porto, com a nova valência museológica a adicionar à exposição permanente dos carros elétricos, a restaurada Sala das Máquinas da antiga Central Termoelétrica de Massarelos, espaço elogiado por todos quantos a visitam e também solicitada para múltiplos eventos.

O Museu do Carro Eléctrico no ano de 2016 foi visitado por cerca de 24.500 visitantes. Os alunos em visita escolar continuaram a ser o público mais representativo, num total de aproximadamente 14 mil alunos, cerca de 57%. Já os visitantes estrangeiros, cerca de 7 mil, representaram 28% do total das visitas.

No edifício do Museu foram também realizadas diversas filmagens e reportagens, de que se destaca o programa das Freguesias da Câmara Municipal do Porto, a reportagem para o Jornal de Notícias com o historiador Germano Silva e as filmagens para o programa "What's Up – Olhar a Moda" patrocinado pela RTP.

Os alugueres de espaço do Museu assumiram também relevo, sendo de salientar a procura para jantares corporativos de empresas e a festa de final de ano, realizada pela segunda vez consecutiva, permitindo a rentabilização daquele espaço.



Eventos em Destaque

Semana das camélias

O Porto voltou a transformar-se na Cidade das Camélias entre os dias 5 a 12 de março, dedicando uma semana repleta de atividades àquela que é por muitos considerada a “Rainha das flores”. A STCP associou-se às comemorações desta iniciativa. Três carros elétricos circularam com as janelas decoradas por flores produzidas nos mais diversos materiais (plástico, papel, arame, tecido, botões ou outros), iniciativa que contou com a colaboração de uma instituição de idosos da cidade.

O Portugal Fashion no Museu do Carro Elétrico

O Portugal Fashion brilhou em 2016 com a apresentação da coleção do conhecido estilista Luís Buchinho na Sala das Máquinas da antiga Central Termoelétrica de Massarelos.

Mercados no Museu

No fim-de-semana da Páscoa, 25 e 26 de março, o Portugal Market promoveu os produtos tradicionais portugueses nos espaços exteriores do Museu do Carro Elétrico. Em outubro, no fim-de-semana de 15 e 16 foi a vez do Sensations Market animar o mesmo espaço.

Museu na Qualifica

A feira Qualifica decorreu na Exponor de 14 a 17 de abril. A STCP e o Museu do Carro Elétrico estiveram representados na feira, com um dos autocarros da coleção do Museu, que foi palco e o mote para divulgar os programas dos Serviços Educativos do Museu e o serviço público prestado pela STCP à comunidade.

Porto Tram Fest

No dia 21 de maio o Museu celebrou o seu dia do Elétrico com o grande evento designado por Porto Tram Fest. O tradicional desfile de carro elétrico anual teve uma alteração de conceito em 2016, optando-se por um novo modelo com viagens em 13 carros elétricos da coleção do Museu, cada um deles com um tema, que abrangeram todos os percursos existentes de carro elétrico, sendo a grande novidade o facto de passarem na Baixa do Porto.



Nos carros elétricos em circulação houve provas de chocolate, de vinho do Porto, representações teatrais e circenses, atuações de fado, viagens comentadas sobre a arquitetura do Porto e ainda um DJ convidado.

A animação continuou no interior do Museu com a participação de vários artistas plásticos, que criaram ao vivo, com conversas do historiador português Dr. Joel Cleto e ainda com visitas guiadas ao Museu, desvendando a Central Termoelétrica com a participação da Dra. Maria da Luz Sampaio, especialista na área. No exterior do Museu a festa complementou-se com uma especial emissão do Portugal Market e várias atuações que animaram a festa.

Noite Europeia dos Museus

Na noite de 21 de maio o Museu integrou ainda o programa da "Noite dos Museus", com uma viagem e visita noturna ao Museu do Carro Elétrico com teatralizações incluídas, programa especial, muito apreciado, que se realiza há vários anos.

Cinema Fora do Sítio

Durante o Verão o Museu integrou o projeto da Câmara Municipal do Porto, Cinema Fora do Sítio, com uma projeção cinematográfica no exterior das instalações do Museu.

Reunião do ICOHTEC – International Committee for the History of Technology

A 29 e 30 de julho o Museu recebeu os participantes da 43ª reunião do ICOHTEC. Para além de um jantar concerto na Sala das Máquinas, foi também realizada a conferência com o tema Tramcar's role in the evolution of Porto – a vehicle for pleasure and labor.

Festa dos 25 Anos da empresa e de Natal da STCP

A tradicional festa dos 25 anos de trabalhadores da STCP e festa de Natal realizou-se a 14 de dezembro no Museu do Carro Elétrico.

3.3.5. Associações e parcerias

A STCP é membro das seguintes entidades:

Union Internationale des Transports Publics (UITP)

Comissão Técnica Portuguesa de Normalização em Transportes, Logística e Serviços (CT 148)

A STCP é associada das seguintes entidades:

AEP – Associação Empresarial de Portugal

Associação Comercial do Porto

ADEPORTO – Agência de Energia do Porto

APVGN - Associação Portuguesa de Veículos a Gás Natural

CODIPOR - Associação Portuguesa de Identificação e Codificação de Produtos

ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

ATP – Associação de Turismo do Porto ^[1]

INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial

AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações

Associação dos Amigos do Arquivo Distrital do Porto

Associação "Amigos do Coliseu do Porto"

Associação Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto

Fundação de Serralves

^[1] A 17 de setembro de 2015 foi realizada a Assembleia-Geral Extraordinária da ATP Porto Tours, na qual a STCP era associada, tendo sido aprovado o projeto de fusão por incorporação da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região na Associação de Turismo do Porto. Assim, a partir desta data a STCP passa a associada da ATP.



3.4. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

"Minimizar o impacto ambiental da sua atividade de suporte, dotando as instalações e os equipamentos de soluções tecnologicamente eficientes, que promovam a redução progressiva da poluição e do consumo dos recursos energéticos e naturais", é um dos objetivos da Política de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, da empresa.

Na atividade de transporte coletivo rodoviário, a STCP assume um papel relevante na qualidade ambiental do espaço urbano onde atua. O compromisso de contribuir para um futuro melhor, leva a empresa a apostar na melhoria contínua, procurando sempre as soluções tecnológicas mais eficientes e geradoras de impactos menos nocivos, concorrendo deste modo para a sustentabilidade social e ambiental.

Em 2016 foi revalidada pela entidade certificadora a Certificação Ambiental da STCP.

Evolução de alguns indicadores:

Peso da frota de autocarros a gás natural	2016	62%
	2015	62%
Variação do consumo total de água	2016	+7%
	2015	-0,1%
Variação do consumo de energia eléctrica das instalações	2016	+8%
	2015	-8%

Em 2016 a STCP consolidou a sua comunicação com as entidades reguladoras, de acordo com o normativo legal que regula a sua atividade em termos de impacto ambiental, nomeadamente através da monitorização das fontes de emissão, do controlo da utilização de gases fluorados com efeito de estufa e empobrecedores da camada de ozono, da análise e controlo dos efluentes e da gestão dos resíduos produzidos.

Formação e sensibilização

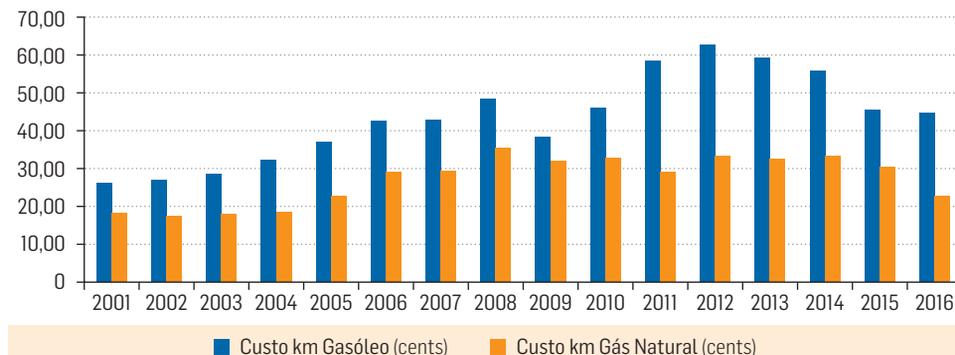
A formação no âmbito do ambiente centralizou-se na sensibilização dos motoristas para a condução económica e eficiente.

Frota: poupança com a utilização do gás natural

Com a utilização de frota a gás natural, em 2016, em detrimento de frota a gasóleo, foram poupados cerca de 3,2 milhões de euros em combustível e evitou-se a emissão de aproximadamente 863 toneladas de CO₂.

Desde 2001, ano em que foram introduzidas as viaturas a gás na empresa, que a utilização deste tipo de viaturas com este combustível em detrimento de viaturas a gasóleo, conduziu a uma poupança de aproximadamente 34 milhões de euros e de 8.632 toneladas de emissões de CO₂, no período de 16 anos, representando uma poupança média por ano de aproximadamente 2,1 milhões de euros e de 540 toneladas de emissões de CO₂.

Evolução do Custo km Gasóleo vs Custo km Gás Natural da STCP 2001-2016



Frota: emissões de poluentes atmosféricos

EMISSIONES DE CO ₂ [1]	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Gasóleo	ton	14.751	13.763	12.819	13.244	425	3,3%
Gás natural	ton	23.646	22.766	21.649	23.198	1.549	7,2%
Emissões de CO₂	ton	38.397	36.529	34.468	36.442	1.974	5,7%
Emissões de CO₂ /veículos.km totais	kg	1,664	1,643	1,646	1,647	0,001	0,1%

[1] Dados de referência de conversão de CO₂, reexpressos desde 2013. Fonte Direção Geral de Energia e Agência Portuguesa do Ambiente.

Em 2016 as emissões de CO₂ da frota de autocarros aumentaram 5,7%, em linha com a evolução dos veículos km percorridos, e as emissões de CO₂ por veículos km total, mantiveram-se praticamente inalteradas, situando-se em 1,647 kg por veículos km totais.

Distribuição da frota em 2016 por normas EURO

A frota da STCP é composta por veículos que cumprem as normas EURO II (46%), EURO III (25%), EURO V (7%) e EEV (22%), ou seja, cerca de 29% da frota cumpre já as normas mais exigentes do ponto de vista ambiental em vigor na União Europeia.

Consumo de energia em toneladas equivalentes de petróleo (tep)

(cálculo efetuado de acordo com a Portaria nº 228/90 de 27 de março)

ENERGIA EM TEP	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Eletricidade carro elétrico	tep	118	116	109	115	6	5,3%
Eletricidade instalações fixas	tep	1.148	1.136	1.042	1.126	84	8,0%
Gasóleo	tep	4.152	3.874	3.608	3.728	120	3,3%
Gás natural	tep	8.254	7.947	7.557	8.098	541	7,2%
Consumo de energia	tep	13.673	13.073	12.317	13.067	750	6,1%

O consumo de energia, em tep, apresentou um aumento de 6,1% relativamente a 2015, essencialmente por via do aumento da produção.

Água

O consumo de água da rede pública diminuiu cerca de 5% face ao ano de 2015.

Registou-se um ligeiro aumento de consumo de água por captação, devido a uma avaria na estação de recolha da Via Norte, que ficou resolvida no primeiro trimestre do ano.

ÁGUA	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Consumo água da rede	m ³	7.270	7.630	6.629	6.317	-312	-4,7%
Consumo água captações	m ³	15.142	14.096	15.080	16.819	1.739	11,5%
Consumo total de água	m³	22.412	21.726	21.709	23.136	1.427	6,6%

Gestão de resíduos

A STCP efetua a recolha seletiva de resíduos e o seu encaminhamento para o destino mais adequado, privilegiando, sempre que possível, a respetiva valorização.

Em 2016 verificou-se um aumento dos resíduos perigosos de baterias e lâmpadas fluorescentes e um decréscimo nos óleos usados relativamente a 2015.

Relativamente aos resíduos industriais não perigosos registou-se uma descida quer nos banais, quer na madeira, e um pequeno aumento nos resíduos metálicos.

Evolução dos resíduos mais significativos

RESÍDUOS	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS							
Óleos usados	litros	14.650	13.100	11.505	10.005	-1.500	-13%
Baterias usadas	unid.	167	175	73	119	46	63%
Lâmpadas fluorescentes	kg	271	202	238	321	83	35%
RESÍDUOS INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS							
Madeira	kg	3.920	7.560	4.120	3.380	-740	-18%
Resíduos industriais banais	kg	35.720	25.520	24.420	19.104	-5.316	-22%
Resíduos metálicos	kg	27.041	83.804	34.804	36.434	1.630	5%
OUTROS RESÍDUOS							
Papel e cartão	kg	5.250	5.555	6.135	3.090	-3.045	-50%
Resíduos de demolição e construção	kg	48.760	52.680	6.540	50.640	44.100	674%
Resíduos hospitalares grau III e IV	kg	59	55	39	53	14	36%

3.5. RESPONSABILIDADE PERANTE OS TRABALHADORES

A empresa assume o compromisso na sua política de qualidade, ambiente e segurança e saúde do trabalho, de *“garantir o desenvolvimento profissional, saudável e social dos seus trabalhadores, designadamente criando as condições adequadas ao exercício das suas atividades, que previnam as lesões, os ferimentos e os danos para a sua saúde”*.

3.5.1. Efetivo

Em 31 de dezembro de 2016 a STCP contava com 1.232 trabalhadores, registando um aumento de 61 efetivos relativamente ao ano anterior. Esta variação resultou de 111 entradas e 50 saídas. As entradas foram quase exclusivamente na área do pessoal tripulante. Este facto implicou, para este tipo de pessoal, um aumento da sua preponderância no efetivo da empresa, para 74%.

A totalidade dos trabalhadores estava vinculada por contrato de trabalho sem termo.

Em 2016 foram acolhidos na empresa 19 estagiários: 11 de estágio curricular e 8 estágios profissionais.

EFETIVO ^[1]	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Efetivo a 31 dezembro	1.231	1.173	1.171	1.232	61	5,2%
Pessoal tripulante a 31 dezembro ^[2]	860	826	854	912	58	6,8%
% pessoal tripulante	70%	70%	73%	74%	1 pp	1,5%
Efetivo médio	1.245	1.206	1.152	1.197	45	3,9%

^[1] Sem órgãos sociais, trabalhadores requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

^[2] Motoristas e guarda freios em funções.

Taxa de absentismo

TAXA DE ABSENTISMO	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Total da empresa	6,7%	7,4%	8,6%	8,3%	-0,2 pp	-2,9%
Pessoal tripulante	7,2%	8,4%	9,2%	8,8%	-0,4 pp	-4,4%

Em 2016 a taxa de absentismo total foi de 8,3% e a do pessoal tripulante de 8,8%, -0,2 p.p. e -0,4 p.p. respetivamente, do que a registada em 2015.

Até agosto continuaram a verificar-se ocorrências de paralisação aos fins-de-semana e feriados.

Trabalho suplementar

TRABALHO SUPLEMENTAR ^[1]	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Horas extra total	101.882	96.701	78.164	56.351	-21.813	-28%
Horas extra pessoal tripulante	99.123	94.620	75.247	49.229	-26.018	-35%
Custo total (euros) ^[2]	587.243	546.769	448.474	324.491	-123.983	-28%
Custo pessoal tripulante (euros) ^[2]	568.273	532.649	428.489	276.922	-151.567	-35%

^[1] Ótica do pagamento: trabalho pago no ano.

^[2] Não inclui encargos sobre remunerações.

O número de horas de trabalho suplementar diminuiu em 2016 cerca de 28% face a 2015, continuando a concentrar o seu maior quantitativo (cerca de 75% do total), no pessoal tripulante. Esta evolução deveu-se, essencialmente, à reposição do efetivo de motoristas durante o ano de 2016.

Caraterização do efetivo

A antiguidade média situou-se, no final de 2016, nos 20 anos, tendo-se reduzido, face a 2015, em virtude da cessação de contrato de trabalhadores com maior antiguidade e pela admissão de novos trabalhadores.

No que se refere à idade média, esta encontrava-se ligeiramente abaixo dos 48 anos, encontrando-se apenas 16% do efetivo na faixa etária inferior a 40 anos.

ESTRUTURA ETÁRIA (PERCENTAGEM)	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
18-39 anos	20%	16%	15%	16%	0,9 pp	6,1%
40-49 anos	35%	39%	42%	44%	2,6 pp	6,1%
>50 anos	45%	46%	43%	39%	-3,5 pp	-8,2%
Total	100%	100%	100%	100%		

O nível de escolaridade do efetivo manteve a tendência crescente dos últimos anos. Em 2016 continuou a tendência crescente relativa ao peso dos trabalhadores com o ensino secundário (cerca de 30%) e a percentagem de trabalhadores com o ensino básico diminuiu de 67% em 2015, para 64% em 2016. A percentagem de trabalhadores com ensino superior manteve-se nos 6%, devido à saída sem reposição, de quadros superiores.

Efetivo por género

As mulheres representam 8% do efetivo, tendo registado em 2016 uma subida de 17%, face a 2015.

EFETIVO POR GÉNERO	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Mulheres	87	81	82	96	14	17,1%
Homens	1.144	1.092	1.089	1.136	47	4,3%
Efetivo a 31.dez	1.231	1.173	1.171	1.232	61	5,2%

Verificou-se um aumento para 43% das mulheres afetas à condução, no total do efetivo feminino, contra 34% em 2015. As restantes, 57% do total do efetivo daquele universo, ocupam funções em áreas técnicas e administrativas. Realça-se negativamente o facto de em 2016 ter diminuído a percentagem de mulheres nos cargos de direção.

EFETIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016					
CARGO	TOTAL	MULHERES (M)	HOMENS (H)	% DE M POR CARGO	% DE CARGO POR M
Dirigentes	10	2	8	20%	2%
Pessoal tripulante	912	41	871	4%	43%
Outros	310	53	257	17%	55%
Total	1.232	96	1.136	8%	100%

Promoção da igualdade no trabalho e no emprego

No que concerne ao princípio da igualdade do género e conforme o estabelecido no nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 19/2012, de 8 de março, a STCP concluiu o Plano para a igualdade de género da STCP, que se encontra divulgado na *intranet* da empresa, acessível por todos os trabalhadores.

Foi também elaborado o Relatório sobre Remunerações por género do ano de 2016, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 18/2014, de 7 de março, e procedido à respetiva divulgação.

Periodicamente é reportada, quando solicitada, informação no âmbito da monitorização do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado, conforme previsto no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017, aprovado pela RCM nº 103/2013, de 31 de dezembro.

A STCP pratica uma política de recursos humanos baseada na igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação, promovendo a valorização do capital humano e implementando sistemas para garantir o bem-estar dos seus trabalhadores.

Relativamente ao rácio de remuneração mulher/homem, na STCP ele é igual a 1, uma vez que para toda e qualquer categoria profissional não existe diferenciação em função do género.

É praticada a livre associação de trabalhadores, sendo que cerca de 88% dos trabalhadores da empresa estão filiados em sindicatos.

Os princípios e as boas regras de procedimento nas relações interpessoais no interior da empresa estão consagrados no Código de Ética e de Conduta, editado no final de 2008.

Em 2009 foi aprovado o "Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas", em conformidade com as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção.

As normas, códigos e regulamentos em vigor na empresa encontram-se disponíveis na *intranet* para consulta de todos os trabalhadores.

3.5.2. Desenvolvimento profissional

Formação

Em 2016 foram realizadas 16.450 horas de formação envolvendo 257 trabalhadores.

As horas de formação do pessoal tripulante representaram cerca de 97% das horas totais de formação, correspondendo a 15.885 horas. Uma parte significativa desta formação foi despendida com a preparação dos novos motoristas que ingressaram na empresa a partir de outubro de 2016.

HORAS DE FORMAÇÃO	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Total	12.022	5.920	9.424	16.450	7.026	75%
Pessoal tripulante	8.548	3.600	8.385	15.885	7.500	89%
Formação contínua	8.548	3.600	1.295	3.269	1.974	152%

NÚMERO DE TRABALHADORES FORMAÇÃO	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Total	402	318	177	257	80	45%
Pessoal tripulante	237	164	99	195	96	97%
Formação contínua	237	164	37	72	35	95%

Prémios

No ano de 2016 não foram atribuídos quaisquer prémios, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado em vigor no ano.

Avaliação de desempenho

Foi efetuada conforme o estabelecido na empresa a avaliação de desempenho.

3.5.3. Benefícios sociais

Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

A STCP tem uma política de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, adotando medidas concretas das quais se destaca o apoio logístico e financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP (CCDT-STCP). Esta estrutura é dirigida por trabalhadores da empresa que, de forma voluntária, organizam diversas atividades, desportivas e culturais, dedicadas a todos os trabalhadores e respetivas famílias. Destas atividades sobressaem a festa de Natal, dedicada a todos os trabalhadores e respetivas famílias, e a colónia de férias no verão, frequentada pelos filhos dos trabalhadores.

A STCP atribui aos trabalhadores com filhos a frequentar infantários e com uma idade inferior a 6 anos, uma comparticipação fixa.

No âmbito dos acordos de contratação coletiva, a empresa possibilita o pagamento da parte não comparticipada, relativamente à comparticipação medicamentosa. No posto clínico da STCP existe assistência de medicina curativa.

É assegurado, a todos os trabalhadores, o acesso ao refeitório situado nas instalações da empresa em Francos com serviço de refeições, pelo custo do fornecimento. No último trimestre de 2016 o refeitório passou a ser gerido pelo CCDT-STCP, tendo o número médio diário de refeições servidas tido um crescimento superior a 300%. A empresa dispõe ainda, em todas as instalações, de máquinas de venda de produtos alimentares e de bebidas.

Fundo de Pensões (Benefícios pós-emprego)

O detalhe dos benefícios dos empregados é apresentado na Nota 30.1 às demonstrações financeiras.

De acordo com o relatório atuarial elaborado, à data de 31 de dezembro de 2016, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, era de 2.385.762 euros e o valor do fundo de 1.820.026 euros, sendo a taxa de cobertura das responsabilidades assumidas de aproximadamente 76%.

Em janeiro de 2016 foram feitas contribuições para o fundo de 209.546 euros, de forma a cobrir o nível mínimo de financiamento exigido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) à data de 31 de dezembro de 2015, e no decurso de 2016 as contribuições para o fundo foram reforçadas em mais 830.572 euros, de forma a cobrir o nível mínimo de financiamento exigido à data de 31 de dezembro de 2016.

De referir que em 4 de abril de 2016, foi publicada a Lei n.º 11/2016 que estabelece a reposição do pagamento de todos os complementos de pensões nas empresas do sector público empresarial aos trabalhadores no ativo e aos antigos trabalhadores aposentados, reformados e demais pensionistas, com efeitos a partir de abril de 2016. Assim, o cálculo das responsabilidades assumidas pela empresa com o plano de benefícios definidos, à data de 31 de dezembro de 2016, foi ajustado tendo por base as alterações impostas pela Lei n.º 11/2016.

	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Pensões pagas	10³ €	478	346	315	373	58	18%
Número de beneficiários	nº	219	199	189	197	8	4,2%

3.5.4. Segurança e saúde dos trabalhadores (*Safety*)

Saúde dos trabalhadores

O posto clínico, localizado nas instalações de Francos, manteve em 2016 uma elevada contribuição em termos de cuidados de saúde, tendo sido efetuadas 3.539 consultas de clínica geral e especialidade, sendo que uma parte significativa, 951, correspondeu à especialidade de estomatologia. Foram também realizados cuidados de enfermagem, quer nas instalações de Francos, quer no posto localizado nas instalações da Via Norte.

Foram realizadas 1.581 consultas pela medicina do trabalho, das quais cerca de 40% corresponderam a exames periódicos e 479 consultas de especialidade de apoio. Foram também efetuados no ano 1.742 exames sensoriais, visuais e auditivos que se alargaram a todos os trabalhadores, passando a estar incluídos no protocolo dos exames de revisão periódicos e de admissão.

O controlo de alcoolemia, integrado na medicina do trabalho, realizou 5.152 testes, tendo registado três positivos.

Formação e sensibilização relacionadas com segurança

Ao longo de 2016 foram realizadas ações de formação e sensibilização envolvendo o tema segurança, nas quais participaram 203 trabalhadores, nomeadamente na formação contínua e de admissão de motoristas, e na segurança ligada à condução automóvel, trabalho com lubrificantes e trabalhos em altura.

Segurança dos trabalhadores

Tendo como meta a correta avaliação das condições de trabalho, foram efetuadas diversas visitas aos locais de trabalho.

Ao longo de 2016 foram efetuadas 44 inspeções de higiene e segurança no trabalho às instalações, postos de trabalho e equipamentos.

Indicadores de acidentes de trabalho

Conforme se pode evidenciar no quadro abaixo, os indicadores de acidentes de trabalho, refletem uma melhoria face ao ano anterior.

INDICADORES DE ACIDENTES DE TRABALHO		2013	2014	2015	2016	VAR. % 16 /15
Taxa de Frequência (Tf)	= $\frac{\text{(Nº de acidentes de trabalho com baixa)}}{\text{/ Nº horas efetivamente trabalhadas}} \times 1.000.000$	= 30,0	43,4	45,6	37,7	-17%
Taxa de Gravidade (Tg)	= $\frac{\text{(Nº de dias perdidos)}}{\text{/ Nº horas efetivamente trabalhadas}} \times 1.000.000$	= 705	1.409	1.136	942	-17%
Taxa de Incidência (TIT)	= $\frac{\text{(Nº acidentes totais)}}{\text{/ Nº total de trabalhadores}} \times 1.000$	= 60,1	87,6	85,6	73,3	-14%

Consulta aos trabalhadores

No âmbito do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho, de acordo com o previsto na Lei 3/2014 e no Decreto-Lei 50/2005, e com vista ao envolvimento de todos os trabalhadores em questões de segurança e saúde, a empresa efetuou em 2016 duas consultas aos seus trabalhadores, em julho e em dezembro, encontrando-se em tratamento estatístico as respostas recebidas.

3.5.5. Comunicação interna e relações com parceiros sociais

Em 2016 voltou a realizar-se no Museu do Carro Eléctrico a cerimónia de celebração dos 25 anos de carreira na STCP e o convívio de Natal, onde foram homenageados 53 colaboradores. Sendo usual a homenagem de todos aqueles que dedicaram à empresa 25 anos, em 2016 foi igualmente decidido prestar homenagem a todos aqueles se reformaram ao longo do ano de 2016, um total de 43 colaboradores, como forma de reconhecimento por todo o serviço prestado em prol da empresa.

A STCP apoiou a realização de um almoço/convívio de Natal para os ex-trabalhadores da empresa, reformados, pertencentes à Associação de Reformados e Pensionistas, que teve lugar no refeitório de Francos, no dia 17 de dezembro. Tratou-se de um evento que contou com a presença de cerca de 150 ex-colaboradores. De realçar o papel importante desta Associação, pois representa ex-colaboradores que dedicaram toda uma vida em prol da STCP e que constituem parte da história da empresa.

A nível da comunicação interna não se assinalam novos desenvolvimentos, mantendo-se a *intranet* como instrumento estruturante e acessível a todos os colaboradores, permitindo a consulta de notícias, informação diária corrente, bases de dados, manuais e acesso a serviços de relevo, como a marcação de férias, marcação de consultas no posto médico, consulta do recibo de vencimento e escala do serviço diário do pessoal tripulante.

Paralelamente são publicadas ordens de serviço, avisos e outras informações relevantes para a maioria dos trabalhadores.

Mensalmente foram efetuadas reuniões entre o Conselho de Administração e a Comissão de Trabalhadores, com a presença dos responsáveis de diversas áreas da empresa.

Realizaram-se também reuniões, ao longo do ano, entre o Conselho de Administração e os diferentes sindicatos representativos dos trabalhadores.



The background is a photograph of a museum entrance, overlaid with a semi-transparent blue filter. In the foreground, a woman in a black dress and a man in a light-colored shirt and pants are walking away from the camera. The museum's facade is visible, with a large stone sculpture on the left and a sign that reads "MUSEU DO TRAFICO E COMERCIO" in the center. A large orange circle is positioned in the upper left quadrant, containing the text "DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO".

DESEMPENHO
ECONÓMICO
E FINANCEIRO

Em 2016, com a inversão da tendência da evolução da procura, que atingiu os 69,4 milhões de passageiros, apresentando um crescimento de 0,3%, mais 200 mil passageiros, relativamente ao ano anterior, a STCP manteve o estatuto de maior operador de transportes da Área Metropolitana do Porto.



DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

4.1. BALANÇO DO ANO

Dando seguimento à Resolução da Assembleia da República nº 145/2015, publicada em 28 de dezembro, que recomenda ao Governo a revogação e a reversão das subconcessões dos sistemas de transporte da Metro do Porto, S.A. e da STCP, S.A., o Conselho de Administração procedeu, em abril, à anulação administrativa do ato de adjudicação e do contrato de subconcessão do sistema de transportes da STCP, S.A..

Em junho, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Estado e seis municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), relativo à entrega da gestão da operação da STCP a partir de 2017, aos concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia, servidos pela rede de transportes da empresa. Com este acordo, os municípios irão passar a gerir a empresa, assumindo o compromisso de assegurar as obrigações de serviço público, mantendo o Estado a sua propriedade. Tratou-se da primeira fase de um processo, que foi desenvolvido ao longo dos restantes meses do ano, com a articulação entre a STCP e a AMP.

Em 2016, com a inversão da tendência da evolução da procura, que atingiu os 69,4 milhões de passageiros, apresentando um crescimento de 0,3%, mais 200 mil passageiros, relativamente ao ano anterior, a STCP manteve o estatuto de maior operador de transportes da Área Metropolitana do Porto.

A receita do serviço de transporte atingiu 42,7 milhões de euros no ano, crescendo 1%, mais 432 mil euros, face a 2015, em linha com o crescimento da procura, sendo de notar que em 2016 não se verificou qualquer aumento de tarifas de transporte.

A produção do serviço de transporte público de passageiros, medida em veículos km, foi de 21,6 milhões, crescendo 5,7%, mais 1,2 milhões de quilómetros que em 2015.



4.2. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

O ativo em 2016 atingiu o montante de 84,5 milhões de euros, registando uma diminuição de 7,8 milhões de euros (-8,4%) face a 2015. O ativo corrente diminuiu 7,1 milhões de euros, devido essencialmente à variação das disponibilidades na conta aberta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, e o ativo não corrente diminuiu cerca de 600 mil euros.

O passivo em 2016, no valor de 548 milhões de euros, apresentou uma diminuição de 46 milhões de euros (-7,7%) relativamente ao ano anterior. Esta variação é justificada essencialmente pela diminuição dos financiamentos obtidos, em cerca de 55 milhões, em resultado da amortização da dívida contraída ao Estado.

A 31 de dezembro de 2016 o capital próprio era negativo em 463,6 milhões de euros, registando um desagravamento de 38,1 milhões de euros (+7,6%) relativamente ao final do ano de 2015, em consequência das dotações de capital, verificadas no exercício, que se detalham no ponto seguinte.

ESTRUTURA DO BALANÇO	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Ativo não corrente	10 ³ €	80.541	76.388	73.151	72.554	-597	-0,8%
Ativo corrente	10 ³ €	10.408	16.178	19.078	11.896	-7.182	-38%
Ativo	10³ €	90.949	92.566	92.230	84.450	-7.780	-8,4%
Capital próprio	10 ³ €	-422.997	-477.720	-501.722	-463.574	38.148	7,6%
Passivo	10 ³ €	513.946	570.285	593.951	548.024	-45.928	-7,7%
Capital próprio e passivo	10³ €	90.949	92.566	92.230	84.450	-7.780	-8,4%

Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

4.3. DOTAÇÕES DE CAPITAL

Em 2016 houve dois aumentos de capital, que se enquadraram nas operações regulares das empresas públicas de reforço dos capitais sociais através da redução dos créditos concedidos pelo Estado Português.

Em 12 de outubro, por vontade expressa do acionista único Estado Português, conforme Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 30.282.535 euros, através da emissão de 6.056.507 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e realizado do seguinte modo:

- 30.282.532,45 euros, mediante a conversão de créditos vencidos, detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças, em capital social;
- 2,55 euros, em numerário, realizado na data da decisão, mediante a utilização da respetiva dotação do Orçamento de Estado para 2016.

Conforme previsto no Artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, foi elaborado relatório por revisor oficial de contas independente, corroborando o valor dos respetivos créditos.

Em virtude desta alteração de Capital Social, o Conselho de Administração foi mandatado para proceder à alteração dos Estatutos da Sociedade em conformidade com a referida Deliberação, e à promoção dos competentes registos de inscrição do novo capital na Conservatória do Registo Comercial. Foram estritamente cumpridos os normativos associados à qualidade de emitente de valores mobiliários com deveres de prestação de informação, tais como a comunicação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, à divulgação ao mercado por meio de Comunicado, e o pedido de registo das novas ações na Central de Valores Mobiliários - Interbolsa.



Em 22 de dezembro, por vontade expressa do acionista único Estado Português, conforme estipulado em Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido novo aumento do Capital Social da empresa em 27.501.830 euros, através da emissão de 5.500.366 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e realizado do seguinte modo:

- 27.501.829,27 euros, por conversão de créditos detidos pelo Estado/DGTF, vencidos, e
- 0,73 euros, realizado em numerário, na data da decisão, mediante a utilização da respetiva dotação do Orçamento de Estado para 2016.

Conforme previsto no Artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, foi igualmente elaborado relatório por revisor oficial de contas independente, e a empresa procedeu ao cumprimento dos normativos associados, tais como alteração dos Estatutos da Sociedade, inscrição do novo capital na Conservatória do Registo Comercial, comunicação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e divulgação ao mercado por meio de Comunicado, na qualidade de emitente de valores mobiliários com deveres de prestação de informação, provenientes desta nova alteração de Capital Social. Procedeu-se ao registo das novas ações na Central de Valores Mobiliários - Interbolsa.

Não obstante a última Deliberação Social Unânime por Escrito do Estado referente ao aumento de capital ser de 22 de dezembro de 2016, o registo do aumento de capital junto da Conservatória do Registo Comercial foi efetuado em 1 de fevereiro de 2017.

4.4. INVESTIMENTO

O montante do investimento realizado em 2016 foi de 377 milhares de euros.

Destacam-se o fornecimento e montagem de câmaras de videovigilância para os autocarros, no valor de 65 mil euros, referente à conclusão do contrato iniciado em 2015, para substituição de equipamento obsoleto, e a reinstalação e atualização dos painéis de informação ao público (PIPs), no total de 23 mil euros. O restante investimento resultou essencialmente na aquisição de equipamento informático e oficial, para substituição do existente.

INVESTIMENTO	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Material circulante	10 ³ €	0	8	92	75	-17	-18%
Infraestruturas	10 ³ €	0	150	765	22	-743	-97%
Outros	10 ³ €	67	219	468	280	-188	-40%
Investimento	10³ €	67	376	1.324	377	-947	-72%

4.5. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO

ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Dotações de capital	10 ³ €	0	0	5.856	57.784	51.928	887%
Indemnizações compensatórias	10 ³ €	10.211	4.717	0	0	0	
PIDDAC ⁽¹⁾	10 ³ €	0	0	1.678	1.016	-662	-39%
Compensação tarifário social andante ⁽²⁾	10 ³ €	3.073	4.852	3.644	3.711	67	1,8%
Subsídio PAII ⁽³⁾	10 ³ €	1.621	145	0	0	0	
Esforço financeiro do estado	10³ €	14.905	9.714	11.177	62.511	51.334	459%

⁽¹⁾ 2015: 1.587 milhões de euros para investimento e 90,3 mil euros outros subsídios.

⁽²⁾ Valores contabilísticos líquidos de IVA.

⁽³⁾ Programa de apoio integrado a idosos.

Em 2016 foi atribuída à STCP cerca de 1 milhão de euros pelo PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) destinado ao financiamento da frota de autocarros, através da amortização do capital dos contratos de leasing existentes.

4.6. FINANCIAMENTO

4.6.1. Operações de financiamento do ano

No ano de 2016 não se verificou a concessão de novas operações de financiamento.

4.6.2. Endividamento

A STCP terminou o ano de 2016 com uma dívida remunerada total de aproximadamente 370 milhões de euros, registando uma diminuição de 13% face a 2015.

A variação do endividamento ajustado (endividamento ponderado pelas dotações de capital) foi de 0,58%, ficando 2,4 pontos percentuais abaixo do limite de endividamento de 3%, estipulado no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com a Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio (Lei do Orçamento de Estado para 2016), apurado nos termos da fórmula constante do ponto 3 do Anexo 1 do ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017, da DGTF.

	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Dívida remunerada não corrente	10 ³ €	113.461	410.341	369.939	315.820	-54.119	-14,6%
Dívida remunerada corrente	10 ³ €	282.474	4.868	55.649	54.504	-1.144	-2,1%
Dívida remunerada	10³ €	395.935	415.208	425.588	370.325	-55.263	-13,0%
Aumentos de capital por dotação	10 ³ €	0	0	3.007	0	-3.007	-100%
Aumentos de capital por conversão de créditos	10 ³ €	0	0	2.849	57.784	54.935	1.928%
Aumentos de Capital	10³ €	0	0	5.856	57.784	51.928	887%
Endividamento ajustado	%						0,58%

4.6.3. Conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.

Na sequência das orientações recebidas através do Ofício Circular nº 844, de 3 de fevereiro de 2011, a STCP procedeu em 2011 à abertura de conta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E., onde passou a receber as participações e fundos, provenientes de Organismos Públicos.

Nos termos do artigo nº 86 da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, toda a movimentação de fundos deve ser efetuada por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo IGCP, E.P.E., salvo disposição legal em contrário, ou em situações reconhecidas e excecionais.

Em 2016 a STCP dirigiu à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças (SEATF) novo pedido de regime de exceção ao princípio da unidade de tesouraria, tendo por base as contratações existentes com a banca comercial no que concerne a operações de médio/longo prazo, a aluguer operacional, a operação de cobertura de risco de taxa de juro, a emissão de garantias bancárias, a valores sob custódia, a pedido de valores em numerário, entre outras. Pelo Despacho nº 1140/2016 da SEATF, de 10 de novembro, foi autorizado o regime de dispensa parcial para os anos de 2016 e 2017.

4.6.4. Instrumentos de gestão de risco financeiro

A empresa detém, desde 2007, uma operação de cobertura de risco de taxa de juro, correspondendo a 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros, emitido no mesmo ano, celebrada com o Banco Santander Totta, com maturidade em junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2015 o *Mark-to-Market* foi determinado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., e de acordo com informação transmitida por aquela entidade, era de -115.961.315,70 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2016, foi igualmente a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., a determinar o valor, tendo-se este situado nos -113.494.520,37 euros.

Esta operação continua na pendência de um processo judicial, ação interposta pela instituição de crédito, através do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivado celebrado com a STCP, S.A., onde após decisão em favor do Banco, o Estado Português apresentou recurso ao Supremo Tribunal Inglês.

Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da Tutela, deliberou a desvinculação do cumprimento das obrigações que do contrato decorrem. Assim, a STCP, S.A. suspendeu o pagamento de todas as obrigações decorrentes do contrato em litígio, embora as obrigações do contrato estejam refletidas nas contas da empresa.

4.7. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Resultados líquidos

O resultado líquido do exercício de 2016 foi negativo em 26,8 milhões de euros, apresentando um desagravamento de 4,8 milhões de euros face ao ano de 2015, correspondendo a uma melhoria de 15%. Esta evolução resulta da melhoria dos resultados operacionais em 8,8 milhões de euros e do agravamento dos resultados financeiros em cerca de 4,0 milhões de euros.

O resultado líquido sem o efeito do *swap* (juros e variação de justo valor) foi negativo em 17,6 milhões de euros, apresentando uma variação positiva de 9,2 milhões de euros (+34%) relativamente ao ano anterior.

RESULTADOS	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Rendimentos operacionais	10 ³ €	61.374	53.004	46.036	45.139	-897	-1,9%
Gastos operacionais	10 ³ €	67.799	60.863	67.176	57.464	-9.712	-14%
Resultados operacionais	10³ €	-6.425	-7.858	-21.140	-12.325	8.815	42%
Rendimentos financeiros	10 ³ €	12.592	1	4.296	2.746	-1.551	-36%
Gastos financeiros	10 ³ €	21.350	46.977	14.761	17.194	2.433	16%
Resultados financeiros	10³ €	-8.758	-46.976	-10.465	-14.449	-3.983	-38%
Imposto do exercício	10 ³ €	41	13	12	14	2	16%
Resultado líquido (RL)	10³ €	-15.224	-54.847	-31.617	-26.788	4.830	15%
RL sem swap (juros e variação de justo valor) e IC [*]	10³ €	-33.575	-25.558	-26.755	-17.564	9.191	34%

* IC - Indemnizações compensatórias

Resultados financeiros

Os resultados financeiros do ano de 2016 foram negativos em 14,5 milhões de euros, registando um agravamento face a 2015 de 3,9 milhões de euros.

Os juros e encargos de financiamento foram de 5,2 milhões de euros, e registaram uma redução de 372 mil euros.

A variação do justo valor de *swap* foi positiva em 2,7 milhões de euros, mas inferior em 1,6 milhões de euros face à variação registada em 2015, enquanto os juros de *swap*, que atingiram cerca de 12 milhões de euros, aumentaram 2,8 milhões de euros.

RESULTADOS FINANCEIROS	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Juros de financiamento	10 ³ €	14.442	11.987	5.396	5.025	-371	-6,9%
Encargos de financiamento	10 ³ €	2.456	984	211	209	-1	-0,6%
Juros de outros instrumentos financeiros	10 ³ €	4.452	6.682	9.155	11.960	2.805	31%
Encargos financeiros	10³ €	21.350	19.653	14.761	17.194	2.433	16%
Variação de justo valor swap [†]	10³ €	-12.592	27.324	-4.293	-2.736	1.557	36%

[†] perda com sinal positivo/ ganho com sinal negativo

Resultados operacionais

Os resultados operacionais foram negativos em 12,3 milhões de euros, representando uma melhoria de 8,8 milhões de euros face a 2015 (+42%). Os gastos operacionais registaram uma diminuição de 9,7 milhões de euros (-14%) e os rendimentos operacionais uma redução de 900 mil euros (-1,9%).

Rendimentos operacionais

Os rendimentos operacionais em 2016 foram de 45,1 milhões de euros, registando uma diminuição de cerca de 900 mil euros (-1,9%) relativamente ao ano de 2015, justificada pela rúbrica de reversões registada em 2015³.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Prestação de serviços	10³ €	46.321	45.511	42.375	42.797	423	1,0%
Subsídios à exploração	10³ €	11.832	4.862	0	0		
Outros rendimentos operacionais	10³ €	3.220	2.616	2.557	2.301	-255	-10%
Reversões	10³ €	0	16	1.105	40	-1.064	-96%
Rendimentos operacionais	10³ €	61.374	53.004	46.036	45.139	-897	-1,9%

Os rendimentos de prestação de serviços, que representam 95% dos rendimentos operacionais, aumentaram cerca de 400 mil euros (+1,0%), em linha com a recuperação da procura. A receita de transporte (99,8% da prestação de serviços), no total de cerca de 42,7 milhões de euros, decompõe-se em 39,0 milhões de euros de receita de bilheteira e 3,7 milhões de euros de compensação tarifária social andante.

Não foram atribuídos em 2015 e 2016 subsídios à exploração.

Os outros rendimentos operacionais diminuíram cerca de 255 mil euros (-10%), devido essencialmente à redução dos rendimentos com os serviços prestados de manutenção, aos rendimentos provenientes de publicidade, à redução do valor das indemnizações por sinistros, e rendimentos de outras prestações de serviços. Pese embora a redução do montante total desta conta, é de salientar o aumento das seguintes rubricas que a compõem: vendas e serviços do Museu, rendas e cedência de espaço e rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros.

As vendas e serviços do Museu atingiram 95 mil euros em 2016, mais 80 mil euros do que no ano de 2015, na sequência da reabertura da atividade do Museu do Carro Eléctrico, em novembro do ano passado.

Os rendimentos das rendas e cedência de espaço e ganhos em investimentos não financeiros atingiram 735 mil euros, mais 92 mil euros do que no ano anterior. Em 2016 procedeu-se à alienação dos imóveis / terrenos localizados na Avenida da Boavista, no Porto, pelo valor de 705 mil euros, gerando uma mais-valia de 160,2 mil euros. Ainda no âmbito da rentabilização dos ativos, a STCP celebrou em 2016 dois contratos de aluguer de instalações, um com o Município do Porto, para a cedência da antiga Estação de Recolha de S. Roque e outro com a empresa NParking, S.A., destinado à cedência da antiga Estação de Recolha da Areosa, para estacionamento automóvel e quaisquer outras atividades com ela ou não conexas.

³ Foram efetuadas reversões de perdas por imparidades no total de 11 milhão de euros. Uma verba, de 205 mil euros, respeita a uma reversão pelo abate de inventários obsoletos. O outro valor, de 893 mil euros, respeita essencialmente a uma indemnização debitada ao Município do Porto pelos custos diretos sofridos pela STCP com a remoção da via-férrea de tração elétrica nos troços compreendidos entre a Praça Cidade S. Salvador e a Praça Gonçalves Zarco, que foi revertida pela assinatura em 31 de julho de 2015, do Memorando de Entendimento entre o Estado Português, representado pela Secretaria de Estado do Tesouro, Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, e o Município do Porto.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais, de 57,5 milhões de euros, diminuiram 9,7 milhões de euros (-14%) face a 2015.

GASTOS OPERACIONAIS	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
FSE+CMVMC	10³ €	26.188	23.174	20.129	18.535	-1.594	-7,9%
Gastos com pessoal	10³ €	31.638	30.647	29.713	30.296	583	2,0%
Amortizações	10³ €	5.791	4.393	4.204	4.315	110	2,6%
Outros gastos e perdas	10³ €	906	966	1.115	10.751	9.636	864%
Provisões	10³ €	2.564	1.338	11.674	-9.293	-20.967	-180%
Imparidades e variação justo valor operacional	10³ €	711	344	341	2.861	2.520	740%
Gastos operacionais	10³ €	67.799	60.863	67.176	57.464	-9.712	-14%



As rubricas CMVMC e FSE registaram uma redução de cerca de 1,6 milhões de euros (-7,9%) essencialmente devido à diminuição dos gastos com o combustível gás natural e à finalização das rendas de locação operacional de autocarros.

Os gastos de pessoal apresentaram um aumento de cerca de 600 mil euros, devido principalmente aos gastos extraordinários ocorridos no ano, relativos:

- ao acordo extrajudicial de reconhecimento de descansos compensatórios do pessoal dos anos 2003 a 2011, considerando os cinco melhores anos, no montante de cerca de 1,1 milhão de euros (valor provisionado nas contas de 2015) e,
- à reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE16, no montante de 670 mil euros.

Em 2015 foi provisionado o valor de cerca de 10 milhões de euros, montante que a STCP reconhece dever ao Município do Porto⁴, e em 2016 procedeu-se à sua contabilização em gasto do exercício, por contrapartida da reversão da provisão.

Em 2016 foram registadas imparidades de cerca de 1,6 milhões de euros e redução de justo valor no total de cerca de 1,2 milhões de euros.

EBITDA (de gestão)

O EBITDA (de gestão) sem factos extraordinários foi negativo, de 2,6 milhões de euros, representando uma variação positiva face a 2015 de 1,2 milhões de euros (+32%).

EBITDA (DE GESTÃO)	UNID.	2013	2014	2015	2016	16-15	16/15
Resultados operacionais	10 ³ €	-6.425	-7.858	-21.140	-12.325	8.815	42%
+ Amortizações + imparidades + var.justo valor - reversões	10 ³ €	9.067	6.059	15.114	-2.158	-17.272	-114%
+ Componente financeira rendas leasing	10 ³ €	2.921	1.872	690	0	-690	-100%
+ Indemnizações (ICCT)	10 ³ €	211	1.333	918	27	-891	-97%
EBITDA	10 ³ €	5.774	1.406	-4.419	-14.457	-10.038	-227%
+ Extraordinários gastos pessoal ^[1]	10 ³ €	0	0	595	1.780	1.185	199%
+ Memorando de Entendimento com a CMP ^[2]	10 ³ €	0	0	0	10.086	10.086	
EBITDA (de gestão) sem factos extraordinários	10 ³ €	5.774	1.406	-3.823	-2.590	1.233	32%
Indemnizações compensatórias (IC)	10 ³ €	10.211	4.717	0	0		
EBITDA (de gestão) sem factos extraordinários e IC	10 ³ €	-4.438	-3.311	-3.823	-2.590	1.233	32%

[1] 2015 cerca de 600 mil euros, da sentença judicial e acordo extrajudicial, relativo ao pagamento a motoristas dos tempos de deslocação entre etapas com intervalos superiores a duas horas, até 2014. 2016 cerca de 1,1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento descansos compensatórios do pessoal, de 2003 a 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015); cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16.

[2] Valor de cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativos ao memorando de entendimento com a Câmara Municipal do Porto e a Tutela relativo aos imóveis da empresa.

⁴ Correspondendo ao valor de mercado/contabilístico dos imóveis, à data de 30 de junho de 2015, que atualmente ainda são propriedade da empresa (i.e., os imóveis adquiridos até 1949 e ainda os imóveis adquiridos entre 1950 e 1975), conforme o Memorando de Entendimento assinado em 31 de julho de 2015, entre o Estado Português, representado pela Secretaria de Estado do Tesouro, Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações e a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, e o Município do Porto e determinado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/2015, publicada no Diário da República, 1.ª série — N.º 193 — 2 de outubro de 2015.





GOVERNO
DA SOCIEDADE



GOVERNO DA SOCIEDADE

A STCP disponibiliza anualmente, desde 2013, um Relatório de Governo Societário sobre as boas práticas de governo societário, de forma individualizada.

Deste capítulo consta toda a informação relevante sobre o governo societário da STCP, do exercício de 2016, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

5.1. MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da STCP era de 143.289.490,00 euros, representado por 28.657.898 ações de 5,00 euros cada. O Estado Português é o detentor de 100% do capital, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade.

A STCP tem um modelo de governo monista latino, que é composto por um Conselho de Administração e de acordo com o definido nos estatutos da empresa, por dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC.

Órgãos sociais

Mandato 2016 - 2018

CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS	ELEIÇÃO
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
Presidente	José António Ferreira de Barros	25/jan/16
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25/jan/16
Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres	25/jan/16
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	25/jan/16
Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	25/jan/16
Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	25/jan/16
Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	24/fev/16
CONSELHO FISCAL		
Presidente	Pedro Romano Martinez	25/jan/16
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25/jan/16
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25/jan/16
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25/jan/16
REVISOR OFICIAL DE CONTAS		
	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC nº 757	30/mai/16

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, foram designados através das Deliberações Sociais Unânicas Por Escrito, de 25 de janeiro e de 24 de fevereiro de 2016, tomadas ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia-Geral da STCP, de 30 de maio de 2016, foi aprovada a proposta do Conselho Fiscal para o mandato correspondente ao triénio 2016 – 2018, de nomeação para Revisor Oficial de Contas da Sociedade a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos.

Mandato 2012 - 2014

CARGO	ÓRGÃOS SOCIAIS	ELEIÇÃO
	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
Presidente	José António Ferreira de Barros	06/jun/14
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	06/jun/14
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	06/jun/14
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	10/ago/12
Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	29/jun/12
Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcellos Navio	29/jun/12
Vogal Não Executivo	António José Lopes	10/ago/12
	CONSELHO FISCAL	
Presidente	Pedro Romano Martinez	06/jun/14
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	06/jun/14
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	06/jun/14
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	06/jun/14
	REVISOR OFICIAL DE CONTAS	
	António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº 177	09/set/09

Os membros dos órgãos sociais eleitos para o triénio 2012 – 2014 encontravam-se em regime de gestão desde final de 2014.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 29 de junho de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração da STCP:

Vogal Executivo: Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira

Vogal Executivo: Dr. Alfredo César Vasconcellos Navio

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 10 de agosto de 2012, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da STCP:

Presidente Não Executivo: Dr. João Velez Carvalho

Vogal Não Executivo: Dr. António José Lopes

Dois dos quatro membros do Conselho de Administração tinham funções executivas e os dois restantes, funções não executivas, e nenhum auferia qualquer remuneração suplementar por funções desempenhadas nas empresas participadas.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 6 de junho de 2014, efetuada ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais, foram eleitos os seguintes membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal para acompanhar o mandato do Conselho de Administração da STCP (2012-2014):

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Eng.º José António Ferreira de Barros

Vice-Presidente: Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretário: Dr. Carlos Maria Pinheiro Torres

Conselho Fiscal

Presidente: Prof. Dr. Pedro Romano Martinez

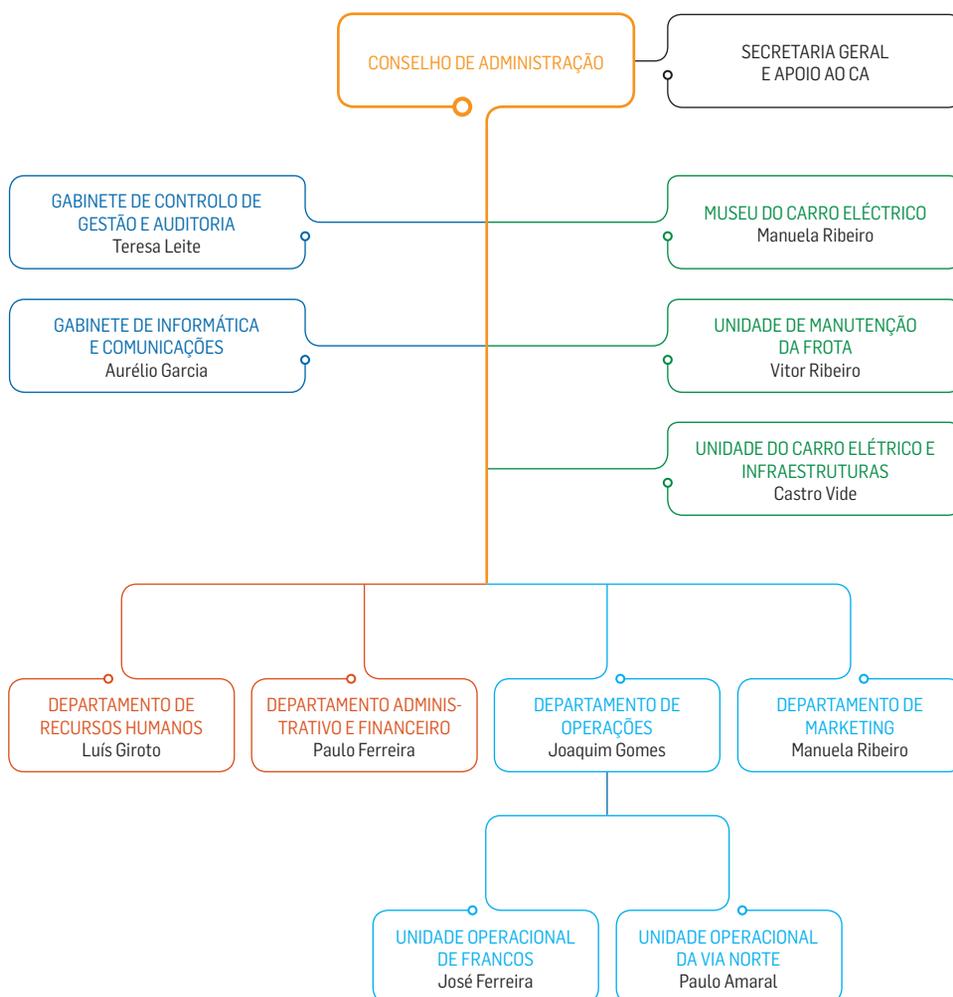
Vogal efetivo: Dra. Ana Alexandra Filipe Freitas

Vogal efetivo: Dr. Paulo Jorge Rodrigues Mateus

Vogal suplente: Dr. Dino Jorge Ramos Santos

O órgão social ROC foi eleito no mandato 2009-2011 e manteve-se em funções.

Macroestrutura a 31 dezembro 2016



■ Órgãos Operacionais
 ■ Órgãos de Back Office
 ■ Órgãos de Staff
 ■ Outros Órgãos de Staff
■ Órgãos de Atividades Complementares ou com Natureza Específica

5.1.1. Funções e responsabilidades

Assembleia-Geral

As competências da Assembleia-Geral da sociedade estão definidas no Artigo 8º dos seus Estatutos.

Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração encontram-se definidas no Artigo 11º dos Estatutos da Sociedade.

Atribuições específicas de cada membro do Conselho de Administração em 2016:

Presidente Não Executivo – Prof. Jorge Moreno Delgado

- Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.
- Exerce funções, em acumulação, com os cargos de Presidente Executivo do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Metro do Porto, S.A. e como Presidente do Conselho de Administração no TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Vogal Executivo – Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga

- Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Marketing, Departamento de Operações, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu do Carro Elétrico.
- Representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.
- Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A..
- Exerce funções em acumulação com o cargo de Administrador não Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A..

Vogal Executivo – Dr. Pedro José Ferreira Morais

- Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Departamento de Recursos Humanos, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Informática e Comunicações.
- Nomeado pelo Conselho de Administração como Representante para as relações com o Mercado e com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).
- Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

Vogal Não Executivo – Dr.ª Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto

- Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

Conselho Fiscal

As competências do Conselho Fiscal encontram-se definidas no Artigo 14º dos Estatutos da Sociedade.

5.1.2. Curricula vitae dos membros do Conselho de Administração

Presidente Não Executivo – Prof. Jorge Moreno Delgado

- **Data de Nascimento:** 02 de abril de 1967
- **Habilitações Académicas:**
 - 2002 Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP-UP.
 - 1993 Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil FEUP-UP.
 - 1990 Licenciatura em Engenharia Civil FEUP-UP.
- **Atividade Profissional:**
 - Desde fevereiro 1995 Professor - Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG/IPVC)
- Área Científica:** Ciências da Engenharia e Tecnologia
- Grupo Disciplinar:** Engenharia Civil
- Principais Áreas de Atividade de Docência e Investigação:**
 - Análise Estrutural, Engenharia Sísmica; Estruturas de Betão Armado e Estruturas Metálicas, Gestão de Projecto, Estudos e Projetos de Transportes em especial na área dos LRT (Light rail Transit)
- 2017 – ... : Vice-Presidente Assembleia Geral Associação Casa da Arquitetura
- 2016 – ... : Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- 2016 – ... : Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.
- 2016 – ... : Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.
- 2008 – 2012: Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.
- 2004 – 2005: Vice Presidente do Conselho Administrativo e Directivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)
- 2000 - 2003: Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.
- 1990 – 1995: Engenheiro Sénior da área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda. (e.g.)
- **Publicações (e.g.):**
 - Jorge M. Delgado, Antonio Abel R. Henriques, Raimundo M. Delgado; "Structural Non-Linear Models and Simulation Techniques: An Efficient Combination for Safety Evaluation of RC Structures"; Handbook of Research on Computational Simulation and Modelling in Engineering, pp. 540 – 584; Release Date: September, 2015. Copyright © 2016. (ISBN13: 9781466688230; ISBN10: 1466688238; EISBN13: 9781466688247).
 - HENRIQUES, A.A.; VEIGA, J.M.C.; MATOS, J.A.C.; DELGADO, J.M.; "Uncertainty Analysis of Structural Systems by Perturbation Techniques"; Structural and Multidisciplinary Optimization, Vol. 35, N. 3, Springer; pp. 201-212; 2008.
 - VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "An efficient evaluation of structural safety applying perturbation techniques"; III European Conference on Computational Mechanics, Solids, Structures and Coupled Problems in Engineering, Ed. C.A. Mota Soares et.al.; Springer; pp. 126 (Ed. CD-ROM: 9 pag.); 2006.
 - VEIGA, J.M.G.C.; HENRIQUES, A.A.R.; DELGADO, J.M.; "Avaliação da incerteza em estruturas de betão pela técnica das perturbações"; CIMNE/CILAMCE 2007 - Métodos Numéricos e Computacionais em Engenharia, Ed. J.C. Sá, R. Delgado, A.D. Santos, A. Rodríguez-Ferran, J. Oliver, P.R.M. Lyra, J.L.D. Alves; APMTAC/FEUP – Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional / Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (Ed. CD-ROM: 12 pag.), pp. 286; 2007.

- VEIGA, J.M.; HENRIQUES, A.A.; DELGADO, J.M.; "Aplicação de técnicas de perturbação na análise da incerteza estrutural"; 4as Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas, LNEC; pp. 92-93 (Ed. CD-ROM: 13 pag.); 2006.
- HENRIQUES, A.A.R.; VEIGA, J. M.; DELGADO, J.M.; "Aplicação da técnica das perturbações na avaliação da incerteza em estruturas de engenharia civil"; II Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade – Riscos Públicos e Industriais, Ed. C. Guedes Soares, A.P. Teixeira e P. Antão, Instituto Superior Técnico; Edições Salamandra; Vol. 1; pp. 659 - 673; 2007.
- Delgado, J. M.; Delgado R. M., Second order effects design of reinforced concrete framed structures according to EC2 - Reliability analysis, publicado em RISK ANALYSIS III, pp. 105-114, Editor C.A. Brebbia, Wit Press, Southampton, Boston, 2002.

Vogal Executivo – Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga

- **Data de Nascimento:** 17 de novembro de 1974
- **Habilitações Académicas:**
Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa.
Pós Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro.
- **Atividade Profissional:**
Desde 21.01.2016 - Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A..
Desde 25.01.2016 - Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A..
Desde 02.2016 - Vogal do Conselho de Administração da OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A..
Desde 02.2016 - Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A..
De 19.12.2013 a 21.01.2016 - Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A..
De 16.10.2013 a 19.12.2013 - Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia.
De 01.10.2005 a 16.10.2013 - Responsável Operacional / JOT, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador (Mais de 1000 dias de Auditorias Realizadas) da LUSAENOR – Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação.
De 06.11.2002 a 01.10.2005 - Gestor Desenvolvimento e Produto APCER – Associação Portuguesa de Certificação.
De 01.02.2000 a 06.11.2002 - Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria.

Vogal Executivo - Dr. Pedro José Ferreira Moraes

- **Data de Nascimento:** 26 de outubro de 1977
- **Habilitações Académicas:**
2014 Formação em Gestão de operações em transportes públicos de passageiros, FEUP.
2002 - 2004 Pós-graduação em Finanças, em resultado da frequência da parte curricular do Mestrado em Ciências Empresariais com especialização em Finanças.
1995 - 2000 Licenciatura em Economia, FEP
- **Atividade Profissional:**
Desde jan.2016 - Administrador da STCP, S.A..
Out.2014 a jan.2016 - Administrador da Card 4B, S.A..
Fev.2010 a set.2014 - Diretor Geral da Beware - Consultadoria e Serviços, S.A..
Jun.2008 a jan.2010 - Gestão de Projetos - OCTAL-Sistemas de Engenharia, SA do grupo Novabase.

Jul.2007 a mar.2008 - CEO da Aveifeira – Carnes e Aves da Feira, S.A..

Fev.2002 a jun.2007 - Quadro superior na TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Out.2000 a jan.2002 - Quadro médio na Metro do Porto, S.A..

Vogal Não Executivo - Dr.ª Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto

→ **Data de Nascimento:** 04 de setembro de 1970

→ **Habilitações Académicas:**

Doutoramento em Business Studies, Warwick Business School. Dissertação: Pinto, H. S. (2005) – Understanding Service Specifications. Universidade de Warwick, U.K.

Mestrado em Gestão de Operações Comerciais (2002) - Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa - Dissertação sobre a Medição da Qualidade dos Serviços - Final Grade: 18/20.

MBA - 1998 - Universidade Católica Portuguesa.

Licenciatura - 1993 - Administração e Gestão de Empresas - Universidade Católica Portuguesa.

→ **Outra Formação:**

IDP - 2014-2015 - International Deans Programme - EFMD, Brussels, Hong Kong, Londres, Copenhaga e Lund.

Formação Executiva - outubro 2012 High Potentials Leadership Program - Harvard Business School.

→ **Atividade Profissional:**

Desde fevereiro 2016 - Administradora Não Executiva da STCP, S.A..

Membro do Conselho Consultivo da GIMPA Business School (Ghana Institute of Management and Public Administration).

Desde agosto 2013 – Diretora da Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa.

Agosto 2013 - dezembro 2014 - Diretora-adjunta da Presidência do CRP - Responsável pelas áreas da qualidade e acreditação e relações interuniversitárias.

2011-2013 - Associate Dean - Católica Porto Business School (na altura, Faculdade de Economia e Gestão). Associate Dean para a Formação Executiva e programas de MBA.

2008-2013 - Católica Porto Business School (na altura, Faculdade de Economia e Gestão). Associate Dean para os Mestrados.

2008- 2010 - Sócia e Membro Não Executivo do CA - SOMOLO – Soluções de Mobilidade e Localização.

1995 – 1997 - Diretora Comercial e de Marketing do Casino da Póvoa, na Sopete – Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S.A..

1993-1995 - Assessora do Conselho de Administração para os novos projetos de hotelaria e entretenimento, da Sopete - Sociedade Poveira de Empreendimentos Turísticos, S.A..

Desde 1997 - Membro do Corpo docente da Católica Porto Business School e membro do Conselho Científico da Faculdade desde 2006.

2007-2008 - Participação e Coordenação de Estudos - Coordenação de projetos de consultoria na área de acessibilidade e localização de serviços.

Desde 1997 - Participação em diversos projetos de investigação aplicada e consultoria no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) – Universidade Católica Portuguesa.

→ **Publicações:**

Autora do livro “Gestão dos Serviços – A Avaliação da Qualidade”.

5.2. ESTATUTO REMUNERATÓRIO DOS Membros DOS Órgãos Sociais

Para efeitos de fixação das remunerações dos órgãos sociais, à empresa STCP, S.A. foi atribuída a classificação C pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros nºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Mandato 2016/2018

Mesa da Assembleia Geral

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros da Mesa da Assembleia Geral, os seguintes valores para as senhas de presença:

- **Presidente:** valor líquido de 500,00€.
- **Vice-Presidente:** valor líquido de 425,00€.
- **Secretário:** valor líquido de 350,00€.

Foi determinado que aos valores líquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

Conselho de Administração

As Deliberações Sociais Unâнимes Por Escrito, de 25 de janeiro e de 24 de fevereiro de 2016, fixaram as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, em:

- **Presidente não Executivo:** valor líquido de 1.144,55 €, pago 14 vezes por ano.
O Presidente não Executivo não auferirá qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na sociedade Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente executivo.
- **Vogal Executivo:** valor líquido de 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, a que acresce um abono mensal de despesas de representação no valor de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.
- **Vogal não Executivo:** valor líquido de 915,64 €, pago 14 vezes por ano.

De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, e tomando por base o deliberado no ponto 8 da ata da Assembleia Geral nº 56, de 18 de junho de 2013, o valor máximo global mensal para despesas com comunicações onde se inclui o telefone móvel, o domiciliário e a internet, dos elementos do Conselho de Administração, não pode exceder 80,00€.

Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Não é permitida:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público; e
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público.

Foi determinado que aos valores líquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

Conselho Fiscal

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros do Conselho Fiscal, o seguinte estatuto remuneratório:

- **Presidente:** valor líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano.
- **Vogais:** valor líquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

Foi determinado que aos valores líquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

Revisor Oficial de Contas (ROC)

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016, deliberou o seguinte:

- A remuneração anual líquida do ROC será a constante de contrato de prestação de serviços a celebrar entre a STCP e o ROC, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a doze meses da remuneração global líquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa classificada como C.
- Por aplicação ao artigo 101º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril, que promulgou os efeitos do Programa de Assistência Económica e Financeira, da aplicação dos valores constantes do ponto imediatamente anterior não pode resultar num aumento dos valores das remunerações auferidas pelo ROC, tendo por referência os montantes atribuídos à data da entrada em vigor das Resoluções de Conselhos de Ministros nºs 16/2012 e 18/2012.
- Ao valor mensal determinado aplicam-se as reduções remuneratórias legalmente vigentes e eventuais outras disposições que venham a ser aprovadas.
- Ao valor da prestação de serviços, pago doze meses por ano, acresce o IVA, à taxa legal em vigor.
- Deverão ser reembolsadas pela entidade, ao ROC, as despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração aprovou na sua reunião de 5 de dezembro, ata nº 40/16, o valor mensal a pagar, em doze meses por ano, à Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. para a elaboração da certificação legal das contas individuais, de € 1.442,13 (mil quatrocentos e quarenta e dois euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O valor aprovado está sujeito ao consagrado na Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016.

5.3. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS

A STCP rege-se pelos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho, retificados pela Declaração nº 101/94 de 30 de julho, complementados e clarificados no que se refere às linhas por si exploradas em modo de troleicarro ou carro elétrico pelo Decreto-Lei nº 379/98, de 27 de novembro e alterados pela Lei nº 38/2016, de 19 de dezembro que dá nova redação ao artigo 3º e adita o artigo 2º-A tendo em vista à proibição da subconcessão do serviço a entidades que não sejam de direito público ou de capitais exclusivamente públicos.

A Sociedade rege-se ainda pelo Código das Sociedades Comerciais.

Pelo facto do Estado ser o acionista único da Sociedade, a empresa está sujeita, naquilo que lhe é aplicável, aos princípios e regras do Sector Público Empresarial do Estado constantes do publicado no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE), alterado pela Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro, na Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, no Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014, de 26 de junho, e na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

A STCP cumpre ainda o estabelecido no Despacho nº 14.277/2008, de 23 de maio, relativo aos deveres especiais de informação, reportando regularmente à Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), à Inspeção Geral de Finanças (IGF) e à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), através dos Sistemas de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), os planos de atividades anuais e plurianuais, os orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, os planos de investimentos anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento, os relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, e as cópias das atas das Assembleias Gerais (AG).

A empresa calcula o prazo médio de pagamentos a fornecedores em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.

Dentro do enquadramento legislativo do SEE, são ainda de referir os seguintes instrumentos legais: o Estatuto do Gestor Público, Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, alterado pela retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro e pelo DL nº 39/2016, de 28 de julho, a RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, que estabelece os critérios de vencimento dos gestores públicos, o artigo 12º da Lei nº 12-A/2010 e a Lei nº 59/2013, de 23 de agosto, que estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória.

A RCM nº 8/2011, de 25 de janeiro – acordo ortográfico – determinou a aplicação do acordo ortográfico a partir de 1 de janeiro de 2012 ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direção, superintendência e tutela do Governo.

Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro, que determina a descentralização parcial e temporária de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP e a descentralização parcial e temporária da gestão operacional da STCP.

Como empresa do setor do transporte público rodoviário de passageiros, está sujeita, entre outros, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:

- Lei nº 52/2015, de 9 de junho, alterada pela Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Regime do Serviço Público de Transportes de Passageiros.
- DL nº 60/2016, de 8 de setembro, que estabelece as regras aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiro flexível e regulamenta o artigo 34º e seguintes do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei nº 52/2015, de 9 de junho.
- Decreto-Lei nº 3/2001, de 10 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 90/2002, de 11 de abril, e pelo DLR nº 6/2006/A, de 21 de fevereiro, que estabelece o Regime jurídico de acesso à atividade de transportes rodoviários de passageiros por meio de veículo com mais de nove lugares.
- Lei nº 28/2006, de 4 de julho, regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nºs 14/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro.
- Lei do Orçamento do Estado e normas de execução Orçamental.
- RCM nº 45/2011 que aprova o Plano Estratégico dos Transportes (PET) para o horizonte 2011-2015, atualizado pelo Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PET13+), de abril de 2014.

Está, ainda, abrangida por diplomas diversos sobre regimes específicos:

- Código da Estrada, aprovado pela Lei nº 114/94, de 16 de março, com as alterações a que foi sujeito.
- Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, Código da Contratação Pública, para as aquisições de bens, serviços e empreitadas, com as alterações a que, entretanto, foi sujeito.
- Em matéria laboral a empresa rege-se, basicamente, pelos Acordos de empresa outorgados com as diferentes organizações sindicais, pelas Ordenações emanadas do Conselho de Administração e pelos Avisos internos da empresa. Subsidiariamente aplicam-se nestas matérias as normas constantes do Código do Trabalho, Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações a que entretanto foi sujeito, e respetiva regulamentação.

Em tudo o mais, a empresa obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor.

A empresa respeita o seu Manual de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho, com a respetiva matriz de processos e os correspondentes procedimentos e procedimentos internos, rege-se pelo Código de Ética e de Conduta e cumpre o Plano de Prevenções de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

5.4. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Neste capítulo procede-se à divulgação do cumprimento das orientações legais, de acordo com o transmitido pelo ofício nº 1269, de 27 de fevereiro de 2017, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), no modelo referido como Anexo I e respetivos apêndices 1 e 2.

5.4.1. Objetivos de gestão e plano de atividades e orçamento

O artigo nº 38 do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função acionista, integrando a definição das orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial reportada a cada triénio, bem como a definição dos objetivos e resultados a alcançar em cada ano e triénio, em especial, os económicos e financeiros.

Objetivos do Contrato de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Foi enviado à Tutela financeira, em abril de 2016, proposta de contrato de gestão para o mandato 2016 - 2018, no entanto ainda não foi estabelecido contrato de gestão nem definidos os respetivos objetivos, para o exercício de 2016.

Não se encontrando aprovado para 2016 o Contrato de Gestão, apresenta-se os objetivos incluídos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2016, e respetivo grau de execução.

INDICADOR	UNID.	2016		DESVIO	
		OBJETIVO	REAL	VALOR	%
EBITDA (de gestão) s/ IC	10³ €	-4.211	-2.590	1.621	38,5%
Volume de negócios (c/ comparticipação tarifária)	10³ €	44.866	45.099	233	0,5%
Gastos operacionais / volume de negócios	%	107,6	108,2	0,6 p.p.	0,6%
Passageiros km transportados	10³ €	254.851	253.512	-1.339	-0,5%
Lugares km oferecidos	10³ €	1.984.528	1.989.727	5.199	0,3%
Receita por passageiro	cent. €	61,1	61,6	0,5	0,8%

Glossário:

EBITDA (de gestão) s/ IC (Indemnizações Compensatórias): Resultados antes de depreciações, gastos financiamento, impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor e indemnizações por cessação de contrato de trabalho. Expurgado de: cerca de 1.1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento descansos compensatórios do pessoal, de 2003 a 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015); cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16 e do valor de cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativos ao Memorando de Entendimento celebrado entre a Tutela, a Câmara Municipal do Porto e a STCP, relativo aos imóveis da STCP.

Volume de negócios (c/ comparticipação tarifária): Vendas e serviços prestados + outros rendimentos e ganhos.

Gastos operacionais: CMVMC + FSE + Gastos com pessoal sem indemnizações por cessação de contratação, incluindo gastos não recorrentes.

Passageiros km transportados: passageiros x percurso médio por passageiro.

Lugares km oferecidos: veículos km x lotação média.

Receita por passageiro: receita / passageiros.

5.4.2. Gestão do risco financeiro

O detalhe da política de gestão da carteira de dívida e do risco financeiro associada à mesma é apresentado na Nota 29 às demonstrações financeiras.

Em 2016 a STCP, S.A., apenas foi financiada para fazer face ao cumprimento do serviço da dívida concedida pelo Estado. Estas operações revestiram a forma de dois aumentos de capital por conversão de dívida, no montante total de 57.784.361,72 euros, e em numerário de 3,28 euros. Os aumentos de capital estão formalizados e fundamentados por Despachos da Tutela Conjunta e enquadram-se nas operações regulares das empresas públicas de reforço dos capitais sociais através da redução dos créditos concedidos pelo Estado.

Em 31 de dezembro estava concluído o processo do primeiro aumento de capital, no valor de 30.282.535 euros, com o cumprimento dos deveres de prestação de informação à CMVM e entidades associadas. Na mesma data, estava em curso a fase preparatória para o registo do segundo aumento de capital, no montante de 27.501.830 euros, cuja conclusão ocorreu em fevereiro de 2017.

O financiamento da atividade operacional foi assegurado por meios próprios.

ANOS	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€) ⁽¹⁾	17.194.169	14.761.383	19.653.131	21.350.025	20.951.696
Taxa Média de Financiamento (%)	1,69%	1,72%	3,55%	4,48%	4,75%

⁽¹⁾ Juros de financiamento e de outros instrumentos financeiros (swap) e encargos com financiamentos.

5.4.3. Limite de crescimento do endividamento

A STCP terminou o ano de 2016 com uma dívida remunerada total de aproximadamente 370 milhões de euros, registando uma diminuição de 13% face a 2015.

A variação do endividamento ajustado foi de 0,58%, ficando 2,4 pontos percentuais abaixo do limite de endividamento de 3% estipulado no n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com a Retificação n.º 10/2016, de 25 de maio (Lei do Orçamento de Estado para 2016), apurado nos termos da fórmula constante do ponto 3 do Anexo 1 do ofício n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017, da DGTF.

PASSIVO REMUNERADO (€)	2016	2015	2014	2013	16-15	16/15
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	370.324.692	425.588.098	415.208.460	395.935.043	-55.263.406	-13%
dos quais concedidos pela DGTF ⁽¹⁾	263.160.049	313.368.424	301.250.249	0	-50.208.375	-16%
Aumentos de Capital por dotação	3,28	3.006.762	0	0	-3.006.759	
Aumentos de Capital por conversão de créditos	57.784.362	2.849.363	0	0	54.935.002	1928%
Endividamento Ajustado	433.965.182	431.444.223	415.208.460	395.935.043	2.520.962	0,58%

⁽¹⁾ Valor nominal dos empréstimos.

5.4.4. Evolução do prazo médio de pagamento e *arrears*

5.4.4.1. Evolução do prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP)

Em 2016 o PMP situou-se nos 51 dias, registando uma diminuição de 14 dias face a 2015, ou seja, cerca de -22%. Foi atingido o grau de cumprimento dos objetivos definidos no n.º 9 da RCM n.º 34/2008, que estabelece que, quando o PMP do ano anterior seja superior ou igual a 45 dias, deve ser atingida uma redução de pelo menos de 15%.

PMP [1]	2016	2015	VAR. 16/15	
			VALOR	%
Prazo (dias)	51	66	-14	-22%

⁽¹⁾ Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

A evolução do PMP foi determinada em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, ou seja, pelo rácio da dívida a fornecedores e credores diversos e aquisições de bens e serviços, que registaram uma variação em 2016 face a 2015 de -31% e -11%, respetivamente.

O montante da dívida a credores diversos considerado para o cálculo do PMP, não inclui a dívida ao Município do Porto, resultante do Memorando de Entendimento celebrado entre a Tutela, a Câmara Municipal do Porto e a STCP, para por termo ao contencioso sobre a propriedade dos imóveis da empresa, uma vez que este tipo de dívida, não se enquadra no objeto desta legislação.

5.4.4.2. Atrasos nos pagamentos ("arrears")

Apresenta-se a divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definido no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio:

DÍVIDAS VENCIDAS (EUROS)	0-90 DIAS	DÍVIDAS VENCIDAS DE ACORDO COM O ART.1º DL 65-A/2011			
		90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS
Aquisições de Bens e Serviços	148.166	9.962	43.651	103.797	21.440
Aquisições de Capital	10.553	19.803	20.571	0	0
Total	158.720	29.765	64.222	103.797	21.440



As dívidas vencidas em 2016 ascendiam a 219 mil euros registando-se um acréscimo de aproximadamente 112,4 milhares de euros relativamente ao ano transato.

Cerca de 69 mil euros (31%) do montante em dívida respeita a transações entre empresas participadas da STCP, a TIP e a Metro do Porto, que são simultaneamente devedoras e credoras da empresa. Parte do montante restante refere-se a faturas em conferência e/ou em regularização, o que contribuiu para o aumento da dívida.

Ao longo de 2016 a STCP procedeu trimestralmente, até ao fim do mês seguinte ao final de cada trimestre, à divulgação das dívidas com mais de 30 dias, no seu sítio da *internet* (www.stcp.pt), nos termos do nº 2 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº 35-A/2016, de 30 de junho (DLEO 2016).

5.4.5. Recomendações do acionista

Na Assembleia Geral da STCP, realizada a 30 de maio de 2016, o representante do acionista, aquando da aprovação das contas de 2015, recomendou ao Conselho de Administração as seguintes diligências:

→ *Prosseguir a redução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos preconizados na Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril.*

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) encontra-se detalhada no ponto 5.4.4. deste relatório. Em 2016 o PMP foi de 51 dias (redução de 22% face a 2015), tendo sido atingido o grau de cumprimento do objetivo definido no nº 9 da RCM nº 34/2008, que estabelecia uma redução entre 15 a 25%, para PMP do ano anterior superiores ou iguais a 45 dias.

→ *Ser apresentado o relatório sobre as remunerações pagas aos trabalhadores mulheres e homens, tendo em conta objetivos concretos-diagnóstico e prevenção de diferenças injustificadas e a adoção de medidas concretas corretivas conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março.*

Foi elaborado o Relatório sobre Remunerações por género do ano de 2016 conforme consta no ponto 5.4.9. deste relatório.

→ *Ser apresentado o relatório sobre a prevenção da corrupção, nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial.*

Foi elaborado o relatório anual sobre prevenção da corrupção de 2016, conforme expresso no ponto 5.4.10. deste relatório.

→ *Assegurar que os gastos com comunicações e ajudas de custo em 2016 se mantenham ao nível dos gastos verificados nas referidas rubricas em 2014, dando cumprimento ao disposto na alínea a) do nº 3 do artigo 96 do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril.*

A evolução dos gastos com comunicações e ajudas de custo está detalhada no ponto 5.4.14. deste relatório. Em 2016 registou-se uma redução de gastos com comunicações e ajudas de custo de 14% face a 2014, e um aumento de 32% face a 2015.

5.4.6. Remunerações

Remunerações dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia-Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
2016-2018	Presidente	José António Ferreira de Barros	500	500	40	20	480
2016-2018	Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	425	425	34	17	408
2016-2018	Secretário	Carlos Maria Pinheiro Torres ^(*)	350	334	27	13	321
			1.275	1.259	101	50	1.209

(*) O valor da senha fixado não coincide com o valor bruto, pois por Despacho nº 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012, o nº 3 da RCM nº 36/2012 e o nº1 do artº 101 do DL 18/2016.

Conselho de Administração

Mandato 2012-2014

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2012-2014	Presidente Não Executivo	João Velez Carvalho	Deliberação Social Unânime	por Escrito 10-ago-12
2012-2014	Vogal Executivo	André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Deliberação Social Unânime	por Escrito 29-jun-12
2012-2014	Vogal Executivo	Alfredo César Vasconcelos Navio	Deliberação Social Unânime	por Escrito 29-jun-12
2012-2014	Vogal Não Executivo	António José Lopes	Deliberação Social Unânime	por Escrito 10-ago-12

Mandato 2016-2018

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2016-2018	Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	Deliberação Social Unânime	por Escrito 25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	Deliberação Social Unânime	por Escrito 25-jan-16
2016-2018	Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	Deliberação Social Unânime	por Escrito 25-jan-16
2016-2018	Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Deliberação Social Unânime	por Escrito 24-fev-16

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Designação		
	Entidade	Função	Regime
João Velez Carvalho	Metro do Porto, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Privado
	Metro do Porto, S.A.	Presidente da Comissão Executiva	Privado
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração como representante da Metro do Porto, S.A.	Privado
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
Alfredo César Vasconcelos Navio	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
António José Lopes	Metro do Porto, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Privado
	Metro do Porto, S.A.	Vogal da Comissão Executiva	Privado
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração como representante da Metro do Porto, S.A.	Privado
	Metro do Porto, Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração eleito pela Assembleia-Geral	Privado
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Privado

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Designação			
	Entidade	Função	Regime	
Jorge Moreno Delgado	Metro do Porto, S.A	Presidente Executivo do Conselho de Administração	Privado	
	Metro do Porto, S.A	Presidente da Comissão Executiva	Privado	
	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Presidente do Conselho de Administração	Privado	
Tiago Filipe da Costa Braga	Metro do Porto, S.A	Administrador não Executivo do Conselho de Administração	Privado	
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado	
	TRANSPUBLICIDADE - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal Conselho de Administração	Privado	
Pedro José Ferreira Morais	TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal Conselho de Administração	Privado	
	STCP SERVIÇOS - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Privado	
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	GIMPA Business School (Ghana Institute of Management and Public Administration)	Membro do Conselho Consultivo	Privado	
	Universidade Católica Portuguesa	Diretora da Católica Porto Business School	Privado	

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)		
			Vencimento mensal	Despesas Representação	
João Velez Carvalho ⁽¹⁾	Sim	C	1.145	0	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	C	3.663	1.465	
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	C	3.663	1.465	
António José Lopes ⁽¹⁾	Sim	C	916	0	

⁽¹⁾ Não auferir qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na Metro do Porto, S.A., enquanto Administrador Executivo.

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)		
			Vencimento mensal	Despesas Representação	
Jorge Moreno Delgado ⁽¹⁾	Sim	C	1.145	0	
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	C	3.663	1.465	
Pedro José Ferreira Morais	Sim	C	3.663	1.465	
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Sim	C	916	0	

⁽¹⁾ Não auferir qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente Executivo.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3)-(4)+(5)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	15.080	0	15.080	1.900	644	13.823
Alfredo César Vasconcellos Navio	14.415	0	14.415	1.816	600	13.199
			29.495	3.716	1.244	27.022

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) Reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3)-(4)+(5)
Tiago Filipe da Costa Braga	64.592	0	64.592	8.139	3.303	59.756
Pedro José Ferreira Morais	64.592	0	64.592	8.139	3.303	59.756
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	11.042	0	11.042	561	0	10.481
			140.226	16.838	6.606	129.993

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) Reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei nº 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor /Dia	Montante pago ano	Identificar	Encargo Anual			
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	4,27	149	Segurança social	3.374	0	0	43
Alfredo César Vasconcellos Navio	4,27	73	CGA	3.164	0	0	43
		222		6.538	0	0	86

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor /Dia	Montante pago ano	Identificar	Encargo Anual			
Tiago Filipe da Costa Braga	4,27	867	Segurança social	15.327	0	0	351
Pedro José Ferreira Morais	4,27	854	Segurança social	14.994	0	0	351
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0,00	0	Segurança social	2.489	0	0	0
		1.721		32.810	0	0	702

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	Sim	Sim	38.513	ALD	2009	2016	800	800	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	Sim	Sim	44.332	ALD	2010	2016	875	875	0

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes (Nº)
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Sim	34.716	ALD	2016	2020	537	8.693	44
Pedro José Ferreira Morais	Sim	Sim	32.683	ALD	2016	2017	789	8.680	9
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	Não	Não	-	-	-	-	-	-	-

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	0	0	0		0	0
Alfredo César Vasconcellos Navio	0	0	0		0	0
						0

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Tiago Filipe da Costa Braga	471	0	21		0	492
Pedro José Ferreira Morais	57	98	134		0	289
Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	0	0	0		0	0
						0

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	Nº de Mandatos	
			Forma	Data			
2012-2014	Presidente	Pedro Romano Martínez	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06/jun/14	1.282	3
2012-2014	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06/jun/14	961	3
2012-2014	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06/jun/14	961	1
2012-2014	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime	por Escrito	06/jun/14	0	3

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	Nº de Mandatos	
			Forma	Data			
2016-2018	Presidente	Pedro Romano Martínez	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25/jan/16	1.282	4
2016-2018	Vogal Executivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25/jan/16	961	4
2016-2018	Vogal Executivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25/jan/16	961	2
2016-2018	Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	Deliberação Social Unânime	por Escrito	25/jan/16	0	4

Mandato 2012-2014

Nome	Bruto (1)	Remuneração Anual (€)			Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
		Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)		
Pedro Romano Martínez	1.132	143	55		1.044
Ana Alexandra Filipe Freitas	849	107	41		783
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	849	107	41		783
					2.610

Mandato 2016-2018

Nome	Bruto (1)	Remuneração Anual (€)			Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
		Reduções Remuneratórias (2)	Reversão remuneratória (3)		
Pedro Romano Martínez	16.815	2.119	810		15.506
Ana Alexandra Filipe Freitas	12.611	1.589	608		11.630
Paulo Jorge Rodrigues Mateus	12.611	1.589	608		11.630
					38.766

Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início-Fim) (1) (2)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (3)	Data	Remuneração Contratada Mensal (€)	
nov-dez 2008	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	25/nov/08	1.300	1
2009-2011	Revisor Oficial de Contas	António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	53	20161396	DUE	09/set/09	1.300	8

(1) Eleito para completar o Mandato 2006-2008

(2) Eleito para o Mandato 2009-2011, mantendo-se em funções até maio de 2016

(3) DUE-Deliberação Social Unânime por Escrito

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidos na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Remuneração Contratada Mensal (€)	
2016-2018	Revisor Oficial de Contas	Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	235	20161528	AG	30/mai/16	1.442	1

Mandato 2012-2014

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)-(1)-(2)+(3)
António Magalhães & Carlos Santos, S.R.O.C.	6.500	520	182	6.162

Auferiu adicionalmente pelo trabalho de revisão das contas consolidadas, o valor de 4.468 euros, que já inclui as reduções remuneratórias impostas pela legislação aplicável.

Mandato 2016-2018

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)-(1)-(2)+(3)
Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	9.100	728	598	8.970

O valor da remuneração bruta não coincide com o estipulado na DUE de 30 de novembro de 2016, pois por Despacho nº 1212/15-SET, de 4 de agosto de 2015, as remunerações não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, de acordo com o nº 21 da RCM nº 16/2012, o nº 3 da RCM nº 36/2012 e o nº1 do artº 101 do DL 18/2016.

Remunerações do Auditor Externo

Não aplicável, dado que a STCP não possui Auditor Externo.

Remunerações dos restantes trabalhadores

Relativamente ao cumprimento das obrigações legais, no que respeita às remunerações dos restantes trabalhadores, o regime em vigor no exercício de 2016 encontra-se detalhado no ponto 5.4.18. Quadro resumo do cumprimento das obrigações legais, deste relatório.

5.4.7. Artigos 32º e 33º do estatuto de gestor público (EGP)

Em 2016 foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32º e 33º do EGP, no que se refere:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, conforme se apresenta nas tabelas seguintes.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	80	23	
Alfredo César Vasconcellos Navio	80	70	
		93	

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Tiago Filipe da Costa Braga	80	211	
Pedro José Ferreira Morais	80	192	
		403	

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço, conforme quadro seguinte.

Mandato 2012-2014

Membro do CA	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	Observações
André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira	366	110	0	110	
Alfredo César Vasconcellos Navio	366	185	13	198	
				308	

Mandato 2016-2018

Membro do CA	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Tiago Filipe da Costa Braga	366	2.019	627	2.647	
Pedro José Ferreira Morais	366	1.897	421	2.318	
				4.965	

5.4.8. Despesas não documentadas ou confidenciais

Foi dado cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas.

5.4.9. Relatório sobre remunerações (nº 2 RCM nº 18/2014)

Foi elaborado o “Relatório sobre Remunerações por género do ano de 2016”, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 18/2014, de 7 de março.

O referido relatório foi divulgado internamente, através da sua publicação na *intranet*, para conhecimento de todos os trabalhadores, e disponibilizado no sitio da empresa.

Encontra-se concluído o “Plano para a igualdade de género, da STCP”, conforme determina o nº 1 da RCM nº 19/2012, de 8 de março. Foi procedido à sua divulgação aos trabalhadores e ao público em geral através da sua publicação no sitio da empresa.

5.4.10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Foi elaborado o relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme disposto no nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Foi concluída a atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da STCP.

Os dois documentos foram divulgados internamente, com a sua publicação na *intranet* para conhecimento de todos os trabalhadores, e publicado no sitio da empresa.

5.4.11. Contratação pública

a) Em 2016 a STCP aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, à contratação pública que está submetida a esse regime.

Durante o ano foram lançados os seguintes concursos públicos:

- Concurso Público nº 01/2016 – concurso público internacional para o Fornecimento de Combustível (Gasóleo) – adjudicado.
- Concurso Público nº 02/2016 – concurso público internacional para o Fornecimento Contínuo de Gás Natural para a Frota da STCP e Manutenção do Equipamento da Estação de Enchimento – adjudicado.
- Concurso Público nº 03/2016 – concurso público internacional para a Contratualização de Apólices e Serviços de Seguro – adjudicado.

- b) A STCP tem procedimentos instituídos para as aquisições de bens e serviços, que são efetuadas mediante consulta a, no mínimo, três fornecedores. Excepcionalmente, por questões técnicas específicas, sempre devidamente fundamentadas, poderá haver recurso ao ajuste direto. De acordo com os referidos procedimentos, e sempre que a Lei o determine, procede-se à abertura de concursos públicos.

A STCP tem em vigor desde 2010 o Regulamento para Fornecedores, onde especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas, que devem ser observados pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens à empresa, ao nível das condições de segurança e higiene do trabalho. O processo de seleção, avaliação e qualificação de fornecedores está definido em procedimento interno, mediante a utilização de critérios que permitam, de forma objetiva aferir o cumprimento dos compromissos propostos, cuja última atualização data de novembro de 2014. Os procedimentos em vigor na empresa relativos à aquisição de bens e serviços encontram-se regulamentados na matriz de processos integrada no Manual do Sistema Integrado de Gestão, cuja última revisão data de agosto de 2016, sendo objeto de revisão sempre que necessário.

- c) Em 2016 foram celebrados dois contratos com valor superior a 5 milhões de euros:
- o contrato para o fornecimento de combustíveis (gasóleo) para a frota da STCP, com o valor máximo previsível (incluindo prorrogação) de 12,6 milhões de euros. Foi solicitado o seu pedido de fiscalização prévia ao Tribunal de Contas, em cumprimento da determinação do artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (TC), que foi concedido.
 - o contrato para o fornecimento contínuo de gás natural para a frota da STCP e manutenção do equipamento da estação de enchimento, de valor previsível, incluindo prorrogação, de 7,3 milhões de euros – isento de visto do TC por força do consagrado no nº 1 alínea c) do artigo 47º da lei nº 98/97, com as alterações a que foi sujeita.

Foi ainda solicitado o visto prévio ao TC relativo à prorrogação dos prazos do contrato de manutenção de 77 autocarros *standard*, da Marca MAN (Gás Natural Comprimido), no valor de 1,7 milhões de euros, que foi autorizado.

5.4.12. Sistema nacional de compras públicas (SNCP)

A STCP aderiu ao SNCP, em março de 2011, através da celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

No exercício de 2016 não se procedeu a qualquer adjudicação ao abrigo deste sistema.

5.4.13. Frota automóvel

Medidas adotadas relativamente às orientações previstas nas alíneas a) e b) do nº 3 do artigo 96º do DLEO 2016, complementadas pelos Despachos nº 1182/13-SET, de 12 de junho, comunicado através de Ofício Circular nº 4238, de 1 de julho, e Despacho nº 1668/13-SET, de 6 de setembro, comunicado através de Ofício Circular nº 7408, de 2 de dezembro:

EM 31 DE DEZEMBRO	UNID.	2016	2015	2014	2013	VAR. 2016/2015		VAR. 2016/2014	
						ABS.	%	ABS.	%
Gastos com a frota automóvel	€	153.690	160.111	172.336	218.010	-6.421	-4,0%	-18.646	-10,8%
Nº de veículos	unid.	52	52	52	55	0	0%	0	0%

Em 2016 os gastos associados à frota automóvel reduziram 4% (-6,4 milhares de euros) face a 2015 e 10,8% (-18,6 milhares de euros) relativamente ao ano de 2014.

Em 31 de dezembro, a frota de viaturas de apoio da empresa era constituída pelas seguintes tipologias:

TIPOLOGIA DE VEÍCULOS (EM 31 DE DEZEMBRO)	UNID.	2016	2015	2014	2013
Veículos ligeiros ^[a]	unid.	33	32	32	35
Veículos comerciais	unid.	17	17	17	17
Veículos pesados	unid.	2	3	3	3
Total		52	52	52	55

^[a] em 2016, 2 afetas aos administradores executivos e 10 afetas a cargos de direção

Em 2016 foi nomeado novo Conselho de Administração (CA) da STCP, para o mandato 2016-2018. Decorre do disposto no artigo 33º do Estatuto do Gestor Público (EGP), a atribuição aos vogais executivos, de viaturas de serviço. Aproximando-se a finalização dos contratos de *renting* das duas viaturas existentes ao serviço do Conselho de Administração cessante, foram celebrados novos contratos de aluguer operacional para duas viaturas, sendo que num deles a STCP assumiu a cessão de posição contratual em seu favor.

Em 2016, o grupo de viaturas afetas a cargos de direção inclui uma viatura cedida pela Metro do Porto à STCP, em regime de contrato de aluguer, dada a indisponibilidade de viatura de serviço a atribuir a um novo responsável de área, nomeado na STCP, cuja proveniência é da referida Metro do Porto.

Nas viaturas de apoio às áreas da empresa estão incluídas três viaturas cedidas à Metro do Porto, em regime de contrato de aluguer, cedências ocorridas em anos anteriores.

Em dezembro de 2016 foi abatida uma viatura pesada, grua de reboque, com 23 anos de idade.

5.4.14. Medidas de redução de gastos operacionais

O Ofício Circular nº 5536, de 23 de dezembro de 2015, da Direção Geral do Tesouro e Finanças, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para o ano de 2016, estabeleceu os seguintes princípios financeiros de referência para o ano de 2016, em conformidade com o determinado no artigo 96º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril (DLEO 2016):

- EBITDA, no mínimo igual ao projetado para o exercício de 2015 e, em qualquer caso, sempre superior ao verificado no exercício de 2014, de forma a garantir a sustentabilidade económica-financeira;
- Redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão de contratos), no seu conjunto, em 15% face a 2010;
- Cada parcela dos gastos com comunicações, com deslocações, com ajudas de custo, com alojamento e associados à frota automóvel, inferior ou igual ao gasto incorrido nos exercícios de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor).

O desempenho da STCP no exercício de 2016, é apresentado na seguinte tabela Plano de Redução de Custos (PRC):

PRC	unid.	Meta	2016	2015	2014	2010	2016/2015		2016/2010	
							Δ Abs.	Var%	Δ Abs.	Var%
(0) EBITDA ^(a)	10 ³ €		-2.590	-3.823	1.406	1.489	1.233	32%	-4.079	-274%
(1) CMVMC	10 ³ €		1.255	859	1.078	1.421	396	46%	-166	-12%
(2) FSE	10 ³ €		17.280	19.270	22.096	32.611	-1.990	-10%	-15.331	-47%
(3) Gastos com o pessoal	10 ³ €		30.296	29.713	30.647	39.999	583	2,0%	-9.703	-24%
(4) Indemnizações pagas por rescisão	10 ³ €		27	918	1.333	954	-891	-97%	-927	-97%
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	10 ³ €		133	0	0	0				
(6) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	10³ €	redução em 15% face 2010	48.671	48.925	52.488	73.077	-254	-0,5%	-24.407	-33%
(7) Volume de negócios (VN) ^(b)	10³ €		45.099	44.931	48.127	52.778	167	0,4%	-7.680	-15%
(8) Peso dos Gastos / VN = (6)/(7)	%	redução face 2015	108%	109%	109%	138%	-1 pp	-0,9%	-31 pp	-22%
Gastos com Comunicações (FSE) ^(c)	10 ³ €		134	104	161	441	30	29%	-307	-70%
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE) ^(d)	10 ³ €	= a 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	5,8	2,0	1,7	15,6	3,8	195%	-10	-63%
Ajudas de custo (Gastos com Pessoal) ^(e)	10 ³ €		4,1	1,1	0,4	2,7	3,0	286%	1	51%
Número total de RH (OS+CF+trabalhadores) ^(f)	nº		1.245	1.184	1.186	1.516	61	5,2%	-271	-18%
Número Órgãos Sociais (OS) ^(g)	nº		12	12	12	13	0	0,0%	-1	-7,7%
Número de cargos de direção (CD) ^(h)	nº		10	7	8	19	3	43%	-9	-47%
Número de Trabalhadores (sem OS e sem CD) ^(h)	nº		1.223	1.165	1.166	1.484	58	5,0%	-261	-18%
Nº Trabalhadores / Nº CD	nº		122	166	146	78	-44	-27%	44	57%
Nº de viaturas	nº	redução face ano anterior	52	52	52	70	0	0,0%	-18	-26%
Gastos com as viaturas	10³ €	= a 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	154	160	172	353	-6	-4,0%	-200	-57%

(a) Resultados antes de depreciações, gastos financiamento, impostos, provisões, reversões, imparidades, variações de justo valor, indemnizações por cessação de contrato de trabalho, componente financeira das rendas de leasing operacional, 2015 expurgado de cerca de 600 mil euros, da sentença judicial e acordo extrajudicial, relativo ao pagamento a motoristas dos tempos de deslocação entre etapas com intervalos superiores a duas horas, até 2014, 2016 expurgado de: cerca de 1,1 milhão de euros do acordo extrajudicial do reconhecimento descansos compensatórios do pessoal, de 2003 a 2011 considerando os cinco melhores anos (valor provisionado nas contas de 2015); cerca de 670 mil euros, referentes ao impacto da reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOE 16 e do valor de cerca de 10,1 milhões de euros de gastos não correntes relativo ao Memorando de Entendimento celebrado com a Câmara Municipal do Porto e a Tutela relativos aos imóveis da empresa.

(b) Volume de negócios = vendas e serviços prestados + outros rendimentos e ganhos + trabalhos para a própria empresa.

(c) Conta 6262 SNC.

(d) Conta 625 SNC.

(e) Contas 63127 e 63227 SNC.

(f) A 31 de dezembro. Inclui órgãos sociais, trabalhadores requisitados e cedidos. Não inclui licenças sem vencimento.

(g) A 31 de dezembro. A partir de 2012: 4 Conselho Administração, 3 Mesa Assembleia Geral, 4 Conselho Fiscal (inclui suplente) e 1 ROC. Em, 2010 5 Conselho Administração, 3 Mesa Assembleia Geral, 4 Conselho Fiscal (inclui suplente) e 1 ROC.

(h) A 31 de dezembro.

Constata-se que foram cumpridas as seguintes orientações:

- Redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão de contratos), que no seu conjunto reduziram 33% (-24,4 milhões de euros) face a 2010, ultrapassando o objetivo previsto de redução de 15% (-7,3 milhões de euros);
- Redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios em 0,9% (1 ponto percentual), face ao ano de 2015;
- Redução dos gastos com viaturas de apoio de 4% (-6 mil euros) face ao ano de 2015;
- O volume de negócios foi de 45,1 milhões de euros, aumentando 0,4% (167 milhares de euros) face a 2015.

Constata-se que não foram cumpridas as seguintes orientações:

- O EBITDA (de gestão) foi negativo em 2,6 milhões de euros apresentando uma melhoria face ao valor de 2015, de 32% (1,2 milhões de euros). Face ao ano de 2014, registou-se um agravamento de 274% (cerca de 4,1 milhões de euros);
- Refira-se que nos anos de 2016 e 2015 não foram atribuídas indemnizações compensatórias, que em 2014 foram de 4,7 milhões de euros;

- Os gastos com comunicações foram de 134 mil euros, registando um aumento de 29% (+ 30 mil euros) face a 2015. Este acréscimo deveu-se ao contrato celebrado com a empresa Veniam, para o fornecimento do serviço Wi-Fi a bordo dos autocarros a partir de agosto de 2016, que funcionou a título experimental aproximadamente um ano e meio, sem custos para a STCP;
- Os gastos com despesas com deslocações / alojamento foram de 5,8 mil euros em 2016. Embora apresentando um acréscimo de 3,8 mil euros face a 2015 e 4,1 mil euros face a 2014, o seu valor absoluto atinge praticamente um mínimo imprescindível, para serem efetuadas as deslocações e estadas necessárias ao funcionamento corrente da empresa, nomeadamente, deslocações para reuniões com as Tutelas ou outras instituições, ou deslocações para formação;
- Os gastos com ajudas de custo atingiram o montante de 4,1 mil euros em 2016, superior ao montante verificado em 2015, de 1,1 mil euros e em 2014, 400 euros, e referem-se às deslocações do pessoal, ao serviço da empresa;
- O número de viaturas de apoio foi de 52, mantendo-se o mesmo número de 2015, em resultado do abate de uma viatura pesada (grua de reboque) em dezembro, e do aluguer pela Metro do Porto de uma viatura ligeira, para apoio de um cargo de direção da STCP, em comissão de serviço.

Recursos Humanos (RH)

O Ofício Circular nº 5536, de 23 de dezembro de 2015, da DGTF, estabeleceu os seguintes princípios de referência para o ano de 2016, no que se refere aos Recursos Humanos:

Durante o exercício de 2016, as empresas do SPE, devem prosseguir com a racionalização dos seus quadros de pessoal adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente. O efetivo total manter-se-á limitado ao número verificado a 31 de dezembro de 2014, ou ao número que haja eventualmente sido superiormente autorizado no decurso do exercício de 2015.

Quando no decurso do exercício de 2015 haja sido superiormente autorizado um efetivo total de número superior ao verificado em 31 de dezembro de 2014, devem constar as referidas autorizações.

Apresenta-se o efetivo da STCP, sem órgão sociais, de 2014 a 2016, à data de 31 de dezembro, e as respetivas movimentações em cada ano:

31 DE DEZEMBRO	2016	2015	2014
Total efetivo (sem OS)	1.232	1.171	1.173
variação ano n - (n-1)	61	-2	

MOVIMENTOS DO EFETIVO: ENTRADAS	2016	2015
ENTRADAS	113	67
admissão	110	66
regresso de licença sem vencimento	2	0
reintegração (por decisão do tribunal)	1	1
SAÍDAS	52	69
licença sem vencimento	3	0
outros	49	69
ENTRADAS - SAÍDAS	61	-2

	2016	2015	NOTAS
ADMISSÕES	110	66	
Motoristas	108	60	Foram afetados pedidos à Tutela para todas estas situações
Guarda freios	1	5	
Quadro técnico (responsável sistema informático)	1	0	
Auxiliar	0	1	

Em janeiro de 2015, foi efetuado o pedido de autorização à Tutela, para a contratação de 1 auxiliar de manutenção afeto ao serviço de carro elétrico, autorizado através do Ofício nº 1247, datado de 23-03-2015, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

Em julho de 2015, foi efetuado o pedido de autorização à Tutela, para a contratação de 139 novos motoristas / guarda freios, afetos ao serviço público de transporte de passageiros, autorizado através do Ofício nº 3539, datado de 14-08-2015, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

Em agosto de 2016, foi efetuado o pedido de autorização à Tutela, para a contratação de 37 novos motoristas / guarda freios, afetos ao serviço público de transporte de passageiros, autorizado através do Ofício nº 1437, datado de 04-10-2016, do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

No que se refere a estas duas últimas autorizações (139 + 37 = 176), foram admitidos 174 motoristas e guarda freios, em:

- 2015: 60 novos motoristas e 5 guarda freios e,
- 2016: 108 motoristas e 1 guarda freio

Em agosto de 2016, foi efetuado o pedido de autorização à Tutela, para a contratação de um engenheiro para o Gabinete de Informática e Comunicações, autorizado através do Ofício nº 1440, datado de 04-10-2016, do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

Por via das admissões, não se registou aumento de gastos com pessoal, em 2015 e 2016, uma vez que o pessoal admitido possui um vencimento inferior ao pessoal que cessou funções, em final de carreira.

5.4.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Nos termos do artigo 86º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, a STCP, S.A., submeteu à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças (SEATF) o pedido de aplicação do regime de exceção ao Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), para o ano de 2016, pelo prazo de dois anos.

De acordo com o Despacho nº 1140/16 da SEATF, de 10 de novembro, foi autorizado o regime de exceção parcial à UTE no que respeita a operações de financiamento, por falta de enquadramento legal, a garantias bancárias, a valores imobiliários sob custódia, à compra e venda de moeda estrangeira e ainda a pedidos de numerário.

A empresa procedeu, ao longo do ano, ao fecho de contas de depósitos à ordem abertas em bancos onde estavam contratadas operações de financiamento, cujo serviço da dívida tinha terminado.

No ano, a empresa concentrou a maioria das suas disponibilidades na Conta de Depósitos à Ordem aberta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., e procedeu, de igual modo, no que diz respeito à gestão corrente de serviços bancários, utilizando os serviços disponibilizados pelo IGCP.

De referir que, no ano, a empresa não efetuou qualquer aplicação financeira, nem auferiu juros em resultado das disponibilidades financeiras existentes em Depósitos à Ordem fora do âmbito do IGCP, que se apresentam:

BANCA (VALORES EM EUROS)	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE
Novo Banco	9.202	9.030	8.858	8.685
Banco BPI	36.556	24.870	29.461	31.809
Banco Santander Totta	145.469	253.602	593.328	75.371
Banco BVA	40.079	40.079	40.079	0
Banco Bankinter	8.663	16.910	26.804	0
Banco Millenniumbcp	526.729	1.182.552	879.878	73.585
Caixa Geral de Depósitos	73.548	73.273	105.011	20.011
Montepio Geral	78.742	52.471	42.460	19.764
Agência Gestão Tesouraria Dívida Pública – IGCP	6.962.813	3.766.783	4.278.061	2.566.322
Total	7.881.801	5.419.570	6.003.941	2.795.546
Juros Auferidos	0	0	0	0

5.4.16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

No Relatório e Contas de 2014 foi apresentada uma lista completa das recomendações dirigidas à STCP, no âmbito das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas (TC), bem como as medidas tomadas para a sua implementação.

Neste relatório apresentam-se as recomendações que ainda não se encontram encerradas, que se referem à auditoria seguidamente indicada, e que foram avaliadas por aquele tribunal como acolhidas parcialmente.

Auditoria aos “Transportes Públicos urbanos da cidade do Porto”

Em 2009 o Tribunal de Contas concluiu a auditoria aos transportes públicos urbanos da cidade do Porto iniciada em 2008, cujo relatório (23/09) pode ser obtido em http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2009/2s/audit-dgpc-rel023-2009-2s.pdf.

Em 2014 o Tribunal de Contas concluiu a auditoria de seguimento às recomendações formuladas no relatório (23/09), o que resultou no relatório final (14/2014) que pode ser consultado em http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2014/2s/audit-dgpc-rel014-2014-2s.shtm.

Resumo do conteúdo das recomendações formuladas e das medidas tomadas para a sua adoção:

Recomendação 10 acolhida parcialmente: *“Que o Conselho de Administração da STCP, S.A. promova a conceção de um modelo de comunicação empresarial comum e partilhado com as restantes empresas operadoras que integram o sistema de intermodalidade da Área Metropolitana do Porto, no que respeita ao serviço intermodal por elas prestado”.*



A comunicação empresarial é partilhada entre as várias empresas que compõem o sistema intermodal andante, embora havendo temas que são específicos de cada uma das empresas.

Alguns exemplos de comunicação partilhada:

- O módulo *itinerarium.net*, que integra a oferta das redes STCP, Metro e CP;
- A aplicação MOVE-ME, desenvolvida pela empresa OPT em parceria com a STCP, Metro do Porto, CP Porto e algumas operadoras privadas da associação ANTRON, com o objetivo de melhorar a qualidade e o acesso à informação integrada sobre transportes públicos no Porto;
- A comunicação da rede de vendas, que é efetuada de forma integrada com os operadores através das campanhas desenvolvidas pelo TIP, uma vez que a rede de vendas intermodal é comum aos vários operadores;
- Os mapas de rede impressos pela STCP e/ou disponíveis nas suas paragens, incluem os serviços dos operadores Metro do Porto e CP Porto;
- A participação da STCP em campanhas integradas de oferta de transporte público, coordenadas por entidades supra operadores, como é exemplo o serviço especial de Passagem de Ano, criado, operacionalizado e promovido em colaboração estreita com outros operadores e coordenado pela autarquia do Porto;
- Os grandes eventos que se realizam nos concelhos servidos pelas redes de transporte são habitualmente articulados em termos de oferta, de rede de vendas, como de comunicação ao público, com os municípios e os vários operadores, onde se inclui a STCP, a Metro do Porto, o TIP e as instituições envolvidas. São exemplos desses eventos, a Queima das Fitas, o S. João no Porto, Serralves em Festa, Nos Primavera Sound;
- A STCP integra uma equipa de trabalho com o TIP e outros operadores para o desenvolvimento de projetos comuns, como é o caso da aplicação "Anda" para pagamento do transporte público através do telemóvel, em cujo projeto experimental participa com a Metro do Porto, CP e o operador J. Espírito Santo;
- Adicionalmente, as linhas de comunicação com o público - Linha de Atendimento ao Público Andante e a Linha Azul STCP - estão localizadas no mesmo espaço físico, por forma a garantir uma boa partilha e articulação da informação, a prestar ao cliente.

Recomendação 14 acolhida parcialmente: *"Que o Conselho de Administração da STCP, S.A. diligencie para que o número de serviços não realizados pela Empresa se reduza significativamente, aumentando, conseqüentemente, a taxa de cumprimento da regularidade prevista".*

Em julho de 2015 foi efetuado um pedido de autorização à Tutela, para contratação de 139 novos motoristas / guarda freios para afetação ao serviço público de transporte de passageiros, que obteve a respetiva autorização em agosto de 2015. Foi então dado seguimento ao processo de contratação daqueles motoristas que ficou concluído em junho de 2016.

Em agosto de 2016 foi efetuado novo pedido de autorização à Tutela para contratação de 37 novos motoristas / guarda freios, para reposição do efetivo que entretanto cessara trabalho por motivo de reforma por limite de idade ou de invalidez. Na sequência da sua autorização, obtida em outubro de 2016, iniciou-se o processo de contratação de motoristas, tendo sido admitidos 36 motoristas / guarda freios, até ao final de 2016.

Em 2016 foram também encetadas negociações sobre os Acordos Coletivos de Trabalho da empresa, promovidas pelo Conselho de Administração com as diversas organizações sindicais, que vieram a permitir que o pré-aviso de greve existente em 2016 fosse retirado a partir de agosto.

A conjugação de todas estas medidas levou ao aumento da taxa de cumprimento das viagens planeadas e a uma maior fiabilidade do serviço, o que se repercutiu na evolução positiva da procura.

Recomendação 17 acolhida parcialmente: *“Que o Conselho de Administração da STCP, S.A. pondere sobre a possibilidade de desenvolver o SAEIP – Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros, no sentido de contribuir para disponibilizar mais e melhor informação aos passageiros”.*

Atualmente estão instalados e em funcionamento 55 Painéis de Informação ao Público (PIPs) junto de paragens relevantes da STCP, que fornecem informação em tempo real. Até ao final do primeiro semestre de 2017 está previsto ficarem operacionais mais 7 PIPs.

A migração do sistema de comunicações da STCP, baseada numa rede TETRA, para uma rede baseada em GSM/GPRS tornou necessário que fossem efetuadas alterações de *hardware* nos PIPs de modo a que os mesmos mantivessem as suas funcionalidades. Adicionalmente ocorreram alterações legislativas relacionadas com a segurança de equipamentos na via pública, que tornaram necessário proceder à intervenção tecnológica e estrutural em todos os PIPs, o que implicou a sua inatividade durante um largo período de tempo.

Para além dos PIPs a STCP tem também implementadas outras soluções que contribuem para disponibilizar mais e melhor informação aos passageiros, que têm por base de informação o Sistema de Apoio à Exploração – SAE, nomeadamente:

- 7 Ecrãs *Gobus*, alimentados por um *webservice* que permite apresentar as previsões de chegadas dos autocarros para conjuntos de paragens, definidos pela proximidade a estações de metro;
- Sistema de informação designado *Infoboard*, que mostra em ecrãs de grandes dimensões e num formato gráfico, as chegadas dos vários operadores, em tempo real. A STCP tem dois instalados, um no Hospital de São João e o outro na área de Chegadas do Aeroporto do Porto;
- Serviço SMSBUS, serviço de mensagens escritas por telemóvel, através do qual o cliente obtém, em segundos, a hora a que o próximo autocarro chegará à paragem;
- Projeto MOVE-ME, desenvolvido no projeto CIVITAS, que consulta o SAEI para fornecer os horários das “Próximas partidas” e planear percursos intermodais com os horários em tempo real da STCP. Disponível em 2 plataformas, no site *move-me.mobi* e na app *Move-me*, disponível para *Android* e *Iphone*. Está para breve o lançamento para *Windows Phone*;
- O site STCP tem também implementado um *webservice* de consulta de “Próximas passagens” em tempo real no computador, através do *widget* SMSBUS (aplicação para *desktop*) gratuita;
- A STCP tem colaborado com a Câmara Municipal do Porto, no sentido de vir a disponibilizar as previsões de chegada dos autocarros, em equipamentos do mobiliário urbano;
- Está previsto para breve a consulta da rede de transportes da STCP sobre o *Google maps*, tendo por base a informação que é extraída do SAEI relativa a percursos e paragens.

A STCP está a elaborar um Caderno de Encargos com vista a um futuro concurso para a implementação de um novo Sistema de Apoio à Exploração e Informação que permita uma maior flexibilidade e articulação entre a operação e a informação ao público, nomeadamente, a informação em tempo real.

5.4.17. Divulgação de informação

A STCP deu cumprimento à divulgação da informação, conforme previsto no artigo 53º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro:

INFORMAÇÃO DIVULGADA A 31 DEZEMBRO 2016 SÍTIO DO SEE PORTAL DA DGTf	DIVULGAÇÃO		
	S/N/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	COMENTÁRIOS
Estatutos	S	02/fev/17	
Caraterização da Empresa	N	30/jul/15	
Função de tutela e acionista	S	12/jan/16	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S	07/set/16	
Estatuto remuneratório fixado	S	07/set/16	
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S	07/set/16	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros dos órgãos sociais	S	07/set/16	
Esforço financeiro público	S	13/abr/16	
Ficha síntese	S	28/jun/16	
Informação financeira histórica e atual	S	09/jun/16	
Princípios de bom governo			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	09/jun/16	
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	09/jun/16	
Outras transações	S	09/jun/16	
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S	09/jun/16	
Social	S	09/jun/16	
Ambiental	S	09/jun/16	
Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo	S	09/jun/16	
Código de ética	S	09/jun/16	

5.4.18. Quadro resumo do cumprimento das obrigações legais

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS - 2016

Objetivos de Gestão

Gestão do Risco Financeiro

Limites de Crescimento do Endividamento

Evolução do PMP a fornecedores

Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

Recomendações do acionista na aprovação de contas

"(...) Prosseguir a redução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (...)"

"(...) apresentado relatório sobre as remunerações pagas aos trabalhadores mulheres e homens (...)"

"(...) apresentado o relatório sobre a prevenção da corrupção (...)"

"(...) gastos com comunicações e ajudas de custo (...) ao nível dos gastos verificados (...) 2014 (...)"

Remunerações:

Não atribuição de prémios de gestão

CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016

Fiscalização (CF/ROC) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016

Auditor Externo- reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016

Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016

Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art. 38º da Lei 83-B/2014, prorrogada para 2016 pelo nº 1 do artigo 18º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março

EGP - artigo 32º e 33º

Não utilização de cartões de crédito

Não reembolso de despesas de representação pessoal

Valor máximo das despesas associadas a comunicações

Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço

Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artigo 16 do RJSPE e artigo 11º do EGP

Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014

Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens

Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção

Contratação Pública

Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa

Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas

Contratos submetidos a visto prévio do TC

Auditorias do Tribunal de Contas

Parque Automóvel

Nº de viaturas

Gastos com Viaturas

Gastos Operacionais das Empresas Públicas

Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)

Disponibilidades centralizadas no IGCP

Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial

Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado

CUMPRIMENTO S/N/N.A.	QUANTIFICAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO/REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
N		Ponto 5.4.1.
S	Taxa média de financiamento de 1,69%	Ponto 5.4.2.
S	Varição de endividamento ajustado de +0,58%	Ponto 5.4.3.
S	-14 dias	Ponto 5.4.4.1.
S	219 mil euros	Ponto 5.4.4.2.
S	-14 dias	Ponto 5.4.5.
S		Ponto 5.4.4.1.
S		Ponto 5.4.9.
S		Ponto 5.4.10.
S		Ponto 5.4.14.
S		Ponto 5.4.6.
S	7.849 euros	Ponto 5.2.
S	2.942 euros	Ponto 5.4.6.
N.A.		Ponto 5.4.6.
S	123.074 euros	Ponto 5.4.6.
S		Ponto 5.4.6.
		Embora a STCP tenha suspenso a aplicação do sistema de evolução profissional publicado em BTE, bem como a aplicação da progressão de diuturnidades, desde 1 de janeiro de 2011, por efeito da aplicação das Leis do O.E. não é possível quantificar essa redução remuneratória dada a complexidade da sua valorização.
S		Ponto 5.4.7.
S		Ponto 5.4.6.
S		Ponto 5.4.8.
S	http://www.stcp.pt/pt/institucional/governo-societario/plano-de-igualdade/	Ponto 5.4.9.
S		Ponto 5.4.10.
S		Ponto 5.4.11.
S		Ponto 5.4.11.
S	um contrato no valor de 1,7 milhões de euros	Ponto 5.4.11.
S	explicitadas no ponto referido	Ponto 5.4.16.
S	0	Ponto 5.4.13.
S	-6.421 euros	Ponto 5.4.13.
S		Ponto 5.4.14.
S	92% disponibilidades	Ponto 5.4.15.
S	229.224 euros	Ponto 5.4.15.
S	0 euros	Ponto 5.4.15.

5.5. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSAÇÕES

5.5.1. Transações relevantes com entidades relacionadas

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS A ENTIDADES RELACIONADAS		
ENTIDADE	DESCRIÇÃO	MONTANTE ⁽¹⁾
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		
	Comissão de venda do tarifário monomodal e intermodal	989.126
	Fee de validação do tarifário monomodal	58.779
	Fornecimento de cartões Andante Gold	13.212
	Contrato de fornecimento de assinaturas anuais a trabalhadores e familiares da STCP	28.882
Metro do Porto, S.A.		
	Contrato de prestação de serviços jurídicos	65.010
	Protocolo Interface Casa Musica - Ocupação lugares estacionamento	21.684
OPT-Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.		
	Manutenção de softwares	93.456
VENDA DE BENS E SERVIÇOS A ENTIDADES RELACIONADAS		
ENTIDADE	DESCRIÇÃO	MONTANTE ⁽¹⁾
Metro do Porto, S.A.		
	Arrendamento e cedência de espaços e serviços conexos	230.041
	Aluguer de viaturas ligeiras	6.642
TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE		
	Receita do tarifário monomodal STCP	3.472.607
	Receita do tarifário intermodal	28.814.013
	Arrendamento e cedência de espaços e serviços conexos	171.773
	Prestação de serviços de conferência da receita intermodal	39.969
	Serviços Administrativos e Serviços de Administração de Sistemas e HELPDESK	89.758

⁽¹⁾ valores em euros e com IVA incluído

5.5.2. Universo de transações fora das condições de mercado

Não ocorreram situações neste âmbito.

5.5.3. Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

Nome	Localidade	Morada	Montante ⁽¹⁾
GOLD ENERGY - COMERCIALIZADORA DE ENERGIA, S.A.	VILA REAL	RUA 31 DE AGOSTO, Nº 12	1.737.994
DOUROGÁS NATURAL- MEDIAÇÃO E EXPLORAÇÃO SISTEMAS GÁS, SA	ARCOS VALDEVEZ	EDIFÍCIO SÁ TAQUEIRO, Nº 57, E.N. 101	2.018.347
MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA	ALVERCA DO RIBATEJO	QUINTA DAS COTOVIAS	2.857.618
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, SA	LISBOA	RUA TOMÁS DA FONSECA, TORRE C	4.247.546
BANCO BPI, S.A.	PORTO	RUA TENENTE VALADIM, 284	2.070.663
VADECA - FACILITY SERVICES, SA	MATOSINHOS	RUA DE ALMEIRIGA, Nº 360	996.381
TIP-TRANSPORTES INTERMODAIS PORTO, ACE	PORTO	AVº FERNÃO DE MAGALHÃES 1862-9º	1.048.445
TOTAL			14.976.994
5% FSE 2016 = 17.279.922,21 * 5%			863.996

⁽¹⁾ Valores em euros e com IVA incluído relativos à faturação do ano destes fornecedores para FSE.



5.6. GESTÃO DE RISCOS E SISTEMAS DE CONTROLO

Gestão de riscos

A STCP não possui um sistema global de gestão de riscos. Encontra-se em elaboração a nível interno, um diagnóstico com identificação dos vários tipos de risco a que a empresa está sujeita, com vista à elaboração de um Plano Global de Riscos da STCP.

Atualmente os riscos operacionais são geridos de uma forma transversal e disseminada, consoante a tipologia do risco.

A política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, define e prevê planos específicos de prevenção de riscos, estando igualmente contratadas apólices de seguros, para cobertura de vários riscos operacionais. Cabe a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

A Autoridade de Segurança de Exploração da STCP, para além das suas responsabilidades emanadas legalmente, coordena a gestão global de riscos de segurança operacionais.

Os principais riscos estratégicos identificados são os seguintes:

- Aumento do regime concorrencial nas linhas de transporte público de passageiros;
- Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público pela STCP, na cidade do Porto;
- Permanência do desequilíbrio económico-financeiro da empresa.

A gestão de riscos tem como principal objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

Sistemas de controlo

Desde 2008 que a empresa possui a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, com validade até dezembro de 2017.

Está definido e amplamente divulgado o seu Manual de Processos, Procedimentos e Procedimentos Internos, revisto sempre que se considera necessário.

A empresa está dotada de um sistema de controlo interno que entende adequado à sua dimensão e complexidade: anualmente são fixados objetivos globais que são mensalmente avaliados em sede de informação de gestão mensal, objeto de reflexão pelo Conselho de Administração. Periodicamente são elaborados relatórios de controlo de execução orçamental.

As funções de fiscalização, que estão segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da empresa e emite os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores.

A função administração é supervisionada pelas Tutelas, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração.

O controlo financeiro da empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças (IGF), nos termos da lei.

5.7. CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

A STCP dispõe, desde o final de 2008, de um código de ética e de conduta próprio, que se encontra amplamente divulgado no *site* da empresa para consulta generalizada e na *intranet* para consulta dos trabalhadores.

O código de ética e de conduta é o instrumento no qual se inscrevem os valores que pautam a atuação da STCP na execução do serviço público, bem como os princípios éticos e as normas de conduta a que a empresa globalmente e os seus colaboradores, em concreto, se encontram sujeitos e assumem como intrinsecamente seus.



R

The background is a blue-tinted photograph of a tram on a street. The tram is white with dark accents and has the word 'COMPANHIA' visible on its side. Overlaid on the image is a large, semi-transparent orange circle. Inside this circle, the text 'PERSPETIVAS PARA 2017' is written in white, uppercase letters.

PERSPETIVAS
PARA 2017

Com a reabilitação da capacidade operacional da empresa em 2016, devido à admissão de novos motoristas, a STCP situa-se em 2017 em boas condições para reconquistar a confiança dos seus clientes e voltar a dar garantias de qualidade no serviço às populações.



PERSPETIVAS PARA 2017

A publicação do Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro, determinou a descentralização parcial e temporária de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto (AMP), relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP e a descentralização parcial e temporária da gestão operacional da empresa.

Foram então desenvolvidos esforços para que o Estado procedesse à descentralização das suas competências de autoridade de transporte, em benefício dos seis municípios da AMP servidos pela rede de transportes da STCP, mantendo-se, no entanto, como acionista da empresa, e passando a gestão para as autarquias.

Já em 2017, a 2 de janeiro, foram assinados quatro contratos que formalizam a delegação de competências do Estado na AMP para gerir a STCP, e especificam a noção de serviço público e as regras da futura gestão, que se enumeram:

- Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto;
- Contrato Interadministrativo de Constituição de "Unidade Técnica de Serviço" e de Delegação de Competências, celebrado entre a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, para a exploração do serviço público de transporte de passageiros pela STCP, S.A.;
- Contrato de Gestão Operacional celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto;
- Segundo Aditamento ao Contrato de Serviço Público celebrado entre o Estado Português e a Área Metropolitana do Porto.

É aguardado o visto prévio necessário do Tribunal de Contas aos contratos interadministrativos, que cada um dos municípios já aprovou e fez seguir para aquele órgão, para a entrada em vigor da gestão da empresa pelas câmaras, que se prevê venha a ocorrer em 2017.

Estando para breve o lançamento do concurso público internacional para a aquisição de 188 novas viaturas, 15 autocarros movidos a energia elétrica e 173 autocarros movidos a gás natural, a fornecer entre 2018 e 2020, fica assim assegurada a prossecução da política de renovação da frota e, por esta via, de reforço da qualidade do serviço prestado.

Com a reabilitação da capacidade operacional da empresa em 2016, devido à admissão de novos motoristas, a STCP situa-se em 2017 em boas condições para reconquistar a confiança dos seus clientes e voltar a dar garantias de qualidade no serviço às populações.





PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS



18

CARMO

205

EXCEPTO
ELÉCTRICOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor negativo de 26.787.587,66 euros, seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 20 de abril de 2017

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(Jorge Moreno Delgado)

Vogais executivos:

(Tiago Filipe da Costa Braga)

(Pedro José Ferreira Morais)

Vogal não executivo:

(Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto)





ANEXO
AO RELATÓRIO
DE GESTÃO



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Acionistas em 31 de dezembro de 2016

Relação a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

ACIONISTA	NÚMERO DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL
Estado Português	28.657.898	100%

Não obstante a última Deliberação Social Unânime por Escrito do acionista Estado referente ao aumento de capital ser de 22 de dezembro de 2016, o registo do aumento de capital junto da Conservatória do Registo Comercial foi efetuado em 1 de fevereiro de 2017.

Porto, 20 de abril de 2017

O Conselho de Administração

Presidente não executivo:

(Jorge Moreno Delgado)

Vogais executivos:

(Tiago Filipe da Costa Braga)

(Pedro José Ferreira Morais)

Vogal não executivo:

(Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto)





CONTAS
DO EXERCÍCIO
E ANEXOS



CONTAS DO EXERCÍCIO 2016

Balanço de 31 de dezembro de 2016 e 2015

(montantes expressos em euros)

ATIVO	NOTAS	31-DEZEMBRO-2016	31-DEZEMBRO-2015
Ativo não corrente		72.554.112,35	73.151.178,37
Ativos fixos tangíveis	9	59.768.168,93	55.824.996,03
Propriedades de investimento	13	12.420.926,00	16.633.826,00
Ativos intangíveis	8	181.704,52	480.562,34
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	15	103.539,24	138.577,20
Outros investimentos financeiros	29.1.2.1	79.773,66	73.216,80
Ativo corrente		11.895.962,76	19.078.442,16
Inventários	20	480.189,10	347.751,29
Clientes	29.2.3	2.846.672,18	2.681.036,08
Estado e outros entes públicos	32.2	1.212.495,33	1.440.418,07
Outros créditos a receber	32.4	3.853.007,44	3.316.636,11
Diferimentos	32.5	618.586,01	163.121,78
Caixa e depósitos bancários	5	2.885.012,70	11.129.478,83
Total do ativo		84.450.075,11	92.229.620,53

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31-DEZEMBRO-2016	31-DEZEMBRO-2015
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	29.4.1	143.289.490,00	85.505.125,00
Reservas legais	29.4.2	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	29.4.2	25.727,80	25.727,80
Resultados transitados		-627.535.189,08	-596.860.056,56
Excedentes de revalorização	29.4.3	43.551.099,80	38.052.012,98
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	29.4.4	3.807.998,75	3.097.630,69
Resultado líquido do período		-26.787.587,66	-31.617.189,85
Total do capital próprio		-463.573.552,97	-501.721.842,52
PASSIVO			
Passivo não corrente		441.692.177,16	507.909.552,58
Provisões	23	12.803.605,78	22.096.718,17
Financiamentos obtidos	29.1.1	315.820.201,47	369.939.327,13
Responsabilidades por benefícios pós-reforma	30.1	565.736,00	634.552,00
Outros passivos financeiros	29.1.3	112.502.633,91	115.238.955,28
Passivo corrente		106.331.450,92	86.041.910,47
Fornecedores	32.1	2.417.412,53	2.308.575,67
Estado e outros entes públicos	32.2	1.010.210,17	964.276,54
Financiamentos obtidos	29.1.1	54.504.490,20	55.648.771,31
Outras dívidas a pagar	32.3	15.774.541,88	6.217.097,72
Diferimentos	32.5	1.966.403,97	2.204.694,97
Outros passivos financeiros	29.1.3	30.658.392,17	18.698.494,26
Total do passivo		548.023.628,08	593.951.463,05
Total do capital próprio e do passivo		84.450.075,11	92.229.620,53

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
Presidente não executivo
Vogais executivos
Vogal não executivo

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	22	42.797.253,96	42.374.606,42
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15	-35.037,96	7.485,20
Trabalhos para a própria entidade	8,9	12.497,62	51.932,40
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	-1.254.918,88	-859.380,35
Fornecimentos e serviços externos	32,6	-17.279.922,21	-19.269.787,72
Gastos com o pessoal	30,2	-30.296.061,85	-29.713.495,44
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	20	40.047,29	204.985,63
Imparidade de dívidas a receber (Perdas / reversões)	29,2,3	361,86	892.425,48
Provisões (Aumentos / reduções)	23	9.293.112,39	-11.673.687,71
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	29,1,2,1	-2.150,49	-80,00
Aumentos/ reduções de justo valor	13	-1.191.385,16	-88.639,91
Outros rendimentos	32,8	2.288.859,86	2.504.720,31
Outros gastos	32,7	-10.751.268,69	-1.115.113,25
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-6.378.612,26	-16.684.028,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9	-4.314.709,39	-4.204.449,66
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	14	-1.632.090,47	-251.850,82
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		-12.325.412,12	-21.140.329,42
Juros e rendimentos similares obtidos	12	2.745.615,26	4.296.224,48
Juros e gastos similares suportados	12	-17.194.169,17	-14.761.383,08
Resultados antes de impostos		-26.773.966,03	-31.605.488,02
Imposto sobre o rendimento do período	27	-13.621,63	-11.701,83
Resultado líquido do período		-26.787.587,66	-31.617.189,85

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
 Presidente não executivo
 Vogais executivos
 Vogal não executivo

Demonstração dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	42.797.253,96	42.374.606,42
Custo das vendas e dos serviços prestados	-46.281.614,44	-45.949.227,36
Resultado bruto	-3.484.360,48	-3.574.620,94
Outros rendimentos	13.300.179,51	4.735.956,07
Gastos de distribuição	-1.513.438,22	-1.625.180,82
Gastos administrativos	-4.913.138,81	-5.883.269,67
Outros gastos	-15.714.654,12	-14.793.214,06
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)	-12.325.412,12	-21.140.329,42
Gastos de financiamento (líquidos)	-14.448.553,91	-10.465.158,60
Resultados antes de impostos	-26.773.966,03	-31.605.488,02
Imposto sobre o rendimento do período	-13.621,63	-11.701,83
Resultado líquido do período	-26.787.587,66	-31.617.189,85

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
 Presidente não executivo
 Vogais executivos
 Vogal não executivo

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015	1	79.649.000,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		
Realização de excedentes de revalorização	29.4	
Excedentes de revalorização	29.4	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		
	2	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		
Realizações de capital		5.856.125,00
	5	5.856.125,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015	6=1+2+3+5	85.505.125,00

Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2016	6	85.505.125,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	29.4	
Excedentes de revalorização	29.4	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		
	7	
	8	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		
Realizações de capital		57.784.365,00
	10	57.784.365,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2016	6+7+8+10	143.289.490,00

(montantes expressos em euros)

RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
74.907,42	25.727,80	-542.672.309,53	38.701.163,50	1.348.872,90	-54.846.993,72	-477.719.631,63
		661.775,29	-661.775,29			0,00
			12.624,77			12.624,77
		-54.849.522,32		1.748.757,79	54.846.993,72	1.746.229,19
		-54.187.747,03	-649.150,52	1.748.757,79	54.846.993,72	1.758.853,96
					-31.617.189,85	-31.617.189,85
					23.229.803,87	-29.858.335,89
						5.856.125,00
						5.856.125,00
74.907,42	25.727,80	-596.860.056,56	38.052.012,98	3.097.630,69	-31.617.189,85	-501.721.842,52

(montantes expressos em euros)

RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
74.907,42	25.727,80	-596.860.056,56	38.052.012,98	3.097.630,69	-31.617.189,85	-501.721.842,52
		1.238.451,47	-1.238.451,47			
			6.737.538,29			6.737.538,29
		-31.913.583,99		710.368,06	31.617.189,85	413.973,92
		-30.675.132,52	5.499.086,82	710.368,06	31.617.189,85	7.151.512,21
					-26.787.587,66	-26.787.587,66
					4.829.602,19	-19.636.075,45
						57.784.365,00
						57.784.365,00
74.907,42	25.727,80	-627.535.189,08	43.551.099,80	3.807.998,75	-26.787.587,66	-463.573.552,97

Demonstração dos fluxos de caixa

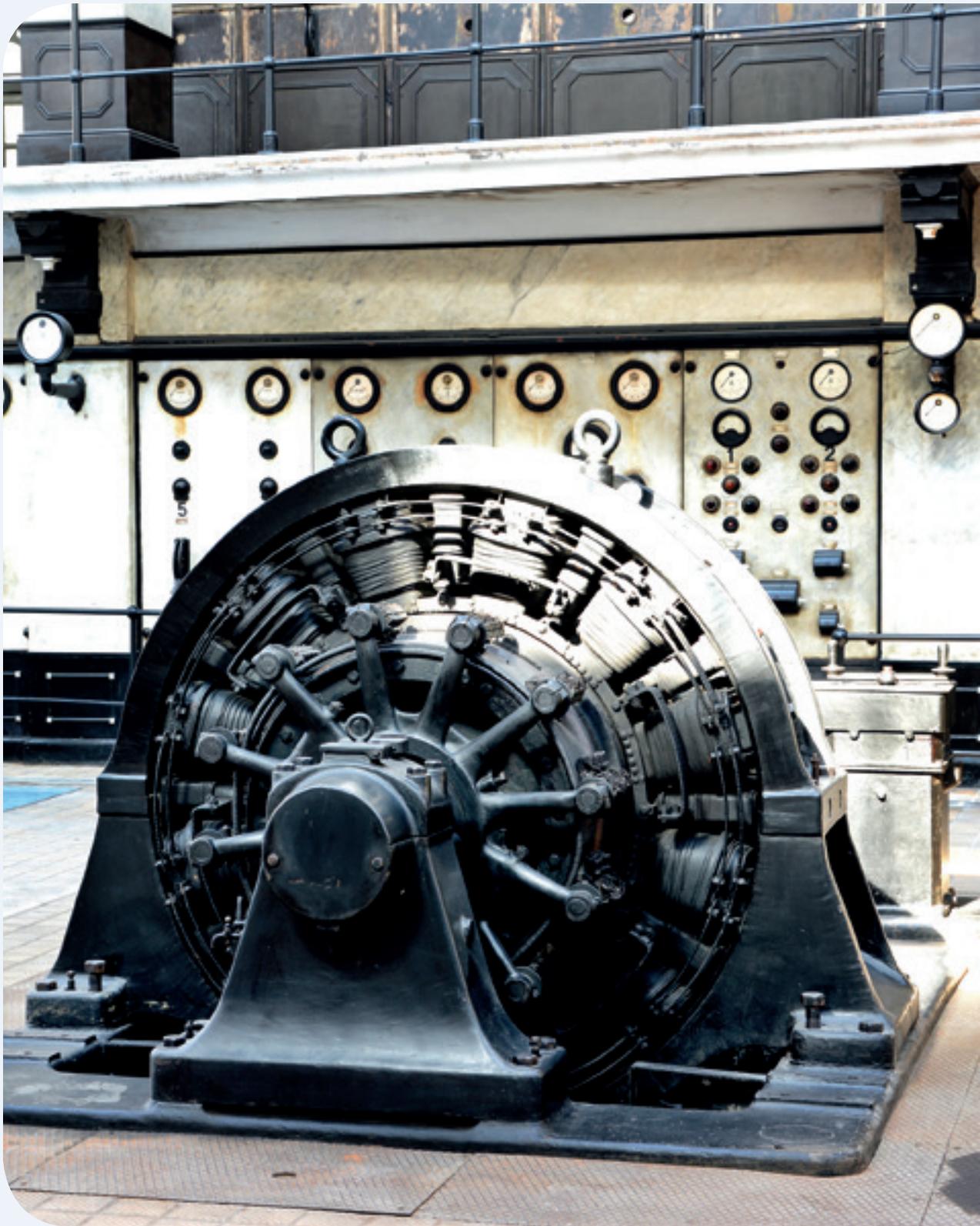
Período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(montantes expressos em euros)

	NOTAS	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		44.487.134,58	45.955.402,40
Pagamentos a fornecedores		-21.418.680,35	-26.323.776,86
Pagamentos ao pessoal		-24.359.818,03	-23.746.294,16
Caixa gerada pelas operações		-1.291.363,80	-4.114.668,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		261.167,57	31.854,77
Outros recebimentos/pagamentos		-5.236.355,19	-3.101.700,26
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-6.266.551,42	-7.184.514,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-556.325,39	-1.292.339,92
Ativos intangíveis		-15.628,68	-46.045,05
Investimento financeiros		-8.043,39	-413,79
Outros ativos		-199.769,64	-157.654,34
		-779.767,10	-1.496.453,10
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		384,13	297.192,03
Outros ativos		705.000,00	0,00
Subsídios ao investimento		1.044.509,94	1.976.717,39
Juros e rendimentos similares		319.931,90	310.423,63
		2.069.825,97	2.584.333,05
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1.290.058,87	1.087.879,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		56.156,58	12.123.257,26
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		57.784.365,00	5.856.125,00
		57.840.521,58	17.979.382,26
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-50.263.947,97	-257,91
Juros e gastos similares		-7.993.410,83	-3.325.464,70
Outras operações de financiamento		-2.851.136,36	-5.351.813,20
		-61.108.495,16	-8.677.535,81
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-3.267.973,58	9.301.846,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-8.244.466,13	3.205.212,29
Caixa e seus equivalentes no início do período		11.129.478,83	7.924.266,54
Caixa e seus equivalentes no final do período	5	2.885.012,70	11.129.478,83

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
 Presidente não executivo
 Vogais executivos
 Vogal não executivo



NOTAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período findo em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., pelo decreto-lei n.º 202/94 de 23 de julho, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

Em outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei n.º 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo Estado, de natureza administrativa ou empresarial, independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito setorial de aplicação do setor público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizadas neste diploma.

Durante o exercício de 2016, a empresa continuou a cumprir as orientações preconizadas nas leis n.º 75/2014, e 82-B/2014 e n.º 7-A/2016, de 30 de março, designadamente quanto à redução remuneratória dos trabalhadores e à contenção da despesa e do investimento, com as alterações introduzidas pela lei n.º 159-A/2015 de 30 de dezembro, de eliminação progressiva durante o ano de 2016 da redução remuneratória prevista na lei n.º 75/2014.

Pelo despacho n.º 875/15-SET, de 5 de junho, e 1681/15-SET, foi atribuída à STCP a autorização para a exceção ao cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, no que respeita a garantias bancárias e operações de financiamento, atenta a relevância da banca comercial na sua atividade. No início do 2º semestre de 2016, foi iniciado o processo anual de revalidação da autorização para aplicação do regime de exceção parcial ao princípio da unidade de tesouraria, tendo sido concedida pelo despacho n.º 1140/16 de 9 de novembro de 2016.

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a exploração do serviço público de transporte de passageiros por autocarro no território de seis municípios associados da AMP. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado um aditamento ao referido contrato.

Em abril de 2016, o Conselho de Administração decidiu anular o ato de adjudicação do procedimento relativo ao Contrato de Subconcessão da Exploração do Sistema de Transportes da STCP, S.A., e em decorrência desta decisão, anular o respetivo Contrato de Subconcessão da Exploração do Sistema de Transportes da STCP, S.A..

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP,SA, entre o Estado Português, a STCP, SA, a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando prevê que

o Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Em 29 de novembro de 2016, entrou em vigor o decreto-Lei n.º 82/2016, que determina a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Em 2014 foi realizada a auditoria de renovação das certificações em Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, na sequência da qual foi confirmada a certificação nos três referenciais por mais três anos. Em 2016, foi feita a segunda auditoria de acompanhamento do 3º triénio das certificações obtidas.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016 e estão apresentadas em euros. As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 4.8..

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Normativo contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

2.2. Derrogações ao referencial contabilístico adotado

Não aplicável.

2.3. Conteúdos das contas não comparáveis

Não aplicável.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF: DIVULGAÇÕES TRANSITÓRIAS

Não aplicável.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas nas demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da STCP, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

4.2. Investimentos financeiros

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Anualmente, é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontre registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.3. Concentração de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e
- Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Quando aplicáveis, o custo da concentração ou da aquisição inclui o efeito de pagamentos contingentes acordados no âmbito da transação. As alterações subsequentes em tais pagamentos são registadas por contrapartida do correspondente *goodwill*.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

4.4. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

4.5. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de *royalties* é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa receber o correspondente montante.

4.6. Contratos de construção

Não aplicável.

4.7. Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,
- Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.8. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) são praticamente inexistentes e imateriais.

4.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.10. Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

A STCP está submetida a um regime de preços administrativos, o que implica a atribuição pelo Governo de indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, para financiar parcialmente as suas operações no cumprimento das suas obrigações de serviço público. A STCP segue o critério de registar como subsídios à exploração as indemnizações compensatórias no exercício em que as mesmas são atribuídas.

4.11. Benefícios pós-reforma

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida é determinado anualmente, à data de 31 de dezembro, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas pelo BPI PENSÕES.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

4.12. Pagamentos com base em ações

Não aplicável.

4.13. Imposto sobre rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. No entanto, dado que a empresa não tem previsibilidade de lucros futuros não prevê a recuperação dos prejuízos acumulados até à data. Desta forma, não procede ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

4.14. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subseqüentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes, à data de 31 de dezembro de 2016 (a avaliação anterior reportava-se a 31 de dezembro de 2015) e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

RUBRICAS DO ATIVO FIXO TANGÍVEL	(anos de vida útil)				
	ATÉ 1988	1989 E 1990	1991 A 2001	2002 A 2011	2012 A 2016
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	5 a 50	5 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	3 a 30
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 12
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 16
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subseqüentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

4.15. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subsequentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de Ganhos/perdas por aumentos/reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

4.16. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas com *software*, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de um ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e trespasses comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual ou sempre que haja uma indicação de que possa estar em imparidade.

4.17. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo *goodwill*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre o justo valor deduzido de custos para vender, e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuirão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

4.18. Inventários

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

4.19. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.20. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros:

- Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.
- Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.
- As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.
- Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade em instrumentos de capital próprio.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

- A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.
- A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos:

- Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.
- A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.
- No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

4.21. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A STCP utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa dizem respeito a *swap* de taxa de juro para cobertura do risco de variação de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são substancialmente idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. No entanto, não se encontram cumpridos os requisitos necessários para a qualificação da contabilização de cobertura.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica Outros instrumentos financeiros – Derivados.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica Outras reservas. Tais ganhos ou perdas registados em Outras reservas são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em Outras reservas apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em Outras reservas é de imediato reclassificado para resultados.

4.22. Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

4.23. Agricultura

Não aplicável.

4.24. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber;
- Provisões;
- Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões;
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis.

4.25. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Numerário	89.466,67	62.724,25
Depósitos bancários	2.795.546,03	11.066.754,58
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	2.885.012,70	11.129.478,83
Descobertos bancários		
Caixa e equivalentes na Demonstração de Fluxos de Caixa	2.885.012,70	11.129.478,83

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2016 e 2015 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou correção de erros materiais de períodos anteriores, com exceção da aplicação da nova redação da NCRF 28, Benefícios de empregados, o que implicou que a remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos passasse a ser reconhecida diretamente nos capitais próprios, em resultados transitados, e não em resultados do exercício.

O impacto desta alteração não é materialmente relevante dado que a reexpressão das demonstrações financeiras, para o exercício de 2015, apenas implicariam a reclassificação do montante de 168.200 euros da rubrica de Gastos com o pessoal para a rubrica de Resultados transitados. Os valores da nota 30.1, para o exercício de 2015, encontram-se reexpressos para permitir a comparabilidade entre exercícios.

7. PARTES RELACIONADAS

Participações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

DESIGNAÇÃO SOCIAL	SEDE	% PART.	ATIVIDADE
SUBSIDIÁRIAS			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal Lda.	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros.
ASSOCIADAS			
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,3%	Gestão de bilhética de transportes.
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.
OUTRAS PARTICIPADAS			
Metro do Porto, S.A.	Porto	16,6%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa, nos exercícios findos em 2016 e 2015, encontram-se descritos no ponto 4.5.6. deste relatório e contas.

No decurso dos exercícios findos em 2016 e 2015, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES	2016			
	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Serviços obtidos		902.372,68	146.823,29	1.049.195,97
Serviços prestados		30.735.429,68	210.028,67	30.945.458,35

DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES	2015			
	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Serviços obtidos		990.334,43	132.543,39	1.122.877,82
Serviços prestados		32.733.635,79	233.153,16	32.966.788,95

Saldos com partes relacionadas em 2016 e 2015:

SALDOS	2016				
	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	PESSOAS CHAVE DA GESTÃO	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Contas a receber correntes		2.912.406,47		24.669,19	2.937.075,66
Contas a pagar correntes		385.774,21		57.136,22	442.910,43

SALDOS	2015				
	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	PESSOAS CHAVE DA GESTÃO	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Contas a receber correntes		2.906.799,47		174.065,03	3.080.864,50
Contas a pagar correntes		542.700,81		30.656,58	573.357,39

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Valor líquido a 01.01.2016		166.105,83	943,36	313.513,15		480.562,34
ATIVO BRUTO						
Saldo a 01.01.2016	88.749,10	5.235.514,70	98.439,49	1.106.517,00		6.529.220,29
Movimentos de 2016						
Adições		2.245,25			5.245,69	7.490,94
Saldo a 31.12.2016	88.749,10	5.237.759,95	98.439,49	1.106.517,00	5.245,69	6.536.711,23
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Saldo a 01.01.2016	-88.749,10	-5.069.408,87	-97.496,13	-793.003,85		-6.048.657,95
Movimentos de 2016						
Gastos de amortização		-84.767,90	-277,46	-221.303,40		-306.348,76
Saldo a 31.12.2016	-88.749,10	-5.154.176,77	-97.773,59	-1.014.307,25		-6.355.006,71
Valor líquido a 31.12.2016		83.583,18	665,90	92.209,75	5.245,69	181.704,52

ATIVOS INTANGÍVEIS	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Valor líquido a 01.01.2015		228.347,06	1.220,90	534.816,55		764.384,51
ATIVO BRUTO						
Saldo a 01.01.2015	88.749,10	5.203.418,50	98.439,49	1.106.517,00		6.497.124,09
Movimentos de 2015						
Adições		32.096,20				32.096,20
Saldo a 31.12.2015	88.749,10	5.235.514,70	98.439,49	1.106.517,00		6.529.220,29
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS						
Saldo a 01.01.2015	-88.749,10	-4.975.071,44	-97.218,59	-571.700,45		-5.732.739,58
Movimentos de 2015						
Gastos de amortização		-94.337,43	-277,54	-221.303,40		-315.918,37
Saldo a 31.12.2015	-88.749,10	-5.069.408,87	-97.496,13	-793.003,85		-6.048.657,95
Valor líquido a 31.12.2015		166.105,83	943,36	313.513,15		480.562,34

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida. As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

RUBRICAS DO ATIVO FIXO INTANGÍVEL	ANOS DE VIDA ÚTIL
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 8
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

No exercício de 2016, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis em curso foram os seguintes:

	SALDO 01.01.2016	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2016
Programas de computador		5.245,69			5.245,69

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO
Valor líquido a 01.01.2016	19.756.321,00	15.597.171,82	18.614.378,41
ATIVO BRUTO			
Saldo a 01.01.2016	19.993.907,78	34.642.341,83	69.152.545,15
Movimentos de 2016			
Revalorizações	13.316.600,00	-6.975.696,90	
Adições		30.536,79	115.532,27
Abates/vendas		-507,42	-17.619,68
Regular. e transferências		3.845,84	232.129,52
Saldo a 31.12.2016	33.310.507,78	27.700.520,14	69.482.587,26
DEPRECIÇÕES ACUMULADAS			
Saldo a 01.01.2016		-18.820.663,33	-50.538.166,74
Movimentos de 2016			
Gastos de depreciação e amortização		-1.353.229,52	-2.536.448,41
Revalorizações		2.873.350,03	
Abates/vendas		507,42	17.619,68
Regular. e transferências			
Saldo a 31.12.2016		-17.300.035,40	-53.083.995,47
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS			
Saldo a 01.01.2016	-237.586,78	-224.506,68	
Transferências			
Perdas por imparidade	-298.593,00	-1.467.301,83	
Reversões		133.804,36	
Saldo a 31.12.2016	-536.179,78	-1.558.004,15	
Valor líquido a 31.12.2016	32.774.328,00	8.842.480,59	16.398.591,79

A coluna das adições inclui 12.497,62 euros de trabalhos para a própria entidade, sendo 510,27 euros de edifícios e outras construções e 11.987,35 euros de ativos em curso.

EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTO POR CONTA DE ATIVOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
15.520,81	321.205,93	1.105.000,29	415.397,77		55.824.996,03
1.451.724,13	4.236.439,10	1.859.999,19	415.397,77		131.752.354,95
					6.340.903,10
	123.078,61		100.519,97		369.667,64
	-37.043,81				-55.170,91
			-235.975,36		
1.451.724,13	4.322.473,90	1.859.999,19	279.942,38		138.407.754,78
-1.436.203,32	-3.915.233,17	-754.998,90			-75.465.265,46
-10.175,89	-78.930,27	-2.576,54			-4.008.360,63
					2.873.350,03
	36.747,04				54.874,14
-1.446.379,21	-3.957.416,40	-757.575,44			-76.545.401,92
					-462.093,46
					-1.765.894,83
					133.804,36
					-2.094.183,93
5.344,92	365.057,50	1.102.423,75	279.942,38		59.768.168,93

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO
Valor líquido a 01.01.2015	21.591.561,00	13.574.517,12	21.434.796,53
ATIVO BRUTO			
Saldo a 01.01.2015	21.670.307,78	26.970.967,21	78.922.954,26
Movimentos de 2015			
Revalorizações	-1.676.400,00	6.796.012,73	
Adições		725.799,79	29.275,93
Abates/vendas			-9.799.685,04
Regularizações e transferências		149.562,10	
Saldo a 31.12.2015	19.993.907,78	34.642.341,83	69.152.545,15
DEPRECIÇÕES ACUMULADAS			
Saldo a 01.01.2015		-13.264.954,23	-57.488.157,73
Movimentos de 2015			
Gastos de depreciação e amortização		-1.006.281,23	-2.813.428,92
Revalorizações		-4.549.427,87	
Abates/vendas			9.763.419,91
Regularizações e transferências			
Saldo a 31.12.2015		-18.820.663,33	-50.538.166,74
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS			
Saldo a 01.01.2015	-78.746,78	-131.495,86	
Transferências			
Perdas por imparidade	-158.840,00	-93.010,82	
Reversões			
Saldo a 31.12.2015	-237.586,78	-224.506,68	
Valor líquido a 31.12.2015	19.756.321,00	15.597.171,82	18.614.378,41

A coluna das adições inclui 51.932,40 euros de trabalhos para a própria empresa em edifícios e outras construções.

EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTO POR CONTA DE ATIVOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
30.327,94	128.993,84	1.090.752,04	288.900,66		58.139.849,13
1.451.724,13	4.212.239,27	1.845.404,19	288.900,66		135.362.497,50
					5.119.612,73
	246.477,63	14.595,00	276.059,21		1.292.207,56
	-222.277,80				-10.021.962,84
			-149.562,10		
1.451.724,13	4.236.439,10	1.859.999,19	415.397,77		131.752.354,95
-1.421.396,19	-4.083.245,43	-754.652,15			-77.012.405,73
-14.807,13	-53.667,26	-346,75			-3.888.531,29
					-4.549.427,87
	221.679,52				9.985.099,43
-1.436.203,32	-3.915.233,17	-754.998,90			-75.465.265,46
					-210.242,64
					-251.850,82
					-462.093,46
15.520,81	321.205,93	1.105.000,29	415.397,77		55.824.996,03

À data de 31 de dezembro de 2016, a empresa Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. solicitou uma avaliação externa e independente (Basis of Value – Peritos Avaliadores de Imóveis, Lda) dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização.

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação é 31 de dezembro de 2016.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através do Método de Mercado e do Método do Rendimento tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 7.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre entidades conhecedoras e a isso dispostas, numa transação em que nenhum relacionamento exista entre elas”. O Justo Valor é o “Valor de Mercado” determinado por peritos avaliadores qualificados.

Em determinadas circunstâncias, designadamente quando devido à natureza especializada do imóvel e se este for raramente vendido exceto como parte integrante de um “negócio em continuidade”, pode-se atribuir o “Justo Valor” usando uma abordagem pelo “rendimento” ou pelo “Custo de Reposição Depreciado”.

Importa realçar que, neste processo de avaliação, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e considerando a sua máxima e melhor utilização (uso alternativo).

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior e interior de todos os imóveis.
- Foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis.
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual.
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes.
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais são considerados como corretos.
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel - pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. - foi considerada e incluída na valorização de cada imóvel.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

RUBRICA	2016	2015
Terrenos e recursos naturais	2.231.169,62	2.231.169,62
Edifícios e outras construções	6.230.801,56	6.556.313,77
	8.461.971,18	8.787.483,39

Não se procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado não existirem situações que se enquadrem neste âmbito.

Movimentos ocorridos, nos exercícios de 2016 e de 2015, nos ativos tangíveis em curso:

RUBRICA	SALDO 01.01.2016	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2016
Edifícios e outras construções	3.845,84	11.175,13	-3.845,84		11.175,13
Equipamento básico	411.551,93	32.774,63	-232.129,52		212.197,04
Equipamento administrativo		56.570,21			56.570,21
	415.397,77	100.519,97	-235.975,36		279.942,38

RUBRICA	SALDO 01.01.2015	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES/ ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2015
Edifícios e outras construções	149.562,10	3.845,84	-149.562,10		3.845,84
Equipamento básico	139.338,56	272.213,37			411.551,93
	288.900,66	276.059,21	-149.562,10		415.397,77

Nos exercícios de 2016 e 2015 não se verificaram movimentos nos adiantamentos para ativos fixos tangíveis.

No ano de 2016, foram assumidos compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis no montante de 18.089,53 euros.

10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

11. LOCAÇÕES

11.1. Locações financeiras – locatários

Nos exercícios de 2016 e 2015, a empresa pagou rendas de locação financeira no montante de 2.960.851,22 euros (inclui 109.714,86 euros de juros) e de 5.601.633,92 euros (inclui 249.820,72 euros de juros), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a empresa mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 6.915.545,32 euros e 9.367.364,72 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível), a vencer nos próximos exercícios segundo o mapa abaixo:

ANOS	2016			2015		
	VALOR DESCONTADO PAG. MÍNIMOS	JUROS	TOTAL	VALOR DESCONTADO PAG. MÍNIMOS	JUROS	TOTAL
2016				2.312.740,39	101.012,22	2.413.752,61
2017	1.890.420,82	56.299,76	1.946.720,57	1.885.546,18	71.879,19	1.957.425,37
2018	1.908.439,15	38.281,42	1.946.720,57	1.908.488,24	48.937,13	1.957.425,37
2019	1.926.629,22	20.091,35	1.946.720,57	1.931.709,45	25.715,92	1.957.425,37
2020	1.072.004,56	3.379,04	1.075.383,61	1.077.006,54	4.329,47	1.081.336,02
Total	6.797.493,75	118.051,58	6.915.545,32	9.115.490,80	251.873,93	9.367.364,72

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo em regime de locação financeira era a seguinte:

DESCRIÇÃO	2016			2015		
	VALOR AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS/PERDAS POR IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO	VALOR AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS/PERDAS POR IMPARIDADE	VALOR LÍQUIDO
Ativos fixos tangíveis						
Equipamento Básico	22.235.500,00	14.920.667,59	7.314.832,41	28.160.500,00	15.793.283,37	12.367.217,63
Total	22.235.500,00	14.920.667,59	7.314.832,41	28.160.500,00	15.793.283,37	12.367.217,63

11.2. Locação operacional

Nos exercícios de 2016 e 2015, foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 15.751,46 euros e 1.449.676,52 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional, a 31 de dezembro de 2016, apresentam os seguintes vencimentos:

ANOS	2016
2017	28.468,12
2018	21.440,69
2019	21.440,69
2020	19.007,54
2021	12.500,00
Total	102.857,04

12. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

Juros e gastos similares suportados e reconhecidos, nos exercícios de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Juros de financiamentos obtidos	5.024.950,63	5.395.950,92
Juros instituições crédito e instituições financeiras	86.996,11	196.383,76
Juros de financiamentos por valores mobiliários – obrigações	3.185,00	107.164,18
Juros de financiamentos de participação no capital	4.934.769,52	5.092.402,98
Juros de outros instrumentos financeiros	11.959.897,91	9.154.925,58
Outros gastos e perdas de financiamento - relativos a financiamentos obtidos	209.320,63	210.506,58
Despesas e descontos c/ emissão de financiamentos	4.283,70	4.244,40
Taxa de aval	203.333,34	202.777,78
Comissões e outros encargos	1.703,59	3.484,40
Juros e gastos similares suportados	17.194.169,17	14.761.383,08
Juros e gastos similares suportados na demonstração resultados	17.194.169,17	14.761.383,08

Juros e rendimentos similares obtidos, reconhecidos nos exercícios de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Juros obtidos		3.185,16
Outros rendimentos e ganhos de financiamento	9.293,89	
Juros e rendimentos similares obtidos propriamente ditos	9.293,89	3.185,16
Ganhos por aumentos de justo valor - em instrumentos financeiros	2.736.321,37	4.293.039,32
Juros e rendimentos similares obtidos na demonstração resultados	2.745.615,26	4.296.224,48

A empresa não procedeu à capitalização no custo de ativos de encargos financeiros por não ter ativos qualificáveis para tal.

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A empresa procedeu, a 31 de dezembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2015, a aplicação do justo valor nas propriedades de investimento, tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por entidades externas e especializadas, independentes e com qualificação profissional reconhecida (Em 2016, Basis of Value – Peritos Avaliadores de Imóveis, Lda, e em 2015, CPU Consultores de Avaliação, Lda.).

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11 e os termos de referência indicados pela empresa. A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respetivamente para o ano de 2016 e ano de 2015.

O Justo Valor a determinar para efeitos de reporte contabilístico, poderá ser equiparado ao definido no SNC como "Valor de Mercado".

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através do Método de Mercado e do Método de Rendimento e tendo em consideração valores correntes praticados para usos semelhantes e comparáveis ao uso em avaliação, dando cumprimento ao estipulado na NCRF 11.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao interior e exterior de todos os imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual. Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais consideramos como corretos;
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.

A avaliação foi feita numa ótica do uso alternativo. Foi determinado o seu valor de mercado, considerado livre e disponível – correspondendo este valor ao seu valor em uso alternativo.

No princípio do melhor uso alternativo, o valor de mercado da propriedade é baseado numa análise de rentabilidade do projeto de desenvolvimento consentâneo com a máxima e melhor utilização ou, caso existam, de acordo com os projetos de desenvolvimento existentes. O melhor uso alternativo é definido como o uso provável e razoável que à data da avaliação gera o valor atual mais elevado.

Neste sentido, foram utilizados para a valorização dos imóveis os critérios de comparação de mercado e critério do rendimento, nuns casos pelo método de capitalização direta e, noutros, pelo método do valor residual.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 37, como "o preço pelo qual a propriedade poderia ser trocada entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista

relacionamento entre as mesmas. "Foram assim cumpridos os requisitos exigidos na NCRF 11 para a determinação do valor de mercado dos imóveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os movimentos ocorridos na rubrica das propriedades de investimento, foram os seguintes:

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	2016			TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	ADIANTAMENTOS POR CONTA PROP. INVESTIMENTO	
Saldo a 01.01.2016	12.088.640,00	4.520.460,00	24.726,00	16.633.826,00
Variação justo valor por contrapartida de resultados	-376.607,00	-814.778,16		-1.191.385,16
Variação justo valor por reversão excedente revalorização	-704.200,00	-1.772.514,84		-2.476.714,84
Abates/Vendas	-351.400,00	-193.400,00		-544.800,00
Saldo a 31.12.2016	10.656.433,00	1.739.767,00	24.726,00	12.420.926,00

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	2015			TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	ADIANTAMENTOS POR CONTA PROP. INVESTIMENTO	
Saldo a 01.01.2015	12.591.474,00	4.663.826,00	24.726,00	17.280.026,00
Variação justo valor por contrapartida de resultados	-59.126,00	-29.513,91		-88.639,91
Variação justo valor por reversão excedente revalorização	-443.708,00	-113.852,09		-557.560,09
Saldo a 31.12.2015	12.088.640,00	4.520.460,00	24.726,00	16.633.826,00

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação e manutenção de propriedades de investimento.

No decurso do exercício de 2016 e 2015, foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	2016		2015	
	ARRENDADOS	PARA VALORIZAÇÃO	ARRENDADOS	PARA VALORIZAÇÃO
RENDIMENTOS				
Rendimentos de Rendas	342.669,98	2.400,00	247.554,66	20.290,12
GASTOS				
Gastos diretos	-117.098,16	-33.629,87	-30.532,06	-134.707,19
Resultado	225.571,82	-31.229,87	217.022,60	-114.417,07

14. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos, que presta um serviço social de transporte sem qualquer justificação comercial, deveria ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do Estado no financiamento das atividades sociais que impõe.

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise de imparidade e reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Adicionalmente, chama-se a atenção que, nos exercícios de 2015 e 2016, para a classe de Edifícios e terrenos, se obteve avaliações de mercado efetuadas por avaliadores independentes, tendo sido, nos casos identificados, registada a correspondente perda por imparidade.

Em 2016 e 2015, o movimento nas perdas por imparidade dos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

	2016	2015
Demonstração dos resultados - Perdas por imparidade ativos fixos tangíveis	1.632.090,47	251.850,82
- Aumentos	1.765.894,83	251.850,82
- Reversões	-133.804,36	
Capital próprio - Excedentes de revalorização	4.736.124,02	1.698.020,12
- Reversão dos Excedentes de revalorização por perdas de imparidade de ativos fixos tangíveis	4.736.124,02	1.698.020,12

O detalhe das perdas por imparidade acumuladas de ativos fixos tangíveis, à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontra-se na nota 8.

15. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

15.1. Interesses em empreendimentos conjuntos

Não aplicável.

15.2. Investimentos em associadas e subsidiárias

Participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

ANO DE 2016	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DETENÇÃO
SUBSIDIÁRIAS						
STCP Serviços	50.885,86	5.597,22	45.288,64		-2.150,49	100,00%
EMPRESAS ASSOCIADAS						
TIP, ACE	13.994.537,75	14.434.545,86	-440.008,11	6.531.991,59	1.352.499,53	33,33%
Transpublicidade, S.A.	765.447,22	247.751,04	517.696,18	610.152,77	-170.588,07	20,00%

ANO DE 2015	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DETENÇÃO
SUBSIDIÁRIAS						
STCP Serviços	53.055,22	5.616,09	47.439,13		-80,00	100,00%
EMPRESAS ASSOCIADAS						
TIP, ACE	10.586.503,21	12.362.355,44	-1.774.852,23	7.912.877,99	2.835.380,51	33,33%
Transpublicidade, S.A.	922.947,53	234.663,28	688.284,25	566.992,02	24.475,68	20,00%

Foram usadas as demonstrações financeiras das associadas e subsidiárias, à data de 31 de dezembro de cada exercício, ainda que provisórias.

Em virtude de a proporção da empresa nos resultados negativos da STCP Serviços e TIP ter excedido a quantia escriturada do correspondente investimento, a aplicação do método de equivalência patrimonial foi interrompida em exercícios anteriores.

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas nos exercícios de 2016 e de 2015:

	2016	2015
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS		
Saldo inicial	138.577,20	131.092,00
Regularizações – método da equivalência patrimonial	-35.037,96	7.485,20
Outras variações		
Saldo final	103.539,24	138.577,20
PERDAS POR IMPARIDADE		
Ativos líquidos	103.539,24	138.577,20

16. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

17. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Vide nota 15.2.

18. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

19. AGRICULTURA

Não aplicável.

20. INVENTÁRIOS

Rubrica de inventários em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016			2015		
	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA	QUANTIA BRUTA	PERDAS POR IMPARIDADE	QUANTIA LÍQUIDA
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.427.362,80	-947.173,70	480.189,10	1.334.972,28	-987.220,99	347.751,29
	1.427.362,80	-947.173,70	480.189,10	1.334.972,28	-987.220,99	347.751,29

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo, nos exercícios de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Inventário Inicial	1.334.972,28	1.629.233,00
Compras	1.300.373,55	807.673,84
Regularizações (*)	46.935,85	-242.554,21
Custo das matérias consumidas	-1.254.918,88	-859.380,35
Inventário final	1.427.362,80	1.334.972,28

(*) Em 2015, o montante de 296.565,12 euros diz respeito ao abate e destruição de títulos de transporte existentes em armazém, que se encontravam descontinuados. Estes inventários tinham as respetivas imparidades reconhecidas em exercícios anteriores.

Nos exercícios de 2016 e de 2015, não ocorreram movimentos na rubrica de Variação dos Produtos e trabalhos em curso.

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários, nos exercícios de 2016 e de 2015:

ANO DE 2016	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Matérias-Primas, sub. e de consumo	987.220,99		40.047,29	947.173,70

ANO DE 2015	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.192.206,62		204.985,63	987.220,99

(*) Em 2015, a reversão das imparidades deve-se essencialmente ao abate de inventários obsoletos.

21. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

22. RÉDITOS

Detalhe do rédito reconhecido, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, todo realizado em território nacional:

	2016	2015
Prestação de Serviços	42.797.253,96	42.374.606,42
Transporte público de passageiros (*)	42.715.055,51	42.273.854,97
Aluguer de viaturas	91.609,39	101.090,49
Descontos e abatimentos	-9.410,94	-339,04
Rendimentos suplementares	771.339,54	1.000.307,65
Aluguer de equipamento	6.190,00	4.070,00
Royalties	1.138,22	1.569,11
Outros rendimentos suplementares	764.011,32	994.668,54
Serviços de manutenção	66.922,91	229.160,58
Publicidade	179.428,81	202.104,27
Cedências de trabalhadores	56.466,70	90.195,83
Renda e cedência de espaço	229.405,77	180.708,69
Prestação de serviços de assessoria e outros	46.631,50	96.166,68
Venda sucata e outros bens	26.998,76	38.919,05
Vendas e serviços do museu	94.764,68	14.649,03
Outros	63.392,19	142.764,41
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	345.069,98	267.844,78
Juros obtidos		3.185,16
	43.913.663,48	43.645.944,01

(*) As subvenções públicas estão definidas no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, que estabelece dois tipos de subvenções: indemnizações compensatórias e outros tipos de subvenção.

As indemnizações compensatórias caracterizam-se por pagamentos efetuados com verbas do Orçamento do Estado a entidades públicas e privadas, que se destinam a compensar custos de exploração resultantes de prestação de serviços de interesse geral (art.º 3º do Decreto-Lei n.º 167/2008). O conceito de interesse geral exige, entre outras, obrigações de praticar serviços que tenham uma natureza universal e garantam a acessibilidade em termos de preços à generalidade dos cidadãos (art.º 4º).

Por outro lado, o mencionado decreto-lei admite outros tipos de subvenção através de acordos ou contratos com o Estado, mas exclui as subvenções de carácter social concedidas a pessoas singulares. Obriga, contudo, o Estado à publicitação das importâncias concedidas ao abrigo de tais acordos ou contratos realizados com as Entidades.

A STCP celebrou três acordos com o Estado que não contemplam indemnizações compensatórias, porquanto não cumprem a definição de indemnização compensatória acima mencionada.

Esses acordos têm em vista a prestação de serviços por tarifas mais económicas a pessoas singulares com determinadas condicionantes de ordem social. O Estado reembolsa a STCP por parte do desconto de preço praticado nestas tarifas cuja responsabilidade assume.

O acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante foi assinado em 29 de junho de 2006, o acordo para o tarifário 4_18@escola.tp foi celebrado em 29 de janeiro de 2009 e o acordo para o tarifário sub23@superior.tp foi celebrado em 1 de setembro de 2010.

Para além destes três acordos, e por via da Portaria n.º 272/2011 de 23 de setembro, foi criado ainda o título de transporte intermodal "Passe Social+", destinado a pessoas singulares cujo agregado familiar aufera rendimentos comprovadamente reduzidos.

A empresa reconhece estas subvenções, ao abrigo desses contratos com influência tarifária, na rubrica Rébito das vendas e dos serviços prestados - transporte público de passageiros.

Em 17 de dezembro de 2014, foi assinado um aditamento ao acordo para a implementação do tarifário social no sistema intermodal Andante que prevê a alteração da comparticipação do Estado de 40% para 68% da percentagem de desconto praticada neste tarifário, com efeitos a 1 de fevereiro de 2012.

23. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2016. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2016, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas e outras obrigações legais.

Movimento ocorrido nas provisões, nos anos de 2016 e de 2015:

	2016			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Processos judiciais em curso	17.510.016,83		8.147.799,36	9.362.217,47
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	450.950,07		7.205,28	443.744,79
Outras Provisões	4.135.751,27	425.189,13	1.563.296,88	2.997.643,52
	22.096.718,17	425.189,13	9.718.301,52	12.803.605,78
(Aumentos) e reduções de provisões			9.293.112,39	

	2015			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	SALDO FINAL
Processos judiciais em curso	6.227.925,31	11.282.091,52		17.510.016,83
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	463.556,03		12.605,96	450.950,07
Outras Provisões	3.731.549,12	1.363.075,98	958.873,83	4.135.751,27
	10.423.030,46	12.645.167,50	971.479,79	22.096.718,17
(Aumentos) e reduções de provisões			-11.673.687,71	

No final de 2016, foi assinado o Acordo de transação, e homologado pelo Tribunal, para o processo judicial em que era autor o Município do Porto, proposto também contra o Estado Português, no qual era reivindicado a propriedade dos terrenos e outros ativos imobiliários integrados no património da empresa, aquando da sua transformação em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos em 1994, por transformação do ainda designado Serviço de Transportes Colectivos do Porto. A 31 de dezembro de 2016, a redução do valor das provisões com processos judiciais em curso deve-se essencialmente ao desreconhecimento da provisão existente para este processo judicial. Encontra-se apenas pendente nas dívidas a pagar o valor de 10.085.808,81 euros, atendendo a que se aguarda operacionalização da concretização do acordo.

A 31 de dezembro de 2016, a empresa tem pendentes contra si dois processos judiciais cujos valores são materialmente relevantes, com provisão constituída:

- Em maio de 2013, o Banco Santander Totta, S.A. (BST) intentou no tribunal comercial de Londres ações judiciais contra a STCP e outras três empresas públicas de transporte de passageiros. As referidas ações dizem respeito a nove *swaps* de taxa de juro celebrados entre 2005 e 2009, entre o BST e cada uma dessas empresas públicas. Destes nove contratos, um é uma operação celebrada com a STCP. O BST pretende que os tribunais ingleses declarem que os referidos contratos *swaps* são válidos e obrigam as empresas públicas em causa. Por outro lado, essas empresas públicas pretendem que os contratos sejam declarados inválidos e que os montantes pagos ao BST, ao abrigo dos referidos contratos, sejam reembolsados. No dia 4 de março de 2016, o tribunal comercial de Londres proferiu uma sentença desfavorável às empresas de transporte envolvidas, reconhecendo a validade dos contratos em disputa, sendo que esta decisão foi objeto de recurso, por parte das Empresas de Transporte, para o *Court of Appeal* de Londres. Em 13 de dezembro de 2016, o *Court of Appeal* proferiu sentença desfavorável às empresas de transporte, tendo qualificado, à semelhança do tribunal de primeira instância, a situação contratualizada pelas partes como sendo internacional, tendo rejeitado assim a argumentação das empresas de transporte. Nessa sequência, as empresas de transporte decidiram, com indicações da Tutela, recorrer da decisão para o *Supreme Court* de Londres, sendo que este Tribunal se pronunciará sobre a admissão ou não do recurso previsivelmente até finais de março de 2017. A 31 de dezembro de 2016, a provisão para este processo judicial cobre os encargos que se estimam vir a suportar com esta ação e que não se encontravam ainda refletidos nas demonstrações financeiras.
- No dia 30 de maio de 2016 foi intentada, no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, pela Alsa Ferrocarril, S.A., Nex Continental Holdings, SL, Alsa Atlántica, SL, Alsa Metropolitana do Porto, Lda., contra a STCP e o Ministério do Ambiente (RR) nos termos da qual se peticiona: i) anulação da deliberação do CA de 20/04/2016, que decide pela anulação do ato de adjudicação da subconcessão da exploração do sistema de transportes da STCP e da anulação do contrato de subconcessão; ii) validade do contrato já que precluiu o prazo de interposição de ação judicial de anulação do contrato, por já terem decorrido 6 meses desde a data da sua celebração, os termos do disposto no artigo 77º_B, nº 2 do CPTA; iii) que se reconheça que o contrato apenas poderá ser extinto por acordo das partes (revogação) ou resolução com fundamento em razões de interesse público, ou ainda, por recusa de visto por parte do Tribunal de Contas, bem como as RR sejam condenadas no pagamento da justa indemnização e iv) que seja devolvida a garantia bancária prestada, no valor de € 24.328.858,65 (que entretanto foi devolvida). A ação foi já contestada pela STCP, aguardando-se as ulteriores diligências processuais do processo.

A empresa tem ainda pendente contra si um processo judicial cujo valor é materialmente relevante, mas não provisionado:

→ Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, a decisão do Supremo Tribunal de justiça, de 12 de janeiro de 2012, foi no sentido de anular aquela resolução. Assim, sendo a decisão de atribuição de indemnizações compensatórias nula, pode estar em causa a devolução das indemnizações compensatórias por parte da STCP. O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores para este processo decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio. Do acima exposto, podemos concluir que estamos na presença de um passivo contingente porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

24. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Movimentos mais relevantes em subsídios nos exercícios de 2016 e de 2015:

SUBSÍDIOS	2016				
	MONTANTE RECEBIDO NO ANO	MONTANTE POR RECEBER NO ANO	MONTANTE TOTAL ATRIBUÍDO	RÉDITO DO PERÍODO	RÉDITO ACUMULADO
Subsídios relacionados com ativos	1.130.909,94	11.757,18	8.264.126,33	350.794,20	5.491.466,54
Ativos tangíveis	1.130.909,94	4.378,50	8.150.935,07	341.034,36	5.399.639,47
Edifícios e outras construções	28.679,37		716.865,73	25.394,80	274.546,82
Equipamento básico	1.102.230,57		7.084.722,54	292.043,00	4.998.471,13
Equipamento administrativo			218.331,24	22.806,01	70.695,96
Outros ativos fixos tangíveis		4.378,50	59.513,51	790,55	55.925,56
Ativos tangíveis em curso			71.502,05		
Propriedades investimento			33.141,16	8.161,14	17.556,95
Edifícios			33.141,16	8.161,14	17.556,95
Ativos intangíveis		7.378,68	80.050,10	1.598,70	74.270,12
Programas de computador		7.378,68	80.050,10	1.598,70	74.270,12
	1.130.909,94	11.757,18	8.264.126,33	350.794,20	5.491.466,54

SUBSÍDIOS	2015				
	MONTANTE RECEBIDO	MONTANTE POR RECEBER	MONTANTE TOTAL ATRIBUÍDO	RÉDITO DO PERÍODO	RÉDITO ACUMULADO
Subsídios relacionados com ativos	1.977.989,03		7.223.280,79	231.759,84	5.156.093,92
Ativos tangíveis	1.977.989,03		7.102.070,69	231.759,84	5.058.629,17
Edifícios e outras construções	390.796,51		688.186,36	14.982,75	249.152,02
Equipamento básico	1.319.241,64		5.982.491,97	205.318,04	4.706.428,13
Equipamento administrativo	267.950,88		218.355,30	11.459,05	47.914,01
Outros ativos fixos tangíveis			55.135,01		55.135,01
Ativos tangíveis em curso			157.902,05		
Propriedades investimento			48.538,68		24.793,33
Edifícios			48.538,68		24.793,33
Ativos intangíveis			72.671,42		72.671,42
Programas de computador			72.671,42		72.671,42
	1.977.989,03		7.223.280,79	231.759,84	5.156.093,92

25. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2016 e 2015 ocorreram operações em libras esterlinas mas de montantes irrelevantes.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a relatar.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A empresa está sujeita ao regime geral de IRC. Dada a sua situação deficitária, suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e efetua o pagamento especial por conta a que se encontra obrigada.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

A 31 de dezembro de 2016, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 58.457.519,39 euros, conforme detalhe abaixo:

ANOS	PREJUÍZOS FISCAIS
2012	26.091.197,23
2013	7.178.252,27
2014	9.563.588,84
2015	15.624.481,05
	58.457.519,39

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No exercício de 2016 e 2015 não temos informação relevante a relatar.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Identificação dos ativos e passivos financeiros

Categorias de ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

ATIVOS FINANCEIROS ANO DE 2016	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS A RECEBER	DISPONÍVEIS PARA VENDA	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
Ativos não correntes	79.773,66			79.773,66
Outros investimentos financeiros	79.773,66			79.773,66
Ativos correntes	7.878.573,72		1.706.118,60	9.584.692,32
Clientes	2.846.672,18			2.846.672,18
Outros créditos a receber	2.146.888,84		1.706.118,60	3.853.007,44
Caixa e depósitos bancários	2.885.012,70			2.885.012,70
	7.958.347,38		1.706.118,60	9.664.465,98

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

PASSIVOS FINANCEIROS ANO DE 2016	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
Passivos não correntes	315.820.201,47	112.502.633,91		428.322.835,38
Financiamentos obtidos	315.820.201,47			315.820.201,47
Outros passivos financeiros		112.502.633,91		112.502.633,91
Passivos correntes	67.776.076,84	30.658.392,17	4.920.367,77	103.354.836,78
Fornecedores	2.417.412,53			2.417.412,53
Financiamentos obtidos	54.504.490,20			54.504.490,20
Outras dívidas a pagar	10.854.174,11		4.920.367,77	15.774.541,88
Outros passivos financeiros		30.658.392,17		30.658.392,17
	383.596.278,31	143.161.026,08	4.920.367,77	531.677.672,16

(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

ATIVOS FINANCEIROS ANO DE 2015	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CRÉDITOS A RECEBER	DISPONÍVEIS PARA VENDA	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
Ativos não correntes	73.216,80			73.216,80
Outros investimentos financeiros	73.216,80			73.216,80
Ativos correntes	15.680.160,26		1.446.990,76	17.127.151,02
Clientes	2.681.036,08			2.681.036,08
Outros créditos a receber	1.869.645,35		1.446.990,76	3.316.636,11
Caixa e depósitos bancários	11.129.478,83			11.129.478,83
	15.753.377,06		1.446.990,76	17.200.367,82

(*) Rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos

PASSIVOS FINANCEIROS ANO DE 2015	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
Passivos não correntes	369.939.327,13	115.238.955,28		485.178.282,41
Financiamentos obtidos	369.939.327,13			369.939.327,13
Outros passivos financeiros		115.238.955,28		115.238.955,28
Passivos correntes	59.001.042,43	18.698.494,26	5.173.402,27	82.872.938,96
Fornecedores	2.308.575,67			2.308.575,67
Financiamentos obtidos	55.648.771,31			55.648.771,31
Outras dívidas a pagar	1.043.695,45		5.173.402,27	6.217.097,72
Outros passivos financeiros		18.698.494,26		18.698.494,26
	428.940.369,56	133.937.449,54	5.173.402,27	568.051.221,37

(*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

Em 2016 e 2015, a STCP apenas dispunha de ativos e passivos financeiros classificados como:

- Empréstimos concedidos e créditos a receber;
- Disponíveis para venda;
- Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2016 e 2015, encontram-se nesta situação as rubricas de Clientes, Outros créditos a receber, Caixa e depósitos bancários e Outras dívidas a pagar.

A rubrica Participações financeiras pelo método do custo, encontra-se mensurada ao custo, e refere-se a uma participação numa empresa não cotada num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade. Assim, não procedemos à sua divulgação.

Por último, os instrumentos financeiros derivados incluídos na rubrica Outros passivos financeiros, encontram-se escriturados ao justo valor.

29.1.1. Financiamentos obtidos

Detalhe do financiamento em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	ANO DE 2016					
	CUSTO AMORTIZADO			MONTANTE NOMINAL		
	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Inst. crédito e sociedades financeiras	6.802.901,51	1.895.828,58	4.907.072,93	6.802.901,51	1.895.828,58	4.907.072,93
Locações financeiras	6.797.493,75	1.890.420,82	4.907.072,93	6.797.493,75	1.890.420,82	4.907.072,93
Cartão de crédito	5.407,76	5.407,76		5.407,76	5.407,76	
Mercado de valores mobiliários	99.991.319,35	10.169,09	99.981.150,26	100.000.000,00		100.000.000,00
Emprést. Obrigacionistas não convertíveis	99.991.319,35	10.169,09	99.981.150,26	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 07	99.991.319,35	10.169,09	99.981.150,26	100.000.000,00		100.000.000,00
Participantes de capital	263.530.470,81	52.598.492,53	210.931.978,28	263.160.048,92	52.228.070,64	210.931.978,28
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	263.530.470,81	52.598.492,53	210.931.978,28	263.160.048,92	52.228.070,64	210.931.978,28
	370.324.691,67	54.504.490,20	315.820.201,47	369.962.950,43	54.123.899,22	315.839.051,21

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	ANO DE 2015					
	CUSTO AMORTIZADO			MONTANTE NOMINAL		
	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Inst. crédito e sociedades financeiras	9.122.518,11	2.319.767,70	6.802.750,41	9.120.315,15	2.317.564,74	6.802.750,41
Locações financeiras	9.117.693,76	2.314.943,35	6.802.750,41	9.115.490,80	2.312.740,39	6.802.750,41
Cartão de crédito	4.824,35	4.824,35		4.824,35	4.824,35	
Mercado de valores mobiliários	100.085.517,32	108.989,54	99.976.527,78	100.000.000,00		100.000.000,00
Emprést. Obrigacionistas não convertíveis	100.085.517,32	108.989,54	99.976.527,78	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. Obrigacionista 07	100.085.517,32	108.989,54	99.976.527,78	100.000.000,00		100.000.000,00
Participantes de capital	316.380.063,01	53.220.014,07	263.160.048,94	301.250.248,72	38.090.199,78	263.160.048,94
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	316.380.063,01	53.220.014,07	263.160.048,94	301.250.248,72	38.090.199,78	263.160.048,94
	425.588.098,44	55.648.771,31	369.939.327,13	410.370.563,87	40.407.764,52	369.962.799,35

Todos os empréstimos estão denominados em euros.

29.1.1.1. Não corrente

A 31 de dezembro de 2016, os empréstimos não correntes em vigor, caracterizam-se como se segue:

- Em junho de 2007, foi emitido um empréstimo obrigacionista no montante de 100 milhões de euros, por 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor a 6 meses. Existe *Call-Option*, a partir do 5º ano, total ou parcial. As obrigações foram admitidas à negociação em mercado regulamentado no início do ano de 2011. Tem a Garantia do Estado Português. Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições dos contratos.
- Em outubro de 2014, o Estado Português concedeu à STCP um empréstimo de mútuo no valor de 301.250.248,72 euros destinado a satisfazer as necessidades de financiamento desta sociedade no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014. O empréstimo vence juros a taxas fixas, semestralmente, e será reembolsado em doze prestações de capital iguais e sucessivas, com início em maio de 2016 e termo em 30 de novembro de 2021. O capital mutuado foi disponibilizado em três tranches:
 1. 122.166.600 euros, em 6 de outubro de 2014;
 2. 177.083.648,72 euros, em 27 de novembro de 2014;
 3. 2.000.000 euros, em 15 de dezembro de 2014.
- Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 629/15-SET, de 4 de maio, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 15 de maio de 2015, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio/longo prazo para fazer face a necessidades operacionais relativas ao 2º trimestre de 2015, no valor de 4.540.000 euros. A disponibilização foi faseada, nos seguintes montantes e datas:
 1. 1.875.000 euros, em 22 de maio de 2015;
 2. 1.511.000 euros, na mesma data, 22 de maio;
 3. 1.154.000 euros, em 16 de junho de 2015.
- Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1220/15-SET, de 4 de agosto, e da Secretaria das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 16 de setembro de 2015, foi aprovada a concessão de um segundo empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.178.175 euros, tendo sido igualmente autorizado o respetivo endividamento, para fazer face às necessidades operacionais relativas ao 3º trimestre de 2015:
 1. 1.472.710 euros, em 30 de setembro de 2015;
 2. 1.705.465 euros, na mesma data, 30 de setembro.
- Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1900/15-SET, de 19 de novembro, foi aprovada a concessão de um terceiro empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 4.400.000 euros para fazer face a parte das necessidades de financiamento operacionais da empresa, relativas ao 4º trimestre de 2015. A verba foi disponibilizada numa única tranche em 26 de novembro de 2015.

A 31 de dezembro de 2016 a empresa não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

29.1.1.2. Corrente

A empresa dispõe de um cartão de crédito destinado exclusivamente ao pagamento pontual de despesas correntes de tesouraria, cujo saldo a débito a 31 de dezembro de 2016 ascendia a 5.407,76 euros.

A modalidade de cartão de crédito configura a solução oferecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública-IGCP, E.P.E, como alternativa ao uso do cartão multibanco.

29.1.2. Outros investimentos/ativos financeiros

29.1.2.1. Não corrente

A rubrica Outros investimentos financeiros, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresenta o seguinte detalhe:

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2016	2015
Participações financeiras em outras empresas	25.000,00	25.000,00
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	1.400.000,00	1.400.000,00
Fundo de compensação do trabalho	9.485,02	777,67
Quantia bruta	1.434.485,02	1.425.777,67
Perdas por Imparidade acumuladas	-1.354.711,36	-1.352.560,87
Quantia escriturada	79.773,66	73.216,80
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (Perdas/reversões)	-2.150,49	-80,00

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Não ocorreram movimentos nestas participações, como se pode constatar pelo mapa abaixo, e o valor escriturado diz respeito apenas à participação na OPT, atendendo a que a participação na Metro do Porto é nula (por ter sido até 2007 valorizada ao método da equivalência patrimonial - a participação até essa data era de 25% - e apresentar capitais próprios negativos):

	2016		2015	
	JUSTO VALOR	AO CUSTO	JUSTO VALOR	AO CUSTO
Participações financeiras:				
Saldo inicial		25.000,00		25.000,00
Saldo final		25.000,00		25.000,00
Perdas por imparidade:				
Ativos líquidos		25.000,00		25.000,00

A rubrica de Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias encontra-se em imparidade atendendo à situação deficitária dos capitais próprios da subsidiária.

29.1.2.2. Corrente

Nada a referir.

29.1.3. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o justo valor destes instrumentos financeiros derivados (adicionado dos juros vencidos e não pagos) era o seguinte:

FINANCIAMENTO COBERTO	2016				
	MONTANTE NOCIONAL	MATURIDADE	JUSTO VALOR (*)	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22	-143.161.026,08	-30.658.392,17	-112.502.633,91
Outros passivos financeiros			-143.161.026,08	-30.658.392,17	-112.502.633,91

(*) O justo valor encontra-se adicionado dos juros vencidos e não pagos, incluídos na rubrica corrente, pelo que o seu valor sem estes juros vencidos é de -113.494.520,37 euros.

FINANCIAMENTO COBERTO	2015				
	MONTANTE NOCIONAL	MATURIDADE	JUSTO VALOR (*)	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22	-133.937.449,54	-18.698.494,26	-115.238.955,28
Outros passivos financeiros			-133.937.449,54	-18.698.494,26	-115.238.955,28

(*) O justo valor encontra-se adicionado dos juros vencidos e não pagos, incluídos na rubrica corrente, pelo que o seu valor sem estes juros vencidos é de -115.961.315,70 euros.

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa detém em carteira, uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido no mesmo ano. A maturidade desta operação atinge-se em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal de Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo a empresa contestado e pugnado a improcedência da ação. Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, a STCP desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorra.

Na pendência do litígio, a STCP informou a Instituição que suspendeu o pagamento do cupão devido no dia 5 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro alegadamente devido ao abrigo do contrato da mesma operação.

No seguimento desta decisão, e no que se refere a 2015 e 2016, manteve-se suspensa a liquidação dos cupões semestrais cujo vencimento ocorreu nos meses de 5 de junho e 5 de dezembro. Do exposto, em 31 de dezembro de 2016, encontra-se suspenso o montante de 29.666.505,73 euros relativo a 7 cupões vencidos.

Detalhe das variações de justo valor, em 2016 e 2015:

FINANCIAMENTO COBERTO	MONTANTE NOCIONAL	MATURIDADE	2016	2015
Obrigacionista 2007	25.000.000	05-jun-22	2.736.321,37	4.293.039,32
			2.736.321,37	4.293.039,32

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, o justo valor do instrumento financeiro derivado foi determinado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P..

Embora estes instrumentos derivados tenham sido contratados no âmbito de uma política de cobertura do risco da variação da taxa de juro, não se encontram reunidas todas as condições necessárias para o enquadramento contabilístico das operações como contabilidade de cobertura.

Assim, as variações no justo valor, ocorridas nos exercícios de 2016 e 2015, foram reconhecidas diretamente em resultados, nas rubricas Ganhos por aumentos de justo valor em instrumentos financeiros/Perdas por redução de justo valor em instrumentos financeiros (nota 12), enqua-

dradas na demonstração dos resultados por natureza na rubrica Juros e rendimentos similares recebidos/obtidos.

29.2. Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade está exposta a riscos financeiros, essencialmente ao risco de variações da taxa de juro de mercado.

29.2.1. Risco de taxa de câmbio

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

29.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância capital dado que a empresa gera um *cash-flow* de tesouraria insuficiente para a sua atividade.

O modelo de financiamento passou a ser garantido, desde 2014, por fundos provenientes do Acionista, e processa-se mediante solicitação da empresa, fundamentada em demonstrações financeiras previsionais, de modo a assegurar a liquidez para funcionamento da empresa.

29.2.3. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança, no estrito cumprimento das condições acordadas, do crédito sobre terceiros concedido no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita.

Para mitigar este risco a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito concedido, implementando procedimentos tendentes a diminuir as situações de incumprimento.

Detalhe da rubrica de Clientes, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2016	2015
SEM REGISTO DE IMPARIDADE		
Clientes c/c	2.846.672,18	2.681.036,08
Não vencido	25.468,48	1.273.209,24
Vencido	2.821.203,70	1.407.826,84
<30	2.791.385,81	1.340.696,20
<60	1.985,45	2.954,85
<90	2.910,66	777,30
<120	876,20	2.084,60
<180		2.578,64
>=180	24.045,58	58.735,25
COM REGISTO DE IMPARIDADE		
Clientes c/c	14.127,91	14.489,77
Vencido	14.127,91	14.489,77
>=180	14.127,91	14.489,77

Detalhe da rubrica Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

	2016	2015
SEM REGISTO DE IMPARIDADE		
Outros devedores	1.886.850,29	1.568.923,16
Não vencido	686.827,63	89.403,57
Vencido	1.156.423,95	1.435.920,88
<30	147.667,14	59.309,46
<60	27.900,24	35.842,55
<90	12.689,24	20.187,29
<120	1.424,32	14.333,24
<180	8.766,04	28.330,98
>=180	957.976,97	1.277.917,36
Depósitos e cauções pagas	43.598,71	43.598,71
COM REGISTO DE IMPARIDADE		
Outros devedores	25.081,18	25.081,18
Não vencido	0,00	0,00
Vencido	25.081,18	25.081,18
>=180	25.081,18	25.081,18

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas, tendo sido, em 2016, revertidas as imparidades para dívidas de clientes em 361,86 euros.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2016, as imparidades de clientes e outros devedores ascenderam a 39.209,09 euros, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

29.2.4. Risco de taxa de juro

Como já referido, os empréstimos contraídos vencem juros a taxas fixas e variáveis.

O instrumento financeiro derivado contratado teve por finalidade reduzir a exposição ao risco de taxa de juro.

Os financiamentos de médio e longo prazo contratados pela STCP estão essencialmente expostos à variação da Euribor 3 meses, no que diz respeito a operações de locação financeira, e, Euribor 6 meses, no que respeita ao empréstimo obrigacionista em vigor.

Em 31 de dezembro de 2016, a STCP não tinha operações de financiamento de curto prazo contratadas, salvo a facilidade de crédito em cartão, não sujeita ao risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade

Efetuada uma análise de sensibilidade para um incremento de 0,5% nas taxas de juro do empréstimo obrigacionista de 100 milhões de euros e das operações de leasing financeiro, estima-se que em 2017 as rendas e encargos apresentariam um aumento de 124 mil euros face ao serviço da dívida em 31 de dezembro de 2016.

As responsabilidades com os *cash flows* futuros relativos aos empréstimos não correntes, são os seguintes:

ANOS	JUROS	REEMBOLSO	CASH-FLOW
2017	3.943.731,61	52.228.070,62	56.171.802,23
2018	3.157.151,93	52.228.070,62	55.385.222,55
2019	2.426.883,37	52.228.070,62	54.654.953,99
2020	1.747.566,86	52.228.070,62	53.975.637,48
2021	1.138.707,35	52.228.070,62	53.366.777,97
2022	381.639,09	102.019.695,83	102.401.334,92

29.2.5. Covenants

Na contratação das operações financeiras a empresa diligencia no sentido de aceitar menores restrições contratuais possíveis no que diz respeito nomeadamente à livre disponibilização do seu património e à titularidade do seu capital. A empresa tem como política negociar e aceitar apenas as cláusulas contratuais que correspondam ao standard de mercado, limitada sempre à sua capacidade de negociação.

A generalidade dos contratos de financiamento em vigor têm, no seu clausulado, um conjunto de "covenants" habitual, e que prevê as situações habitualmente designadas de *default*, *cross default*, *negative pledge* e *pari passu*, acordadas e aceites pelas contrapartes. Há a assinalar também a existência de cláusulas de *ownership* do Estado Português.

Os "covenants" acordados não têm, na generalidade, correspondência em termos de indicadores, com exceção das cláusulas de *ownership* que obrigam à detenção do capital da empresa integralmente pelo Estado Português, ou noutros casos, à maioria de detenção, ou seja, mais de 50% do mesmo capital.

29.3. Gastos, rendimentos, perdas e ganhos

Os gastos e perdas, bem como os ganhos e rendimentos, relativos aos empréstimos obtidos e aos instrumentos financeiros derivados encontram-se detalhados na nota 12.

29.4. Instrumentos de capital próprio

29.4.1. Capital social

A 31 de dezembro de 2015, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica Capital social, no montante de 85.505.125 milhares de euros, totalmente realizados, e representada por 17.101.025 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português.

Durante o exercício de 2016, os movimentos no capital social foram os seguintes:

- Em 12 de outubro de 2016, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 30.282.535 euros, através da emissão de 6.056.507 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e realizado do seguinte modo:
 - 2,55 euros, em numerário realizados na data da subscrição;
 - 30.282.532,45 euros, realizados mediante a conversão de créditos, detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças, que se venceram em 31 de maio de 2016 com efeitos a essa data.

Em 23 de novembro de 2016 procedeu-se ao registo do capital social na Conservatória do Registo Comercial e em 30 de novembro as ações representativas do aumento do Capital Social foram inscritas na Interbolsa - Central de Valores Mobiliários.

- Em 22 de dezembro de 2016, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar novamente o Capital Social da empresa em 27.501.830 euros, através da emissão de 5.500.366 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e realizado do seguinte modo:
 - 0,73 euros, em numerário realizados na data da subscrição;
 - 27.501.829,27 euros, realizados mediante a conversão de créditos, detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças, que se venceram em 30 de novembro de 2016 com efeitos a essa data.

Em 27 de janeiro de 2017 procedeu-se ao registo do capital social na Conservatória do Registo Comercial e em 9 de fevereiro de 2017 as ações representativas do aumento do Capital Social foram inscritas na Interbolsa - Central de Valores Mobiliários.

Em virtude destas alterações de Capital Social, a empresa procedeu ao cumprimento dos normativos associados tais como, art.º 28º do Código das Sociedades Comerciais, alteração dos Estatutos da Sociedade, inscrição do novo capital na Conservatória do Registo Comercial, comunicação à CMVM, e divulgação ao mercado por meio de Comunicado, na qualidade de emitente de valores mobiliários com deveres de prestação de informação.

Em 31 de dezembro de 2016, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica Capital social, no montante de 143.289.490 euros, totalmente realizados, e representada por 28.657.898 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português, sendo que, a essa data, se aguardava o registo na Conservatória do Registo Comercial do último aumento de capital social.

29.4.2. Reservas

Rubrica de Reservas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

RESERVAS	2016	2015
Reservas legais	74.907,42	74.907,42
Outras reservas	25.727,80	25.727,80
Outras reservas - Reservas livres	25.256,95	25.256,95
Outras reservas - Fundo de auxílio ao pessoal	470,85	470,85

29.4.3. Excedente de revalorização

Movimento do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis, em 2016 e 2015:

	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
Saldo a 01.01.2015	38.701.163,50
Amortizações	-661.775,29
Reversão da Revalorização (*)	-2.255.580,21
Aumento da Revalorização	2.268.204,98
Saldo a 31.12.2015	38.052.012,98
Saldo a 01.01.2016	38.052.012,98
Amortizações	-995.392,70
Abates	-243.058,77
Reversão da Revalorização (*)	-7.212.838,86
Aumento da Revalorização	13.950.377,15
Saldo a 31.12.2016	43.551.099,80

(*) Em 2016, o montante de 2.476.714,84 euros diz respeito à reversão de perdas com imparidade de propriedades de investimento que transitaram de ativos fixos tangíveis com reserva de revalorização constituída. Em 2015, este valor foi de 557.560,09 euros.

29.4.4. Ajustamentos / outras variações nos capitais próprios

Ajustamentos e outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Ajustamentos em ativos financeiros - relativos ao MEP	129.660,33	124.765,19
Ajustamentos de transição	-32.560,03	-32.560,03
Lucros não distribuídos	162.220,36	157.325,22
Outras variações no capital próprio	3.678.338,42	2.972.865,50
Subsídios relacionados com ativos	2.772.659,79	2.067.186,87
Doações	281.048,63	281.048,63
Outras variações no capital próprio	624.630,00	624.630,00
Ajustamentos /outras variações no capital próprio	3.807.998,75	3.097.630,69

29.4.6. Resultado por ação

Resultado por ação nos anos de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Resultados líquidos do período	-26.787.587,66	-31.617.189,85
Nº médio ponderado de ações	18.564.104	16.570.113
Resultado por ação básico	-1,44	-1,91

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

30. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

30.1. Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos

A empresa possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

A lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no seu artigo 75º, veio consagrar novas regras a aplicar ao pagamento de complementos de pensões por parte das empresas do sector público empresarial que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios, apurados a 1 de janeiro do corrente ano. Estas novas regras impõem que unicamente poderão continuar a ser pagos os complementos de reforma que somados às pensões auferidas pelo beneficiário (da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações ou de outro sistema de proteção social) sejam iguais ou inferiores a 600 euros, e apenas será admissível o pagamento de complementos de pensão em relação a situações já constituídas a 31 de dezembro de 2013.

Por força do seu capital ser exclusivamente público, a STCP é considerada uma empresa pública do setor público empresarial, de acordo com o disposto nos artigos 2º, 5º e 9º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Cumulativamente tem vindo a apresentar resultados líquidos negativos nos últimos 3 anos. Assim, o regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, aplica-se à STCP.

Em 31 de dezembro de 2014 foi publicada a lei n.º 82-B/2014 que, no seu art.º 78º, mantém a redação do regime previsto no art.º 75 da lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

No entanto, em 4 de abril de 2016, foi publicada a lei n.º 11/2016 que estabelece a reposição do pagamento de todos os complementos de pensão nas empresas do setor público empresarial aos trabalhadores no ativo e aos antigos trabalhadores aposentados, reformados e demais pensionistas, com efeitos a partir de abril de 2016.

Pelos motivos expostos, à data de 31 de dezembro de 2016, o cálculo das responsabilidades assumidas pela empresa com o plano de benefícios definidos foi ajustado tendo por base as alterações impostas pela lei n.º 11/2016.

A 31 de dezembro de 2016 e de 2015, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	2016	2015
Custo com serviços passados de reformados	2.385.762,00	1.776.576,00
Responsabilidade do fundo	2.385.762,00	1.776.576,00

A avaliação atuarial das responsabilidades, em 2016 e 2015, utilizou o método da unidade de crédito projetada e teve por base os seguintes pressupostos atuariais:

PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS	2016	2015
PRESSUPOSTOS FINANCEIROS		
Taxa de desconto na determinação das responsabilidades	0,40%	1,00%
Taxa de rendimento esperado	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento dos salários	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento das pensões da Segurança Social (*)	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões da STCP	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social	Igual à taxa de crescimento das pensões da Seg. Social com limite da diferença entre o valor do teto e a pensão da Seg. Social
Taxa de crescimento do teto (**)	Sem crescimento, valor fixo de 650,00 Euros	Sem crescimento, valor fixo de 600,00 Euros
PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS		
Tábua de mortalidade	Tábua francesa TV 73/77	Tábua francesa TV 73/77
Tábua de invalidez	Não aplicável	Não aplicável

(*) Nos anos anteriores a 2001 era de 1%, no longo prazo.

(**) Nos anos anteriores a 2001 o teto era de 548,68 Euros. De 2001 até 2006 inclusive, passou a 598,56 Euros. A partir de 2007, passou a 650,00 euros. No entanto, no período de janeiro de 2014 a março de 2016, por força do art.º 75º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013, e do art.º 78 da Lei 82-B/2014 de 31-12-2014 até março de 2016, passou a 600€ euros. Pela Lei n.º 11/2016, volta a ser reposto o valor de 650,00 euros.

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI – Aberto Valorização, procedendo com a assinatura do contrato de adesão a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

Movimentos no Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Valor dos ativos no fundo no início do exercício	1.142.024,00	1.423.032,00
Contribuições empresa	1.040.418,00	
Pensões pagas	-373.018,00	-315.133,00
Rendimento efetivo	10.603,00	34.125,00
Valor dos ativos no fundo no final do exercício	1.820.027,00	1.142.024,00

Em janeiro de 2016 foram feitas contribuições para o fundo de 209.546 euros, de forma a cobrir o nível mínimo de financiamento exigido pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2015. No decurso do ano de 2016, o fundo foi ainda reforçado com 830.872 euros de forma a cobrir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo ASF à data de 31 de dezembro de 2016.

À data do encerramento das contas, não é possível estimar com fiabilidade o valor das contribuições para o ano de 2017, cujo montante será determinado em função do nível de financiamento.

Alterações verificadas nas responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez a 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Responsabilidades no início do exercício	1.776.576,00	1.887.064,00
Custo com serviços correntes		
Custo dos juros sobre as responsabilidades	18.176,00	8.619,00
Pensões pagas	-373.018,00	-315.133,00
Perdas e (Ganhos) de cortes/alterações no plano	673.287,00	
Perdas e (Ganhos) atuarias de experiência	206.744,00	196.026,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa de desconto	83.998,00	
Responsabilidades no final do exercício	2.385.763,00	1.776.576,00

Uma alteração na taxa de desconto para menos 0,25% resultaria num aumento das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 36.893 euros, e uma alteração na taxa de desconto para mais 0,25% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 35.756 euros.

Uma alteração na taxa de crescimento das pensões para menos 1% resultaria num aumento das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 450.004 euros, e uma alteração na taxa de crescimento das pensões para mais 1% resultaria numa diminuição das responsabilidades assumidas por complementos de pensões de reforma e invalidez em 384.741 euros.

No decurso dos exercícios de 2016 e de 2015, as responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez, reconhecidas na rubrica Gastos com o pessoal foram as seguintes:

	2016	2015
Reconhecidos na demonstração de resultados	680.103,00	2.320,00
Custos com serviços correntes		
Custo líquido dos juros	6.816,00	2.320,00
Perdas e (Ganhos) de alterações no plano de benefícios definidos	673.287,00	
Reconhecidos nos capitais próprios	291.499,00	168.200,00
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos	291.499,00	168.200,00
Perdas e (Ganhos) atuarias	228.617,00	207.499,00
Perdas e (Ganhos) benefícios (pensões)	-21.873,00	-11.473,00
Perdas e (Ganhos) de rendimento	757,00	-27.826,00
Perdas e (Ganhos) alteração taxa desconto	83.998,00	
	971.602,00	170.520,00

Taxas de rendimento efetivo do Fundo de Pensões nos últimos 5 anos:

	2016	2015	2014	2013	2012
Taxa de rendimento efetiva	-0,10%	4,00%	5,90%	4,30%	9,06%

Evolução do valor presente da obrigação de benefícios definidos, nos últimos 5 anos, no justo valor de ativos do plano e do excedente ou défice do plano:

ANO	RESPONSABILIDADES DO FUNDO	VALOR DOS ATIVOS NO FUNDO	DÉFICE/SUPERAVIT DO FUNDO	TAXA DE COBERTURA DO FUNDO
2012	2.989.571,00	2.002.655,00	-986.916,00	67%
2013	1.983.302,00	1.586.115,00	-397.187,00	80%
2014	1.887.064,00	1.423.032,00	-464.032,00	75%
2015	1.776.576,00	1.142.024,00	-634.552,00	64%
2016	2.385.763,00	1.820.027,00	-565.736,00	76%

Composição do Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização a 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

COMPOSIÇÃO	2016		2015	
	VALOR	%	VALOR	%
Ações	553.153	30%	336.784	29%
Obrigações Taxa Fixa	935.356	51%	588.909	52%
Obrigações Taxa Variável	125.160	7%	78.717	7%
Retorno Absoluto	130.600	7%	75.760	7%
Imobiliário	15.329	1%	12.448	1%
Liquidez	60.428	3%	49.405	4%
	1.820.027		1.142.024	

A 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o valor patrimonial da adesão do Grupo ao Fundo de Pensões BPI Aberto Valorização era respetivamente de 1.820.027 euros e de 1.142.024 euros, representando 0,9% e 0,6% do valor total do Fundo de Pensões.

O Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização não tem, na sua composição, ativos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto.

30.2. Detalhe dos Gastos com Pessoal

Gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	215.424,22	162.034,58
Remunerações do pessoal	23.541.978,56	22.656.718,24
Benefícios pós emprego (*)	730.169,45	221.411,10
Indemnizações	27.024,01	917.600,91
Encargos com remunerações	5.071.096,86	5.134.198,61
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	391.475,72	328.370,84
Gastos com ação social	202.627,55	197.168,31
Outros gastos com o pessoal	116.265,48	95.992,85
Gastos com pessoal	30.296.061,85	29.713.495,44

(*) Em 2015, e para efeitos comparativos com 2016, com a aplicação da nova redação da NCRF28, esta rubrica seria de 53.211,10 euros.

Mantiveram-se, em 2016, as medidas de contenção remuneratória aplicadas às empresas do setor público empresarial do estado, desde o início de 2011, nos termos previstos nas leis n.º 55-A/2010, n.º 64-B/2011, n.º 66-B/2012, n.º 83-C/2013, n.º 75/2014 e n.º 7-A/2016, nomeadamente no que se refere à proibição da valorização profissional, redução do acréscimo de remuneração pago por trabalho suplementar e em dias de feriado e reduções remuneratórias a todos os trabalhadores cuja remuneração mensal líquida fosse superior a 1.500 euros.

No entanto, pela aplicação da lei n.º 159-A/2015, a redução remuneratória aplicada a remunerações mensais ilíquidas superiores a 1.500 euros foi gradualmente extinta ao longo do ano de 2016.

Por outro lado, a lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, prevê a reposição gradual de alguns dos direitos adquiridos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, das empresas do setor público empresarial do estado, pelo que a estimativa de férias e subsídio de férias de 2016, a pagar em 2017, contempla já estas alterações remuneratórias.

Em 4 de abril foi publicada a lei n.º 11/2016, que vem assim obrigar a STCP a repor todos os benefícios com complementos de pensões previstos nos seus acordos de empresa, que tinham sido cortados a partir de janeiro de 2014. Em 2016, decorrente da aplicação desta lei, os gastos com benefícios pós emprego foram agravados em 673.087 euros.

30.3. Número de trabalhadores

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, o efetivo médio ao serviço da empresa foi respetivamente de 1.201 e 1.154 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2016, o efetivo era de 1.236 trabalhadores e de 1.175 em 31 de dezembro de 2015.

31. DIVULGAÇÃO EXIGIDA POR DIPLOMAS LEGAIS

Nada a relatar.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. Fornecedores e Outros credores

Dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Fornecedores c/c	2.417.412,53	2.308.575,67
Não vencido	1.645.657,41	1.639.454,23
Vencido	327.016,37	277.919,13
<30	92.983,11	156.876,08
<60	46.508,08	24.950,90
<90	8.675,28	8.531,09
<120	9.961,65	1.158,01
<180	141.815,28	12.306,28
>=180	127.072,97	74.096,77
Em receção e conferência	444.738,75	391.202,31

	2016	2015
Fornecedores de investimento	192.254,67	318.778,76
Não vencido	141.327,61	289.972,98
Vencido	50.927,06	28.805,78
<30	10.553,40	6.425,09
<60		3.147,00
<120	19.803,00	
>=180	20.570,66	19.233,69

Outros credores, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Outros credores	10.510.607,36	588.767,16
Não vencido	338.305,67	505.256,29
Vencido	10.136.670,42	43.710,58
<30	36.077,51	3.918,24
<60	10.085.981,63	187,32
<90	2,82	12.847,45
<120	2,82	12.267,06
<180	339,19	5,64
>=180	14.266,45	14.484,87
Depósitos e cauções recebidas	35.631,27	39.800,29

As dívidas de fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

32.2. Estado e Outros Entes Públicos

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016		2015	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Imposto sobre o rendimento	524.150,23		682.237,10	
IRC - Pagamento especial por conta	420.000,00		630.000,00	
IRC - A recuperar	104.150,23		52.237,10	
Retenção de impostos sobre rendimentos		299.856,40		281.122,40
Imposto sobre o valor acrescentado	688.345,10		758.180,97	
IVA- A recuperar/reembolsos pedidos	688.345,10		758.180,97	
Contribuições para a Segurança Social		603.349,77		602.574,14
Outras tributações		107.004,00		80.580,00
Estado e outros entes públicos	1.212.495,33	1.010.210,17	1.440.418,07	964.276,54

32.3. Outras dívidas a pagar

Detalhe das Outras dívidas a pagar em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

OUTRAS DIVIDAS PAGAR	2016	2015
Pessoal	149.931,80	134.142,25
Clientes e outros devedores - saldos credores	1.380,28	2.007,28
Fornecedores de investimento c/c	192.254,67	318.778,76
Credores por acréscimos de gastos	4.920.367,77	5.173.402,27
Credores diversos	10.510.607,36	588.767,16
	15.774.541,88	6.217.097,72

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	2016	2015
Fornecimento e serviços externos	1.238.557,16	1.138.921,00
Subcontratos	696,04	33,02
Trabalhos especializados	1.049.988,94	1.034.859,13
Energia e outros fluidos	97.885,69	15.187,25
Deslocações, estadas e transportes	3,77	
Serviços diversos	89.982,72	88.841,60
Custos com pessoal	3.539.854,74	3.850.125,50
Outros gastos	140.515,88	175.061,88
Encargos financeiros	1.439,99	9.293,89
	4.920.367,77	5.173.402,27

32.4. Outros créditos a receber

Detalhe dos Outros créditos a receber em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	2016	2015
Fornecedores e outros credores - saldos devedores	1.634,58	9.465,48
Adiantamento a fornecedores	1.052,25	58.813,08
Pessoal	257.351,72	232.443,63
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.706.118,60	1.446.990,76
Devedores diversos	1.911.931,47	1.594.004,34
Quantia bruta	3.878.088,62	3.341.717,29
Perdas por Imparidade acumuladas	-25.081,18	-25.081,18
Quantia escriturada	3.853.007,44	3.316.636,11

DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	2016	2015
Prestações de serviços	1.410.450,56	525.607,59
Outros rendimentos - Proveitos suplementar	178.330,56	255.843,93
Outros rendimentos - Outros	117.337,48	122.210,09
Juros a receber		543.329,15
	1.706.118,60	1.446.990,76

32.5. Diferimentos

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

DIFERIMENTOS	2016	2015
Ativo - Gastos a reconhecer	618.586,01	163.121,78
Fornecimento e serviços externos	394.407,09	149.229,66
Outros gastos	224.178,92	13.892,12
Passivo - Rendimentos a reconhecer	1.966.403,97	2.204.694,97
Prestações de serviços	203.896,98	250.715,78
Subsídios à exploração	1.575.651,42	1.575.651,42
Outros rendimentos	186.855,57	378.327,77

32.6. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos exercícios de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Subcontratos	663,02	
Serviços especializados	8.185.663,75	8.084.325,50
Trabalhos especializados	485.014,35	1.068.936,65
Publicidade e propaganda	25.781,84	25.608,86
Vigilância e segurança	221.827,32	201.009,64
Honorários	50.146,75	57.616,54
Comissões	1.729.125,38	1.727.475,29
Conservação e reparação	5.345.326,13	4.715.643,87
Comunicação e informação Público	21.623,16	10.490,70
Fiscalização da receita	304.678,86	269.732,73
Outros	2.139,96	7.811,22
Materiais	58.027,57	51.565,05
Energia e fluidos	7.000.842,26	7.764.990,11
Eletricidade	468.594,32	443.017,00
Combustíveis	6.507.270,45	7.298.375,83
Outros	24.977,49	23.597,28
Deslocações, estadas e transportes	5.812,86	1.971,61
Serviços diversos	2.028.912,75	3.366.935,45
Rendas e alugueres	72.670,89	1.520.700,96
Comunicação	133.909,35	104.077,49
Seguros	544.569,20	408.734,15
Royalties	147.395,49	140.546,75
Contencioso e notariado	19.370,86	12.539,28
Despesas de representação	9.759,78	4.249,03
Limpeza, higiene e conforto	937.738,54	1.031.197,17
Outros serviços	163.498,64	144.890,62
Fornecimento e serviços externos	17.279.922,21	19.269.787,72

32.7. Outros Gastos

Outros gastos operacionais, a 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Impostos	139.382,91	163.217,62
Impostos diretos	78.100,36	91.619,84
Impostos indiretos	19.107,32	18.787,46
Taxas	42.175,23	52.810,32
Dívidas incobráveis	29,40	
Perdas em inventários	2.474,08	300.298,80
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	10.236.571,35	166.860,42
Alienações		1.240,74
Abates	34,51	380,43
Gastos em propriedades de investimento	150.728,03	165.239,25
Outros gastos	10.085.808,81	
Outros gastos	361.540,46	471.776,57
Donativos	81.615,00	74.826,93
Quotizações	23.961,78	25.392,00
Insuficiência estimativa para impostos	1.070,77	765,18
Diferenças de câmbio desfavoráveis		10.074,16
Outros não especificados	254.892,91	360.718,30
Multas e penalidades	971,82	4.969,19
Indemnizações por sinistros	252.409,57	290.897,89
Outros não especificados	1.511,52	64.851,22
Outros juros suportados	100,27	1.146,23
Outros gastos de financiamento - outros	11.170,22	11.813,61
Outros gastos	10.751.268,69	1.115.113,25

32.8. Outros Rendimentos

Detalhe de Outros rendimentos operacionais a 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	771.339,54	1.000.307,65
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.740,99	2.974,89
Ganhos em inventários	49.409,93	57.789,59
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	505.320,02	462.059,56
Alienações	160.250,04	194.214,78
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	345.069,98	267.844,78
Outros	959.049,38	981.588,62
Imputação de subsídios para investimentos	350.794,20	231.759,84
Subsídios	8.242,82	158.726,85
Diferenças de câmbio favoráveis	7.737,15	342,25
Outros não especificados	592.275,21	590.759,68
Benefícios e penalidades contratuais	247.006,35	229.421,96
Indemnização de sinistros	292.452,95	330.195,17
Outros não especificados	52.815,91	31.142,55
Outros rendimentos	2.288.859,86	2.504.720,31

32.9. Responsabilidades por garantias prestadas

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

BENEFICIÁRIO DA GARANTIA	DESCRIÇÃO	2016	2015
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentes de trabalho	447.473,97	447.473,97
		447.473,97	447.473,97

32.10. Capital próprio negativo

No exercício de 2016 a empresa incorreu num prejuízo de 26.787.587,66 euros verificando-se que, nessa data, o passivo total excede o ativo total em 463.573.552,97 euros.

Apesar de a empresa apresentar continuamente resultados negativos, é entendimento da STCP que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantindo dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

Porto, 03 de abril de 2017

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração
 Presidente não executivo
 Vogais executivos
 Vogal não executivo



goldenergy

Gás natural low

20

STCP

CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS





BOL HẢO

TP

2952

MAN

71-LG-06



Rua Guerra Junqueiro, 447
4150-389 Porto

T: +351 226 053 725
F: +351 226 053 727

www.bakertilly.com.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 84.450.075 Euros e um total de capital próprio negativo de 463.573.553 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 26.787.588 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade mantém a situação de incumprimento do estatuído no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. O aviso convocatório da Assembleia Geral Anual a realizar no próximo dia 30 de Maio propõe no ponto 5 da Ordem de Trabalhos a análise deste assunto.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A. | Inscrição na CMVM n.º 20161528 e na OROC n.º 235 | Capital Social 70.000 Euros | NIPC 509 224 547

A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. é uma firma membro da Baker Tilly International. A Baker Tilly International Limited é uma sociedade de direito inglês. A Baker Tilly International não presta serviços profissionais a clientes. Cada firma membro é uma entidade autónoma e independente, assumindo-se como tal. A Baker Tilly UK Group LLP é a proprietária da marca Baker Tilly. A Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. não atua como agente da Baker Tilly International e não tem poderes para vincular a Baker Tilly International ou atuar em nome da Baker Tilly International. Adicionalmente, nem a Baker Tilly International nem qualquer outra firma membro têm a capacidade de exercer o controlo de gestão de qualquer outra firma membro.

An Independent member of Baker Tilly International

Sede: Edifício Taurus, Campo Pequeno, 48 – 5º Esq. 1000-081 Lisboa, Portugal | Escritório no Porto: Rua Guerra Junqueiro, 447, 4150-389 Porto | Escritório em Leiria: Galerias Eurosol, Rua D. José Alves Correia da Silva, 2414-010 Leiria



Descrição da matéria relevante	A nossa resposta
--------------------------------	------------------

1. Continuidade da actividade

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital próprio da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é negativo em 463.573.553 euros e os resultados líquidos mantiveram um elevado valor negativo.

Síntese da abordagem de auditoria

Análise da estrutura accionista da Entidade.
Análise da estrutura de endividamento da Entidade e respectivas garantias.
Análise do financiamento dos deficits de tesouraria dos últimos anos.
Análise dos Instrumentos Previsionais de Gestão – IPG's que incluem o Plano de Actividade e Orçamento para o triénio de 2017 a 2019.
Reunião com o Administrador Executivo com o pelouro financeiro.

Descrição da matéria relevante	A nossa resposta
--------------------------------	------------------

2. Contrato de swap

Em 31 de Dezembro de 2016 a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é parte num contrato de cobertura de taxa de juro cuja legalidade está em apreciação no Tribunal de Comércio de Londres.

Síntese da abordagem de auditoria

Análise da valorização efectuada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP.
Análise da valorização efectuada pelo Banco Santander Totta.
Análise das respostas dos Advogados circularizados.
Análise da provisão para processos judiciais em curso.
Reunião com o Administrador Executivo com o pelouro financeiro.

Descrição da matéria relevante	A nossa resposta
--------------------------------	------------------

3. Valorização dos imóveis

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. aplica o modelo de revalorização aos terrenos e edifícios registados como Activos Fixos Tangíveis e como Propriedades de Investimento.

Síntese da abordagem de auditoria

Análise dos relatórios de avaliação efectuados por perito independente reportadas a 31 de Dezembro de 2016.
Análise do impacto no Capital Próprio e no Resultado Líquido.
Reunião com o Director do Departamento Administrativo e Financeiro e com o Contabilista Certificado.

Descrição da matéria relevante	A nossa resposta
--------------------------------	------------------

4. Transacção judicial com o Município do Porto

Em Novembro de 2016 foi homologada por sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto a transacção judicial entre o Município do Porto na qualidade de autor e a STCP e o Estado Português na qualidade de réus.

Síntese da abordagem de auditoria

Análise do Memorando de Entendimento de Julho de 2015.
Análise da Transacção Judicial.
Análise da Sentença de Homologação.
Análise das respostas dos Advogados circularizados.
Reunião com o Director do Departamento Administrativo e Financeiro e com o Contabilista Certificado.



Responsabilidades do conselho de administração e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O conselho de administração é responsável pela: preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo conselho de administração; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo conselho de administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade não identificamos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez em 30 de Maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2019.
- O conselho de administração confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 12 de Maio de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor.

Sobre o cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado

O despacho nº 1140/16 do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças de 10 de Novembro autorizou o regime de exceção parcial no que respeita a operações de financiamento, a garantias bancárias, a valores mobiliários sob custódia, à compra e venda de moeda estrangeira e ainda a pedidos de numerário.

Porto, 12 de Maio de 2017

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Manuel Pires de Matos





RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL



***RELATÓRIO ANUAL DO
CONSELHO FISCAL
SOBRE
O RELATÓRIO E CONTAS DE 2016***

DA

STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Limões, 15 de maio de 2017



1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no artigo 14.º dos Estatutos que regem a Sociedade de Transportes Colectivos, S.A. (STCP), congado com o n.º 1 do artigo 430.º da Código das Sociedades Comerciais (CSC), e em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, sem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual sobre o Relatório e Contas de 2016, o qual contempla, igualmente, os termos do ofício-circulo da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 1269, de 23 de fevereiro de 2017.

O Revenue Oficial de Contas Dr. Fernando Manuel de Sousa Dues de Matos, representante da Sociedade de Revistas Offshore de Contas Baker Tilly, PG & Associados, SR/C, S.A., emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas, em 12 de maio de 2017, que se anexa.

O Conselho Fiscal, eleito por Deliberação Social Única por Escrutínio (DU), datada de 25 de janeiro de 2016, para o mandato 2016/18, durante o período em análise efetuou reuniões e comparou as despesas que considerou mais relevantes no âmbito das suas atribuições. Para o efeito obteve toda a cooperação por parte dos membros do Conselho de Administração da Sociedade e dos respetivos colaboradores, a qual foi absolutamente satisfatória no presente Relatório.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma entidade autárquica de natureza exclusivamente pública (denota 100% pela Tabela Portuguesa), criada pelo Decreto-Lei n.º 212/94, de 23 de julho, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e, acessoriamente, a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto.

Os estatutos foram ratificados pela Declaração n.º 101/94, de 30 de julho, empenhamento e emendados nos que se refere às linhas 601, se exploradas em modo de transporte ou taxa própria pelo Decreto-Lei n.º 379/98, de 27 de novembro, e alterados pela Lei n.º 38/2006, de 19 de dezembro que definiu a redação dos artigos 3.º e até ao artigo 2.º-A, tendo em vista a proibição da subvencionalidade do serviço a entidades que não sejam de natureza pública ou de natureza exclusivamente pública.

Em cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 145/2015, publicada em 28 de dezembro, que remeteu ao Governo a evocação e a revisão das subvencionalidades

dos sistemas de transporte da Área do Porto, S.A. e da STCP, S.A., o Conselho de Administração da STCP procedeu, em abril de 2016, à anulação administrativa do ato de adjudicação e do contrato de subconcessão do sistema de transportes da STCP, S.A.

Em junho, foi assinado um Memorando de Entendimento entre a Sociedade e seis municípios da Área Metropolitana do Porto (AMP), relativa à entrega da gestão da operação da STCP a partir de 2017, aos concelhos do Porto, Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia, servidos pela rede de transportes da empresa. Com este acordo, os municípios vão passar a gerir a empresa, assumindo o compromisso de assegurar as obrigações de serviço público, mantendo o Estado a sua propriedade. Tratou-se do primeiro fase de um processo, que foi desenvolvido ao longo dos restantes meses do ano, com a arbitragem entre a STCP e a AMP.

Mais tarde foi publicado o Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, que determina a descentralização parcial e temporária de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transportes públicos de passageiros operado pela STCP e a descentralização parcial e temporária da gestão operacional da STCP.

A assinatura do contrato de gestão, bem como de toda a documentação relativa à criação do serviço público e da delegação de competências entre Estado, Área Metropolitana e Câmaras veio a suceder logo no primeiro dia útil de 2017, aguardando-se a vista do Tribunal de Contas.

2. Análise Económico-Financeira do Relatório e Contas de 2016

Os Relatório e Contas de 2016, podem ser de salientar o seguinte:

Em termos da atividade consultou-se que o número de negócios da STCP, em 2016, compreendeu a cerca de 43,8 milhões de euros, com um aumento de 0,4%, face ao ano anterior.

Em 2016, a STCP disponibilizou aos clientes uma rede de transportes com 72 linhas de serviço público, 55 linhas em modo autoçarros e 17 linhas em modo carro elétrico, e prestou serviço 24h por dia, nos 366 dias do ano;

Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
 Av. Fernando de Magalhães, 166, 4200-076 Porto
 Tel. +351 22 562 1000 Fax. +351 22 562 1150 e-mail: geral@stcp.pt www.stcp.pt

3



- Em 2016, a procura foi de 69,4 milhões de passageiros, mais 3M mil passageiros (+0,3%) face ao ano anterior, pelo que a STCP manteve o estatuto de maior operador de transportes da Área Metropolitana de Porto. Salienta-se que pela primeira vez, desde 2010, esta Sociedade registou um aumento do número de passageiros transportados.

Como principais justificações para o aumento da procura, em menor grau, apontam-se a concretização de novas linhas e / ou alterações para optimização do efectivo que entretanto cessou devido por motivos de reforma por limite de idade ou de invalidez, as negociações sobre os Acordos Colectivos de Trabalho da empresa, promovidas pela Comissão de Administração com as diversas organizações sindicais, que vieram a permitir que o risco prévio de greve existente em 2016 fosse evitado a partir de agosto; e o consequente aumento da taxa de cumprimento das viagens planeadas e a uma maior fiabilidade do serviço.

A receita de serviço de transporte, em 2016, atingiu os 42,7 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 432 mil de euros (+1%), face a 2015, em linha com o aumento verificado na procura, não tendo ocorrido, neste ano, aumento de tarifas de transporte.

- A oferta total da STCP atingiu, em 2016, os 71,15 milhões de quilómetros de serviço, apresentando um acréscimo de 1,18 milhões de quilómetros de serviço (+1,7%), face a 2015. A repunção gradual de efectivos, ao longo de 2016, permitiu retomar os níveis de cumprimento do serviço planeado, com reflexos positivos nos veículos km em serviço;

- A taxa de cumprimento do serviço, medida através das viagens realizadas face as viagens planeadas, foi de 94,8%. Já a taxa de cumprimento dos veículos km realizados, face aos veículos km programados, foi de 99,7%.

Foram realizadas cerca de 1,96 milhões de viagens, nas linhas da rede da STCP, tendo sido transportados 69,4 milhões de passageiros. A taxa de ocupação média das viaturas foi de 12,7%.

- No final de 2016, a frota da STCP era constituída por 419 autocarros, com uma idade média de 14 anos e de 61 viaturas eléctricas lineares que oferecem serviço público. Encontravam-se, no entanto, operacionais dois autocarros, com elevados danos.

devido a acidente, pelo que, não foram considerados para cálculo dos indicadores operacionais, tendo em consideração o longo período de inabilização;

- Em 31 de dezembro de 2016, a STCP contava com 1.331 trabalhadores (incluindo órgãos sociais e trabalhadores requeridos e cedidos), tendo aumentado 61 efetivos (+5,2%), relativamente ao ano anterior. Esta variação resultou de 113 entradas e 52 saídas. As entradas foram quase exclusivamente na área do pessoal impulsionar. Este facto implicou, para este tipo de pessoal, um aumento da percentagem no efetivo da empresa, para 74%.

Em 2016 foram atribuídos à empresa 10 estágios de 11 de origem universitária e seis estágios profissionais.

- O Resultado Líquido da exercício obtido em 2016 foi negativo em 36,8 milhões de euros, o que significa um desagravamento de 4,8 milhões de euros face ao ano de 2015 (+15%). Esta evolução resulta da melhoria dos resultados operacionais em 8,8 milhões de euros e do agravamento dos resultados financeiros em cerca de 4 milhões de euros.

O resultado líquido sem o efeito do swap (juros e variação de ponto valor) foi negativo em 17,6 milhões de euros, apresentando uma variação positiva de 9,2 milhões de euros (+34%) relativamente ao ano anterior;

- Os resultados operacionais foram negativos em cerca de 32,3 milhões de euros, representando uma melhoria de 8,5 milhões de euros face a 2015 (+4,2%). Em termos de variação, entre 2015 e 2016, salienta-se que os gastos operacionais registaram uma diminuição de 9,7 milhões de euros (-14%), e os rendimentos operacionais uma redução de 900 mil euros (-1,9%), justificada pela redução de receitas de perdas por impugnações, no total de 1,1 milhões de euros, registada em 2015;

- Os rendimentos de prestação de serviços, que representam 55% dos resultados operacionais, aumentaram cerca de 423 mil euros (+1,9%), em linha com a recuperação da procura (A receita de transporte (89,8% da prestação de serviços), no total de cerca

de 43,7 milhões de euros), derrepente se em 39 milhões de euros de receita de habitação e 3,7 milhões euros de compensação turística social andante.

Não foram atribuídos em 2015 e 2016 subsídios a exploração.

Os Custos Operacionais foram de 1,3 milhões de euros, menos 9,7 milhões de euros que em 2015 (-147%). Devida-se a diminuição das rubricas CNVINC e FSE, em cerca de 1,6 milhões de euros (-1,9%) essencialmente devido a diminuição dos gastos com o combustível gas natural e a finalização das rendas de locação operacional de autocarros. Em 2015 foi provisionada o valor de cerca de 1,9 milhões de euros, montante que a S.T.C.P. reconhece dever ao Município de Porto, e em 2016 procedeu-se à sua contabilização em gasto do exercício, por contrapartida da reversão da provisão.

Jun 2016 foram registadas imponderáveis de cerca de 1,6 milhões de euros e redução de justo valor no total de cerca de 1,2 milhões de euros.

- Os resultados financeiros em 2016 foram negativos em 14,5 milhões de euros, registando um agravamento face a 2015, na ordem de 3,9 milhões de euros (-38%).

Os juros e encargos de financiamento foram de 5,2 milhões de euros, e registaram uma redução de 372 mil euros. A variação do justo valor do map foi positiva em 4,3 milhões de euros, mas inferior em 1,6 milhões de euros face à variação registada em 2015, enquanto os juros de map que atingiram cerca de 12 milhões de euros, aumentaram 2,4 milhões de euros;

- A empresa detém desde 2007 uma operação de cobertura de risco de taxa de juro com o Banco Santander Totta, S.A. com maturidade em 2022 e cujo justo valor de acordo com informação da Agência de Gestão da Trazadura e da Dívida Pública - AGCP, L.P.L. em 31 de dezembro de 2016 era de 113.494.520,37 euros.

Esta operação foi objeto de uma ação judicial interposta pela Associação de Cidadãos Amigos do Tribunal de Comércio de Londres, em 10 de maio de 2013, com o objetivo de pedir o reconhecimento da legalidade do contrato de derivada celebrada com a STCP, S.A. Com base nos fundamentos jurídicos de validade do contrato, o Conselho de Administração, com autorização da Junta, deliberou a desvinculação do

compimento das obrigações que do contrato decorrem. Assim, na pendência do litígio, a SICIP informou a Insursição que suspendeu o pagamento do cupão devido no dia 3 de dezembro de 2013, bem como qualquer outro ilegalmente devido ao abrigo do contrato da mesma operação. No dia 4 de março de 2014, o tribunal comercial de Londres proferiu uma sentença desfavorável às empresas de transporte envolvidas, reconhecendo a validade dos contratos em disputa, sendo que esta decisão foi o primeiro passo, por parte das empresas de transporte, para o Court of Appeal de Londres. Em 13 de dezembro de 2016, o Court of Appeal proferiu sentença desfavorável às empresas de transporte, tendo qualificado, à semelhança do tribunal de primeira instância, a situação contratualizada pelas partes como sendo internacional, sendo rejeitados assim a argumentações das empresas de transporte. Nessa sequência, as empresas de transporte decidiram, com indicações da Turquia, recorrer da decisão para o Supreme Court de Londres, sendo que se aguarda a prolação deste Tribunal. A 31 de dezembro de 2016, estima-se que a provisão para este processo judicial cubra os encargos a suportar com esta ação e que não se encontravam ainda refletidos nas demonstrações financeiras.

No seguimento desta decisão, e ao que se refere a 2014 e 2015, mantiver-se suspensa a liquidação dos cupões serventias cujo vencimento ocorreu nos meses de julho e de dezembro. Do exposto, em 31 de dezembro de 2016, encontra-se suspenso o montante de 29.666.905,73 euros relativos a 7 cupões verticais;

- Os gastos de pessoal apresentaram um aumento de cerca de 800 mil euros devido principalmente aos gastos extraordinários decorrentes do uso, retirados:
 - (i) ao acórdão extrajudicial de reconhecimento de descansos compensatórios do pessoal dos anos 2003 a 2011, considerando os cinco milhões anos, no montante de cerca de 1,1 milhões de euros (valor provisionado nas contas de 2015);
 - (ii) à reposição do teto dos benefícios de reforma, de 600 para 650 euros, decorrente do LOB16, no montante de 670 mil euros;
- O I&D 173A (de gestão) sem êxito extraordinários, cifrou-se em cerca de 1,6 milhões de euros, apresentando uma variação positiva de 1,2 milhões de euros (+37%), face a 2015.



- Em 2016, deu-se um decréscimo de endividamento (-1,3%) face a 2015, estando-se a dívida remunerada total em 370 milhões de euros. O limite de endividamento de 3% estipulado no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do OJ 2016), não foi excedido, ficando-se em 0,28%, nos termos da fórmula constante do ponto 3 do Anexo I da ordem n.º 1262, de 27 de fevereiro de 2017, da DGTF;

No âmbito da política de Endividamento a partir de dezembro de 2013 e por aplicação do Decreto Lei n.º 113/2013, de 3 de outubro, sendo a STCP uma empresa pública não financeira do setor empresarial do Estado, que atualmente apresenta capital próprio negativo, só pode aceder a financiamento junto de instituições de crédito com prévia autorização da Direção Geral da Tesouro e Finanças.

Os encargos financeiros em 2016 atingiram o montante de 17,19 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de +16% (+2,43 milhões de euros), face a 2015, em resultado do aumento dos juros de swap.

Os encargos com swap contabilizados na rubrica juros suportados, apresentaram o montante de 12 milhões de euros, em 2016.

- O ativo atingiu o montante de 84,45 milhões de euros, registando uma diminuição de 7,8 milhões de euros (-8,4%) face a 2015. O ativo corrente diminuiu 7,1 milhões de euros, devido essencialmente a variação das disponibilidades na conta aberta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, e o ativo não corrente diminuiu cerca de 600 mil euros.
- O passivo em 2016, no valor de 548 milhões de euros, apresentou uma diminuição de 46 milhões de euros (-7,7%) relativamente ao ano anterior. Esta variação é justificada essencialmente pela diminuição dos financiamentos obtidos, em cerca de 55 milhões, em resultado da amortização (por converção de créditos em capital) do dívida concedida ao Estado.
- O capital próprio da STCP atingiu em 2016 os 466,6 milhões de euros negativos. O desagendamento de 38,1 milhões de euros (-7,6%), relativamente a 2015, resulta das

doações de capital efectuadas pelo concelho Funchal, através da redução dos estatutos concedidos por este a STCP.

Em 2016 foram efectuados dois aumentos de capital, em 12 de outubro, por vontade expressa do conselho único Funchal Funchal, conforme Deliberação Social Unânime por escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 30.282.533 euros, através da emissão de 6.056.507 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo conselho único. Em 22 de dezembro, por vontade expressa do conselho único Funchal Funchal, conforme estipulado em Deliberação Social Unânime por escrito, foi decidido novo aumento do Capital Social da empresa em 27.501.890 euros, através da emissão de 5.500.366 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo conselho único. Não obstante a última Deliberação Unânime por escrito do conselho referente ao aumento de capital ser de 22 de dezembro de 2016, o registro do aumento de capital junto da Conservatória do Registo Comercial foi efectuado em 1 de fevereiro de 2017.

O capital social da STCP, S.A., em 31 de dezembro de 2016, era de 143.289.490,00 euros, representado por 28.657.893 ações de 5,00 euros cada;

- O montante do investimento realizado em 2016 foi de 377 milhares de euros, do qual se destaca o fornecimento e montagem de câmaras de videovigilância para as autoestradas, no valor de 65 mil euros, referente à conclusão do contrato iniciado em 2015, para substituição de equipamento obsoleto, e a contratação e execução dos serviços de informação ao público (IAP) no total de 23 mil euros. O restante investimento resultou essencialmente na aquisição de equipamento informático e óptico, para substituição do **CRIBERK**.

Em 2016 foi atribuída à STCP cerca de 1 milhão de euros pelo FIDELAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) destinados ao fortalecimento da frota de autocarros, através da amortização do capital dos contratos de locação financeira existentes.

- Foi igualmente analisada a situação assinalada na certificação legal de contas, emitida pelo RGC da sociedade, quanto à situação de incumprimento do disposto no artigo 33.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a menção – como matéria relevante

quanto à manutenção de resultados negativos dos exercícios, com a consequente avultamento da situação de capitais próprios negativos.

3. Afecção das orientações legais vigentes para a SIBI

No âmbito do disposto no artigo 430.º do CSC, declaramos que, tanto quanto é do conhecimento deste Conselho Fiscal, a SICP deu cumprimento à generalidade das orientações legais vigentes para a SIBI, bem como às disposições constantes na Lei n.º 1-A/2016, de 30 de março, com a alteração n.º 10/2016, de 25 de maio (LEI 2016), bem como no Decreto-Lei n.º 38/2016, de 13 de abril (DLI 2016), salientando-se as seguintes situações:

- A Lei n.º 1-A/2016, de 30 de março, estabeleceu no n.º 2 do artigo 31.º que o encerramento do encerramento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, ficou limitado a 3%. A SICP registou o ano de 2016 com uma dívida remunerada total de 370 milhões de euros.

Considerando o endividamento corrigido pelo capital social realizado, registou um aumento de 11,38% face a 31 de dezembro de 2015, pelo que ficou cerca de 2,4% abaixo do referido limite, apurado nos termos da fórmula constante do ponto 3 da Anexo 1 do O.Soc n.º 1/2016, de 27 de fevereiro de 2017, do DGEF.

- Em 2016, o PMP foi de 51 dias, quando em igual período de 2015 era de 66 dias, registando-se assim uma diminuição de 14 dias (22%), face ao ano anterior.

O montante das dívidas em atraso, vencidas em 2016, de acordo com o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, ascende a cerca de 219 mil euros, registando um acréscimo de cerca de 132,4 mil euros relativamente ao ano anterior, sendo que cerca de 69 mil euros (31%) correspondem a transações com a STCP, empresa participada da SICP, que é emplesivamente devedora e credora da SICP. Parte do montante referido refere-se a facturas em emissão e não em regularização, o que contribuiu para o aumento da dívida. Ao longo de 2016 a STCP procedeu sucessivamente, a divulgação das dívidas com mais de 30 dias, no seu sítio eletrónico: (www.stcp.pt).

- Na área da Gestão dos Recursos Públicos foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º, no que se refere à não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento nos sectores públicos, tendo por objecto a realização de despesas no território da empresa; as não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal; (ii) no valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone dumodéimo e internet; (iv) no valor associado a gastos anuais associados às viagens efectuadas ao Conselho de Administração.
- A empresa elaborou o "Relatório sobre Remunerações por género do ano de 2016", sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 18/2014, de 3 de março, o qual foi divulgado internamente, através da sua publicação na intranet e disponibilizado no sítio da empresa.
- No que concerne ao princípio da igualdade de género e condutas o estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 19/2013, de 11 de março, a STCP criou o Plano para a igualdade de género da STCP, que se encontra divulgado na intranet da empresa, acessível por todos os trabalhadores:
- Em 2016 foi elaborado relatório anual sobre prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 45.º do Decreto Lei n.º 153/2013, de 3 de outubro, e concluída a análise do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Cíveis da STCP. Os dois documentos foram divulgados internamente, com a sua publicação na intranet e publicados no sítio da empresa;
- A STCP aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, em março de 2011, através do celebração de contrato com a Agência Nacional de Compras Públicas, L.P.E. (ANCP). Em 2016 não se procedeu a quaisquer adjudicações ao abrigo do Sistema Nacional de Compras Públicas;

- **Flota automóvel** – durante o ano de 2016 manteve-se o número de viaturas e os gastos associados à flota automóvel reduziram 4% (6,4 milhões de euros) face a 2015 e 10,8% (18,6 milhões de euros) relativamente ao ano de 2014, dando cumprimento ao disposto sobre a redução de gastos com viaturas.
- Nos âmbito dos cumprimentos das medidas de redução de gastos operacionais em conformidade com o determinado no artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril (DL-LEI 2016), constata-se que foram cumpridas as seguintes orientações:
 - Redução de gastos operacionais (CAM/MC + ISF – Gastos com Pessoal, sem indemnizações por cessação de contratação), que no seu conjunto reduziram 35% (24,4 milhões de euros) face a 2010, ultrapassando o objetivo previsto de redução de 15% (-3,4 milhões de euros);
 - Redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios em 0,9% (1 ponto percentual), face ao ano de 2015;
 - Redução dos gastos com viaturas de apoio de 4% (-6 mil euros) face ao ano de 2015;
 - O volume de negócios foi de 45,1 milhões de euros, aumentando 0,4% (162 milhares de euros) face a 2015.

Constata-se que não foram cumpridas as seguintes orientações:

- O EBITDA (de gestão) foi negativo em 7,6 milhões de euros apresentando uma melhoria face ao valor de 2015, de 32% (1,2 milhões de euros).
- Os gastos com comunicações foram de 134 mil euros, registando um aumento de 29% (+ 30 mil euros) face a 2015. Este acréscimo deve-se ao contrato celebrado com a empresa Verim, para o fornecimento do serviço Wi-Fi a bordo dos autocarros a partir de agosto de 2016, que fundou a taxa experimental aproximadamente um ano e meio, sem custos para o STCP.

Os gastos com despesas com delegações e alojamento foram de 5,8 mil euros em 2016, apresentando um acréscimo de 3,8 mil euros face a 2015, justificado, segundo a Sociedade, como o mínimo indispensável para serem efetuadas as delegações e outras necessidades ao funcionamento corrente da empresa,



nomeadamente, destinações para reuniões com as Escolas ou outras instituições, ou destinações para formações.

- Os gastos com viagens de curta duração, a montante de 4,1 mil euros em 2016, superam ao montante realizado em 2015 em 4,1 mil euros, que segundo a STCP referem se as destinações do pessoal, ao serviço da empresa.
- O número de viagens de apoio foi de 52, mantendo-se o mesmo número de 2015, em resultado do abate de uma viagem pontual (para de trabalho) em dezembro, e do adiamento pela Sítima do Porto de uma viagem ligeira, para apoio de um cargo de direção da STCP, em comissão de serviço.

- Durante o exercício de 2016, as empresas do PME, devem prosseguir com a racionalização dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente. O efetivo total manter-se-á limitado ao número verificado a 31 de dezembro de 2014, ou ao número que haja eventualmente sido supostamente autorizado no decurso do exercício de 2015. Assim, no que se refere às últimas contratações, devidamente autorizadas, foram admitidos 174 moçosos e guarda-freios, em

2015: 60 moçosos motoristas e 3 guarda-freios,

2016: 108 moçosos e 1 guarda-freios.

Em agosto de 2016 foi efetuado o pedido de autorização à Tutela, para a contratação de 1 trabalhador para o Gabinete de Informação e Comunicações, autorizado através do U.Sco n.º 1443, datado de 04.10.2016, do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente.

Por via das admissões, não se registou aumento de gastos com o pessoal em 2015 e 2016, uma vez que o pessoal admitido possui um vencimento inferior ao pessoal que cessou funções, em total de carências.

- No Relatório e Contas, a SICP informa que não foram recebidos quaisquer prémios de gestão, e que foram aplicadas as reduções e reversões contabilísticas de acordo com a legislação vigente em 2016.

- Nos termos do artigo 66.º da Lei n.º 1-A/2016, de 30 de março, a SICP, S.A., solicitou a exceção ao Princípio de Unidade de Finanças do Estado (UTE), para o ano de 2016, pelo prazo de dois anos. De acordo com o Despacho n.º 1146/16 da SICAF, de 10 de novembro, foi autorizada a criação de exceção jurídica UTE, no que respeita a operações de financiamento, por falta de enquadramento legal, a garantias bancárias, a valores imobiliários em custódia, à compra e venda de moeda estrangeira e ainda a pedidos de numerário.

A empresa procedeu, ao longo do ano, ao fecho de contas de depósitos a ordem abertas em bancos onde estavam contabilizadas operações de financiamento, cujo vencimento anual terminou.

No ano, a empresa concretizou a utilização das suas disponibilidades no Conto de Depósitos à Ordem aberto junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - ICGP, F.P.E., e procedeu, de igual modo, no que diz respeito à gestão corrente de serviços bancários, utilizando os serviços disponibilizados pela ICGP.

De referir que, no ano, a empresa não efetuou qualquer operação financeira, nem sofreu juros em resultado das disponibilidades financeiras existentes em Depósitos à Ordem fora do âmbito da ICGP.

4. Aferição do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto ao relatório de boas práticas de governo societário

A SICP apresentou o relatório de boas práticas de governo societário previsto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, conforme ilustrações transmitidas pela Direção-Geral da Tesouraria e Finanças sob o pedido de prestação de contas referente a 2016, de acordo com o modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de

Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, o qual exemplifica a clarificação requerida.

5. Propostas

Assim, face ao exposto e considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório e Contas de 2016 cumpre na generalidade as exigências legais aplicáveis, revelando a situação da Sociedade, pelo que, vem ao parecer que seja:

- Aprovado o Relatório e Contas de 2016 apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. através do âmbito representado na Certificação Legal de Contas; e,
- Aprovada a proposta de aplicação de resoluções apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal,


Pedro Romano Sáenz (Presidente)


Ana Alexandra Filipe Freitas (Vogal)


Paulo Jorge Rodrigues Mateus (Vogal)





*ÍNDICE GLOBAL
REPORTING
INICIATIVE (GRI)*



ÍNDICE GLOBAL REPORTING INICIATIVE (GRI)

O desempenho de sustentabilidade da STCP e a seleção e definição dos principais indicadores tiveram como linhas orientadoras as diretrizes do GRI v.3 (*Global Reporting Initiative*).

1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE		
1.1	Declaração do Presidente do Conselho de Administração	13-15
1.1	Impactos sobre a sustentabilidade, riscos e oportunidades resultantes da tendência de sustentabilidade	31-59
2. PERFIL ORGANIZACIONAL		
2.1	Nome da organização	3, contracapa
2.2	Principais produtos e/ou serviços	32
2.3	Estrutura operacional da organização	75-91
2.4	Localização da sede social da organização	3, contracapa
2.5	Países em que opera	32
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	32
2.7	Mercados abrangidos	32
2.8	Dimensão da organização	19, 21, 127-128
2.9	Principais alterações ocorridas durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, estrutura organizacional ou estrutura acionista	21,54,75-78
2.10	Prémios recebidos durante período abrangido pelo relatório	NR
3. PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO		
3.1	Período abrangido pelo relatório	1, 19, 127
3.2	Data do último relatório publicado	maio 16
3.3	Ciclo de publicação de relatórios	capa, 19, 127
3.4	Contactos para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	222
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	8-9,31
3.6	Limite do relatório	19, 32
3.7	Limitações específicas quanto ao âmbito ou ao limite do relatório	19, 32
3.8	Base de elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	148, 160-161
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes, estimativas aplicadas e à compilação dos indicadores e outras informações contidas no relatório	134-187
3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	134-187
3.11	Alterações significativas em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	134-187
3.12	Sumário do conteúdo do GRI	217-222
3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente da garantia de fiabilidade para o relatório	191-194, 199-213

4. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO		
GOVERNAÇÃO		
4.1	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como, a definição da estratégia ou a supervisão da organização	75-81, 111
4.2	Indicação se Presidente do Conselho de Administração é membro executivo	75-76, 78
4.3	Número de membros do Conselho de Administração independentes e/ou não executivos	75-76, 78
4.4	Mecanismos que permitem a acionistas e funcionários transmitir recomendações/orientações ao Conselho de Administração	78, 89
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, diretores de topo e executivos e o desempenho da organização	82-83, 90-95, 106-107
4.6	Processos ao dispor do Conselho de Administração para evitar conflitos de interesse	84-85, 110-111
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do Conselho de Administração para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	75-81
4.8	Missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	32, 111
4.9	Processos do Conselho de Administração para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos relevantes e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	31-33, 106-107, 110-111
4.10	Processos para avaliação do desempenho do Conselho de Administração, especialmente no que diz respeito ao desempenho económico, ambiental e social	19-27, 63-71, 86-108
COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS		
4.11	Explicação sobre se o princípio de precaução é abordado pela organização e de que forma	110-111
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social que a empresa subscreve ou defende	31-59, 86-107
4.13	Principais adesões a associações e/ou organizações nacionais ou internacionais	49
ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS		
4.14	Relação dos grupos que constituem as Partes Interessadas envolvidas pela organização	31-59, 45-78, 84-85, 89, 101-108
4.15	Base para identificação e seleção das Partes Interessadas a serem envolvidas	31-33
4.16	Abordagem utilizada para envolver as Partes Interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos das partes interessadas	31-59, 101-111
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através das Partes Interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	31-59, 101-111
5. ABORDAGEM DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO		
INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO		
Aspeto: Desempenho Económico		
EC1	E Valor económico direto gerado e distribuído	63-71, 127-129
EC2	E Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido às alterações climáticas	51-53
EC3	E Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	31-59, 139
EC4	E Apoio financeiro significativo recebido pelo Governo	64-71, 127-128, 163-166
Aspeto: Presença no Mercado		
EC5	C Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local	ND
EC6	E Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais	95-96, 108
EC7	E Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes na comunidade local	ND

Aspeto: Impactes Económicos Indiretos			
EC8	E	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público, através de envolvimento comercial em géneros ou pro bono	42-49
EC9	C	Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão	13-15, 19-20, 63-71, 173-175
INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL			
Aspeto: Materiais			
EN1	E	Consumo total de materiais por peso ou volume	51-53
EN2	E	Percentagem de materiais utilizados provenientes de reciclagem	ND
Aspeto: Energia			
EN3	E	Consumo direto de energia, discriminado por fonte primária	51-53
EN4	E	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária	ND
EN5	C	Total de poupança de energia devido a melhorias em conservação e na eficiência	51-53
EN6	C	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética e energias renováveis e reduções de consumo de energia em resultado dessas iniciativas	51-53
EN7	C	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e as reduções alcançadas	51-53
Aspeto: Água			
EN8	E	Consumo total de água por fonte	53
EN9	C	Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água	53
EN10	C	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada	ND
Aspeto: Biodiversidade			
EN11	E	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas	NR
EN12	E	Descrição dos impactes significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	NR
EN13	C	Habitats protegidos ou recuperados	NR
EN14	C	Estratégias e programas atuais e futuros para a gestão dos impactes na biodiversidade	NR
EN15	C	Número de espécies da Lista Vermelha da IUCN e da lista nacional de conservação das espécies com habitats em áreas afetadas pelas operações, pelo nível de risco de extinção	NR
Aspeto: Emissões, Efluentes e Resíduos			
EN16	E	Total de emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa, por peso	51-53
EN17	E	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso	ND
EN18	C	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e as reduções alcançadas	51-53
EN19	E	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	51-53
EN20	E	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	ND
EN21	E	Descarga total de água por qualidade e destino	ND
EN22	E	Quantidade total de resíduos por tipo e método de eliminação	53
EN23	E	Número e volume total de derrames significativos	NR
EN24	C	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados nos termos da Convenção de Basileia, e a percentagem de resíduos transportados internacionalmente	ND
EN25	C	Identidade, dimensão, estatuto de proteção e valor de biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats afetados de forma significativa pela descarga e escoamento superficial	NR
Aspeto: Produtos e Serviços			
EN26	E	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte	51-53
EN27	E	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria	NR

Aspeto: Conformidade			
EN28	E	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	NR
Aspeto: Transporte			
EN29	C	Impactes ambientais significativos resultantes do transporte de produtos e outros bens ou materias-primas utilizadas nas operações da organização, bem como no transporte de pessoal	ND
Aspeto: Geral			
EN30	C	Total de custos e investimentos em proteção ambiental, por tipo	ND
INDICADORES DE DESEMPENHO DE PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO			
Aspeto: Emprego			
LA1	E	Total de mão-de-obra por tipo de emprego, por contrato de trabalho e região	54-59
LA2	E	Número total de trabalhadores e taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	54-59
LA3	C	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	NR
Aspeto: Relações entre Funcionários e Administração			
LA4	E	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva	54
LA5	E	Prazo mínimo de aviso prévio em caso de alterações operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva	ND
Aspeto: Segurança e Saúde no Trabalho			
LA6	C	Percentagem da totalidade de mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de saúde ocupacionais	54-59
LA7	E	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região	54-59
LA8	E	Programas de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco em curso para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou membros da comunidade, afetados por doenças graves	54-59
LA9	C	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	ND
Aspeto: Formação e Educação			
LA10	E	Média de horas de formação por ano, por trabalhador e discriminadas por categoria de funções	56
LA11	C	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiem a continuidade de empregabilidade dos funcionários e para a gestão de carreira	54-59
LA12	C	Percentagem de funcionários que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira	56
Aspeto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades			
LA13	E	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	54-56, 75-77
LA14	E	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	55-56
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL			
DIREITOS HUMANOS			
Aspeto: Práticas de Investimento e de Aquisições			
HR1	E	Percentagem e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre os direitos humanos ou que foram submetidos a análise sobre direitos humanos	NR
HR2	E	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativamente ao seu desempenho em direitos humanos e as medidas tomadas	ND
HR3	C	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de funcionários que beneficiaram de formação	NR
Aspeto: Não-Discriminação			
HR4	E	Número total de casos de discriminação e ações tomadas	NR

Aspeto: Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva			
HR5	E	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Trabalho Infantil			
HR6	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Trabalho Forçado e Escravo			
HR7	E	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação	NR
Aspeto: Práticas de Segurança			
HR8	C	Percentagem de pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que não são relevantes para as operações	NR
Aspeto: Direitos dos Povos Indígenas			
HR9	C	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas	NR
SOCIEDADE			
Aspeto: Comunidade			
S01	E	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada	ND
Aspeto: Corrupção			
S02	E	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	95
S03	E	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	NR
S04	E	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	
Aspeto: Políticas Públicas			
S05	E	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	NR
S06	C	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos e instituições relacionadas, por país	NR
Aspeto: Concorrência Desleal			
S07	C	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, anti-trust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados	164-166
Aspeto: Conformidade			
S08	E	Montante das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais	NR
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO			
Aspeto: Saúde e Segurança do Cliente			
PR1	E	Ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos	ND
PR2	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactes, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	ND
Aspeto: Rotulagem de Produtos e Serviços			
PR3	E	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos, e percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos	NR
PR4	C	Número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, por tipo de resultado	NR

PR5	C	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação	36-39
Aspeto: Comunicações de Marketing			
PR6	E	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	NR
PR7	C	Número total de incidentes resultantes de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	NR
Aspeto: Privacidade do Cliente			
PR8	C	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	NR
Aspeto: Conformidade			
PR9	E	Montante de coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços	NR

Fonte: GRI (2006) - "G3: Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade"

C - Indicador complementar

E - Indicador essencial

NR - Indicador "não relevante" ou "não aplicável"

ND - Indicador "não disponível" ou apenas "disponível parcialmente"

Para mais informações por favor contactar:
Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.
Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º
4350-158 Porto
e-mail: geral@stcp.pt





Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.
Av. Fernão de Magalhães, 1862-13º
4350-158 Porto
e-mail: geral@stcp.pt

